



Universidade Federal de Juiz de Fora
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Layse Souza Costa

Patrimônio inclusivo:

Projeto de acessibilidade para o Forum da Cultura de Juiz de Fora

Monografia apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para conclusão da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso I.

Orientador: Prof. Me. Fabiana Mendes Tavares Jacques

Juiz de Fora
Julho / 2017

Dedico este trabalho a memória de minha irmã Josiane, que durante os períodos de convivência, me deu grandes exemplos de esforço e dedicação.

Aos meus pais Fatima e Pedro, por todo apoio e incentivo ao meu crescimento profissional.

E também, a todos aqueles que se interessam pelo tema, seja no campo da acessibilidade, na área do patrimônio, ou mesmo correlacionados, como aqui apresentados.

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço a Deus, por me dar saúde, força e sabedoria para superar as dificuldades e por colocar em minha vida, pessoas especiais que fizeram com que este trabalho se concretizasse.

À minha irmã Josiane, pelo importante papel que desempenhou em minha infância, mesmo não estando mais aqui presente, contribuiu muito para a escolha do curso e conseqüentemente para eu chegar até a faculdade. Dindinha, seus ensinamentos jamais serão esquecidos, espero estar correspondendo a altura todo o seu tempo dedicado a mim. Nenhuma palavra dita aqui, será suficiente para demonstrar a minha gratidão e a vontade de quere-la aqui pertinho.

Aos meus familiares, em especial aos meus pais Fatima e Pedro, por toda a compreensão pelos momentos em que me fiz ausente, por todo apoio e incentivo ao meu crescimento profissional. Pelas inúmeras visitas em Juiz de Fora, devido à falta de tempo em ir para casa. Mãe, sua ajuda no levantamento arquitetônico, foi imprescindível, sei o quanto foi cansativo e desgastante, muito obrigada!

À minha orientadora Fabiana, que prontamente aceitou me guiar nesta importante etapa da minha vida acadêmica. Obrigada Fabi pelo apoio, pela confiança e por todos os conhecimentos transmitidos.

Aos professores Frederico Braida e Emmanuel Pedroso, pela oportunidade de participar respectivamente da Iniciação Científica e do Treinamento Profissional na área de acessibilidade. Vocês foram fundamentais pela escolha do tema, aliada a paixão pelo Patrimônio que se desenvolveu no decorrer da faculdade.

Aos amigos que me acompanharam em toda a faculdade Amanda, Karine, João Filipe e Juliana, vocês tornaram o caminho mais divertido e gratificante. Obrigada por toda a troca de experiências, por todos os trabalhos em grupos, por todas as discussões, por todos os passeios. Aprendi demais com vocês e espero não nos afastamos. Em especial a você Juju, por me aguentar em casa durante mais de 4 anos, a faculdade se tornou muito mais prazerosa com a sua companhia nas noites de trabalho, com as

risadas de nossas desgraças como donas de casa, e claro, com as suas assistências técnicas que sempre me salvava.

Ao grupo da disciplina de Projeto Arquitetônico VII, composto por: Débora Kappel, Fernando Costa, Karine Dias, Nivea Scheffer e Sonielle Silva agradeço a contribuição dada ao levantamento arquitetônico da edificação, sem vocês o trabalho teria sido muito mais penoso.

Não poderia deixar de agradecer, a todos os funcionários e bolsistas do Forum da Cultura, que pacientemente me receberam nas inúmeras visitas. Estas foram apenas uma forma de fazer com que o trabalho pudesse se aproximar ao máximo da importância que esta edificação desempenha na cidade. O meu muito obrigada, por me abrir as portas e por todos os esclarecimentos. Certamente este trabalho não teria sido possível sem esse apoio.

Por fim, sei que infelizmente não consegui citar todos que me ajudaram nessa etapa, deixo os meus sinceros agradecimentos a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, vocês são muitos.

“Se o lugar não está pronto para receber
TODAS as pessoas, o lugar é deficiente”.

Thais Frota

Resumo

Como tema este trabalho apresenta proposta de intervenção no edifício denominado “Forum da Cultura” da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), situado na Rua Santo Antônio, nº 1112, no Centro da cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil. A edificação é reconhecida como Patrimônio Cultural, sendo tombado em nível municipal e abriga uma série de atividades culturais da cidade, como exposições, teatro, coral, museu, entre outras. O objetivo deste trabalho é adequar o edifício as condições de acessibilidade, tendo importância ainda maior por se tratar de um bem patrimonial público. O enfoque teórico se deu com base nas premissas e princípios que regem as intervenções em bens patrimoniais e com a consulta e análise da NBR 9050/2015: “Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos”. Foram realizados levantamento histórico da edificação e do contexto em que está inserida, visitas e levantamentos no local com diagnóstico de suas condições de acessibilidade, bem como revisão bibliográfica à cerca dos temas relacionados a patrimônio e acessibilidade. Ao final, conclui-se que a edificação apresenta muitas barreiras que restringem seu uso, e o fato de não ter sido projetado para exercer a função atual, faz-se necessário sua requalificação. Concomitantemente, sua arquitetura histórica impõe limites as intervenções (mínima intervenção, distinguibilidade e reversibilidade), afim de salvaguardar o bem cultural, sendo assim aponta-se diretrizes para projeto de adequação de uso que possa equacionar acessibilidade e patrimônio cultural.

Palavras-chave

Patrimônio Cultural. Acessibilidade. Forum da Cultura.

Sumário

1. Introdução	1
1.1 Apresentação	1
1.2 Justificativa	3
1.3 Objetivos	4
1.4 Metodologia.....	5
1.5 Estruturação.....	6
2. Acessibilidade x Patrimônio	8
2.1. Histórico da acessibilidade no Brasil, conceitos e definições	8
2.2. Acessibilidade em Patrimônio Cultural edificado.....	11
3. Objeto	14
3.1. Histórico	14
3.1.1. Breve histórico de Juiz de Fora.....	14
3.1.2. Breve histórico do Centro de Juiz de Fora.....	16
3.1.3. Breve histórico da Rua Santo Antônio	19
3.1.4. Histórico do Forum da Cultura	21
3.2. Análise urbana	25
3.3. Análise tipológica, identificação de materiais e sistemas construtivos ..	33
2.3.1. Ecletismo	34
3.3.1. Ecletismo em Juiz de Fora	35
3.3.2. Descrição do edifício	36
3.3.2.1 Exterior	36
3.3.2.2 Interior	50
4. Diagnóstico de acessibilidade	68
5. Proposta de intervenção	76
5.1. Diretrizes teóricas.....	76
5.2. Estudo de caso	78
5.2.1. Pinacoteca de São Paulo	78
5.2.2. Museu Casa de Santos Dumont	82
5.2.3 Contribuições.....	83

Referências Bibliográficas	87
Anexos.....	91

1. Introdução

1.1 Apresentação

O objeto de estudo é a edificação do Forum da Cultura da Universidade Federal de Juiz de Fora (Foto 1), localizada na Rua Santo Antônio, nº 1112, no centro da cidade de Juiz de Fora (Mapa 1), na região do estado de Minas Gerais denominada Zona da Mata, Brasil (Mapa 2).

Foto 1 - Vista frontal do Forum da Cultura.



Fonte: Layse Costa, 19 abr. 2017.

Mapa 1 – Juiz de Fora.



Fonte: Layse Costa, 2017. Adaptado de: Google maps. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-21.7380133,-43.4303131,24674m/data=!3m1!1e3>. Acesso em: 01 jun. 2017.

Mapa 2 – Localização da cidade de Juiz de Fora.



Fonte: Layse Costa, 2017. Adaptado de: <https://asnovidades.com.br/mapas-dos-estados-do-brasil-para-pintar/>, http://licht.io.inf.br/mg_mapas/mapa/cgi/iga_comeco1024.htm, <http://www.tribunademinas.com.br/frente-parlamentar-detem-25-dos-votos-da-regiao/>. Acessos em: 01 jun. 2017.

O prédio possui estilo eclético com influência neoclássica, além de franca inspiração nas villas italianas. Sua construção se deu na década de 1920, com a finalidade de residência para o Dr. Clóvis Guimarães Mascarenhas. Em sua fachada era gravada o nome Villa Ceci, uma homenagem à esposa do Dr. Clóvis, que se chamava Cecília Schlobach Procópio Vale Guimarães. Em 1928, o comerciante Roque Domingos de Araújo comprou o imóvel, em 1937 este faleceu e sua esposa, Hercília Teixeira Cortes de Araújo, no ano de 1953, vendeu a propriedade à Faculdade de Direito cujo diretor era o professor Benjamim Colucci. Apenas em 1972 o Forum da Cultura foi criado - pelo reitor Prof. Gilson Salomão -, e o prédio passou a exercer a atual função (UFJF, 2000).

Tombado em nível municipal, no ano de 1995, ao longo de sua existência o Forum vem possibilitando ao público, de uma forma geral, contato com espetáculos teatrais, artes plásticas, difusão de cultura popular e música.

1.2 Justificativa

Os Centros Culturais são espaços cujo objetivo é promover a cultura entre os habitantes de uma comunidade. Porém, a maioria deles possuem problemas no que se referem a acessibilidade, dificultando a inclusão e a participação de muitos dos possíveis usuários. (OLIVEIRA; BINS ELY, 2006).

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, garante que a igualdade é um direito de todo e qualquer cidadão. Por conseguinte, as pessoas com deficiência possuem absoluto direito à acessibilidade. Para isso, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), regulamentou a NBR 9050/2015: “Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos”, terceira norma desde 1983. Além disso, temos as Leis 10.098/2000 e 10.048/2000 regulamentada pelo Decreto nº 5.296/2004 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Contamos ainda, com o Estatuto da Pessoa com Deficiência: Lei Brasileira de Inclusão, nº 13.146/ 2015 que traz princípios e orientações para a promoção dos direitos e liberdades dos deficientes com o intuito de garantir inclusão social e cidadania a estes, além de estabelecer punições para

atitudes discriminatórias contra essas pessoas.

Como se pode ver, o conceito de acessibilidade passou a ser difundido no Brasil apenas na década de 1980. Logo, grande parte das edificações anteriores a essa data necessitam de alterações conforme seu uso para se enquadrar aos padrões de acessibilidade atuais e possibilitar a diversidade de usuários. Entretanto, sendo edificações de interesse de preservação tombadas, como é o caso do objeto deste trabalho, a manutenção das características do Bem devem ser garantidas, conforme apresentado no Dossiê de Tombamento. Porém, "...o bem patrimonial é portador de uma mensagem do passado, mas que só tem sentido se for usufruído no presente" (CARSALADE, 2013). Logo, Flávio Carsalade (2013) também afirma a importância de compreendermos que o bem cultural não deve ser passível apenas de uma observação casual, ele deve ser vivenciado. Visto que ele possui um caráter social, pois nos proporciona a sensação de pertencimento, nos orientam e nos referenciam ao percorrer as cidades, além de ser capaz de proporcionar uma identidade coletiva. "Portanto, para que o bem patrimonial possa exercer sua função mais ampla, ele tem que ser acessível e, para tanto, deve estar recuperado em sua potência". (CARSALADE, 2013).

Com base nos escritos acima, é notável que o tombamento, implica em uma série de restrições no que se refere às modificações para adequar o imóvel às normas de acessibilidade. Ao mesmo tempo, a acessibilidade é extremamente importante por possibilitar que todos os indivíduos usufruam dos seus direitos, e no caso específico deste trabalho, tenha acesso as atividades culturais desenvolvidas nesse importante ícone da arquitetura juiz-forana. "Deste modo, a cultura e os ambientes destinados a ela, quando acessíveis espacialmente a todas as pessoas, permitem novas formas de contribuir para à inclusão social" (OLIVEIRA; BINS ELY, 2006) e assim este trabalho justifica-se.

1.3 Objetivos

O objetivo geral do trabalho consiste em:

- Estudar o edifício do Forum da Cultura, de modo a fornecer subsídios e apontar diretrizes para a próxima etapa (Trabalho de Conclusão de Curso II) que consistirá na

realização de um projeto de intervenção pautado tanto na acessibilidade, quanto nas teorias, conceitos e técnicas da preservação do patrimônio cultural edificado, apreendidos durante a graduação e no decorrer deste trabalho.

Por outro lado, os objetivos específicos são:

- Contribuir para a promoção do Forum da Cultura.
- Elaborar pesquisa histórica acerca do Forum da Cultura e do local onde se insere, de modo a ser útil para pesquisas posteriores.
- Incentivar que seja executado o projeto de acessibilidade para o Forum da Cultura.
- Elaborar uma pesquisa correlacionando patrimônio cultural e acessibilidade, e que dessa forma incentive a adequação de outros bens patrimoniais as normas de acessibilidade.

1.4 Metodologia

O presente trabalho é pautado em diretrizes teóricas, conceituais e práticas sobre patrimônio cultural e acessibilidade. Na ausência de uma metodologia que verse sobre a acessibilidade em Edifícios Históricos, optou-se por seguir as diretrizes do Programa Monumenta/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, apresentada no Manual de Elaboração de Projetos de Preservação do Patrimônio Cultural (2005), fazendo algumas alterações a fim de se adequar ao objetivo do estudo. A metodologia do Programa Monumenta é dividida em três etapas: identificação e conhecimento do Bem, diagnóstico e proposta de intervenção.

A etapa de identificação e conhecimento do Bem consiste na busca de informações e coleta de dados acerca do objeto de estudo e do local onde está inserido, por meio de aspectos históricos, estéticos, artísticos, formais, técnicos, culturais, levantamento físico cadastral, análise tipológica, dentre outras. Para isso, foram realizadas pesquisas na biblioteca municipal, na Divisão de Patrimônio Cultural da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora (DIPAC), livros, outras referências bibliográficas e iconográficas, produções acadêmicas e sites.

A etapa de diagnóstico se deve de forma diferente do que é apresentado no Programa Monumenta, visto que se trata de uma intervenção de acessibilidade. Desse modo, elaborou-se uma avaliação da acessibilidade espacial com base no modelo proposto no livro “Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos” (DISCHINGER;

ELY; PIARDI, 2012).

Por fim, a proposta de intervenção, que será concretizada durante a etapa seguinte a esta pesquisa, no Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II). Aqui traça-se as diretrizes, para que o projeto atinja o seu objetivo de levar acessibilidade ao bem. Para tanto, as ações de intervenção serão guiadas por conceituações teóricas, no respeito à preexistência, ao entendimento do monumento como um documento que conta a sua própria história e o respeito à autenticidade, principalmente por se tratar de um bem tombado. Com isso, serão realizados estudos de casos, a serem utilizadas em prol da promoção da acessibilidade.

1.5 Estruturação

O presente trabalho se divide em 5 capítulos, a saber:

O capítulo 1 consiste na introdução, onde é apresentado o objeto de estudo, a justificativa do trabalho, os objetivos gerais e específicos, a metodologia e a presente estruturação.

No capítulo 2, é relatado um breve histórico da acessibilidade no Brasil, bem como alguns conceitos e definições. Em seguida, são traçadas as relações entre patrimônio e acessibilidade.

O capítulo 3 discorre sobre o objeto Fórum da Cultura, é descrito o histórico, não só do edifício, como do local onde ele se insere. Em seguida, é feita uma análise urbana do local onde se situa o bem. Posteriormente, é estudado a tipologia onde o imóvel é descrito, tanto internamente, quanto externamente.

No capítulo 4, é apresentado o diagnóstico de acessibilidade da edificação. Para isso, se utilizou um modelo de planilha do livro “Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos” (DISCHINGER; ELY; PIARDI, 2012).

No capítulo 5, são definidos os objetivos, as diretrizes, as justificativas das intervenções e apresentado dois estudos de caso. Esses itens em conjunto, contribuirão para que o projeto de intervenção seja elaborado na próxima etapa, TCC II.

Por último, é apresentada a conclusão, as referências bibliográficas e os anexos. Neste último, se insere inclusive, as planilhas usadas no diagnóstico de acessibilidade.

2. Acessibilidade x Patrimônio

2.1. Histórico da acessibilidade no Brasil, conceitos e definições

O tema acessibilidade ainda é recente. No Brasil, antes da Constituição de 1988, o assunto havia sido tratado apenas na Emenda Constitucional nº 12, de 17 de outubro 1978, e o texto dizia respeito somente ao acesso aos edifícios e logradouros. Com a promulgação da Constituição Brasileira de 1988 o tema é citado em seu artigo 5º, com o seguinte texto: “XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens” e no artigo 227 estabelece que: “§ 2º - A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.” No ano 2000, o assunto ganha maior dimensão com a regulamentação da Lei federal nº 10.048 e da Lei federal 10.098, em 2004 tais leis foram regulamentadas pelo Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004 que estabeleceu normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, com a aplicação de multas em caso de descumprimentos, bem como outras providências. Em 2015, passamos ainda a contar com a Lei Brasileira de Inclusão, nº 13.146/ 2015 do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que traz princípios e orientações para a promoção dos direitos e liberdades dos deficientes com o intuito de garantir inclusão social e cidadania a estes, além de estabelecer punições para atitudes discriminatórias contra esses indivíduos. Além das leis federais, podemos contar com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) que apresentou sua 2ª primeira versão da norma NBR 9050: “Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos” em 1983, passando por revisões em 1994, em 2004 e mais recentemente, em 2015. Esta NBR, estabelece os objetivos, critérios e parâmetros técnicos a serem observados em relação ao projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade. Além dessa, que será a de maior relevância para esse trabalho, a ABNT dispõe outras normas que

tratam da acessibilidade, algumas delas: NBR 15250 (2005) “Acessibilidade em caixa de autoatendimento bancário”, NBR NM 313 (2007) “Elevadores de passageiros – Requisitos de segurança para construção e instalação – Requisitos particulares para a acessibilidade das pessoas, incluindo pessoas com deficiência”, NBR 15599 (2008) “Acessibilidade – Comunicação na prestação de serviços”, NBR 14022 (2011) “Acessibilidade em veículos de características urbanas para o transporte coletivo de passageiros”, NBR ISO 9386 (2013) “Plataformas de elevação motorizadas para pessoas com mobilidade reduzida – Requisitos para segurança, dimensões e operação” e NBR 16537 (2016) “Acessibilidade — Sinalização tátil no piso — Diretrizes para elaboração de projetos e instalação”.

Como se pode ver, tanto a legislação quanto a normatização brasileira de acessibilidade são bastante vastas e atuais. O tema da acessibilidade evoluiu, e com isso surgiu uma série de conceitos essenciais para compreender melhor o assunto. Logo abaixo, é explicado o próprio conceito de acessibilidade e em seguida é definido a acessibilidade espacial e seus componentes, a acessibilidade plena, o desenho universal e por último, temos a definição de barreira.

De acordo com a NBR 9050/2015, a acessibilidade é definida por:

Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida. (ABNT, 2015, p.2).

Conforme o livro “Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos”,

Acessibilidade espacial significa bem mais do que poder atingir um lugar desejado. É também necessário que o local permita ao usuário compreender sua função, sua organização e relações espaciais, assim como participar das atividades que ali ocorrem. Todas essas ações devem ser realizadas com segurança, conforto e independência. (DISCHINGER, MORO BINS ELY, DEMENDA GROISMAN PIARDI, 2012, p. 28).

Segundo a obra citada acima, a acessibilidade espacial possui 4 componentes, que serão listados abaixo, são eles:

- Orientação espacial: está ligada à compreensão espacial, permitindo, que os usuários reconheçam as funções do espaço e definam estratégias para seu

deslocamento e uso. As condições de orientação também dependem dos suportes informativos existentes.

- Comunicação: diz respeito às possibilidades de troca de informações interpessoais, ou troca de informações por meio da utilização de equipamentos de tecnologia assistiva, que permitam o acesso, a compreensão e o uso das atividades existentes.
- Deslocamento: faz referência às possibilidades de movimento ao longo de percursos horizontais e verticais de modo independente, segura e confortável, sem interrupções e livre de barreiras.
- Uso: é obtido através da possibilidade efetiva de participação de todo indivíduo nas atividades, possibilitando utilizar todos os ambientes e equipamentos.

Já a acessibilidade plena é explicada da seguinte forma:

A acessibilidade plena significa considerar mais do que apenas a acessibilidade em sua vertente física e prima pela adoção de aspectos emocionais, afetivos e intelectuais indispensáveis para gerar a capacidade do lugar de acolher seus visitantes e criar aptidão no local para desenvolver empatia e afeto em seus usuários. (DUARTE; COHEN, 2012 apud DUARTE; COHEN, 2013).

Novamente, de acordo com a NBR 9050/2015, o Desenho Universal pode ser definido como: “concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem utilizados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva” (ABNT, 2015, p.4).

É relevante afirmar, que a promoção da acessibilidade está relacionada à superação de barreiras. Desse modo, o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015), define barreira como:

qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros (BRASIL, 2015, p. 9 -10).

As barreiras são classificadas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência em:

- Barreiras urbanísticas: existentes nos espaços públicos, ou de uso coletivo;
- Barreiras arquitetônicas: presentes nos edifícios públicos e privados;
- Barreiras transportes: presentes em meios de transportes;

- Barreiras comunicações e na informação: geradas quando existe qualquer obstáculo que impossibilite ou dificulte a comunicação por sistemas, ou por intermédio tecnológico;
- Barreiras atitudinais: através de comportamentos que prejudiquem a inclusão social da pessoa com deficiência;
- Barreiras tecnológicas: dificultam ou impossibilitam o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias.

Com base nos conceitos apresentados acima, nota-se que o tema acessibilidade deixou de se restringir a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e passou a ser entendida como uma forma de projetar para todos. No entanto, para que se chegue ao patamar de ter uma sociedade mais inclusiva, ainda há muito o que progredir. Conforme dito anteriormente, não falta legislações e normatizações, mas sim, conscientização e sensibilização de toda a população para que estas possam ser aplicadas.

2.2. Acessibilidade em Patrimônio Cultural edificado

Grande parte dos locais históricos possuem dificuldades de acesso, não apenas para as pessoas com deficiência, mas também para as que apresentam mobilidade reduzida, como: idosos, gestantes, pessoas com dificuldade de visão, entre outros. Isso se deve ao fato, de que esses locais, foram criados em um período em que a acessibilidade ainda não era discutida.

Como problemas de acessibilidade, mais comuns em locais históricos, podemos citar:

- a chegada, bem como estacionamento do veículo próximo ao local de visitação;
- o acesso ao edifício, com mudança de nível, degraus isolados ou escadas, pisos acidentados ou descontínuos, passagens estreitas, acessos especiais trancados (sem possibilidade de localização de chaves ou com necessidade de senhas), entre outros;
- desníveis internos;
- falta de informação sobre distâncias ou rotas acessíveis;
- inexistência de sanitários adaptados;
- falta de informação visual para deficientes auditivos e em relevo e braille para deficientes visuais (CAMBIAGHI, 2013, p. 209).

Segundo António Miguel Sousa (2014), os edifícios de interesse cultural, independentemente de ter regime de propriedade público ou privado, não devem restringir o acesso, ao mesmo tempo em que não devem confinar os indivíduos, que, pela sua dificuldade momentânea ou permanente de mobilidade, se veem privados de interagir com o meio físico e social que o circunda.

Tendo em vista que a acessibilidade garante acesso, uso e apropriação sociocultural a maior quantidade de pessoas, ela passa a atuar como um agente de preservação em ambientes reconhecidos como Patrimônio Histórico Cultural, na medida em que aumenta o interesse de mais parcelas da população em conservá-los (RIBEIRO, MARTINS, MONTEIRO, sem data). Sendo assim, tal intervenção contribui para a qualificação do uso dos imóveis e para o alargamento do seu reconhecimento e valorização pela sociedade como um todo.

A importância dessa ação, é reafirmada quando é analisado o Censo demográfico de 2010 (IBGE, 2017) que demonstra intenso crescimento de pessoas com algum tipo de deficiência que saltou de 14,5% para 23,9% da população. Sem falar que, deve-se ter sempre em mente que qualquer indivíduo está sujeito, a enfrentar dificuldades para a realização de atividades, devido a acidentes, doenças ou, mesmo, pelo processo de envelhecimento. Com isso, as intervenções de acessibilidade aos bens se configuram como de maior interesse e tem se tornando ainda mais necessária. Além disso, tal medida contribui para a melhoria da qualidade de vida de maior parcela da população, uma vez que fornece subsídios para tornar a sociedade mais inclusiva, permitindo uso e acesso, em condições de igualdade, a pessoas com e sem deficiência a valores históricos e culturais (RIBEIRO, MARTINS, MONTEIRO, sem data).

No entanto, Cambiaghi (2013) afirma que alguns profissionais, ainda relutam em adaptar espaços e edifícios de valor histórico cultural e artístico, por acreditarem que tal ação pode afetar a informação histórica.

No âmbito da salvaguarda dos bens culturais protegidos, é evidente que se deve garantir a preservação dos valores inerentes à sua produção medidas reversíveis e distinguíveis da obra existente. Para isso, contamos não apenas com recomendações estabelecidas universalmente, mas também com normas nacionais.

Devido ao grande número de legislações e normas, é comum que ocorram conflitos em suas aplicações. Embora o assunto venha ganhando importância e uma série de empresas venha desenvolvendo tecnologias para suprir as demandas de mobilidade, em edificações históricas, muitas das vezes se torna difícil promover a acessibilidade sem ferir as características arquitetônicas essenciais do edifício. Às vezes, a colocação de uma rampa no acesso principal se torna inviável, a solução encontrada – rampa na entrada de serviço – permite o acesso, mas de forma discriminada. Considerando essa complexidade, é necessário ponderar para que seja possível fazer alterações que, mesmo sem atender totalmente a demanda, podem amenizar ou diminuir as dificuldades existentes (DISCHINGER; ELY; PIARDI, 2012).

Além disso, de acordo com Sousa (2014) temos sempre que ponderar, a quem realmente importa assegurar a vivência e em quais locais da edificação ela se faz necessária, tendo em vista que mesmo com ajuda técnica facilitadora, nem sempre é possível, em função das diferentes características dos imóveis, assegurar idênticas condições de conforto e segurança no uso dos espaços. Desse modo, segundo o mesmo autor, é importante compreender esse alargado conjunto de fatores para não forçar uma falsa noção de mobilidade, introduzindo indiscriminadamente soluções e acessórios que induzem à ideia de “acesso”, da mesma forma que não devem aludir à noção de impossibilidade, sob pretexto da impossibilidade de soluções adequadas ou da descaracterização dos valores ou das qualidades do Bem.

Certamente, como se vê, para humanizar os espaços históricos e culturais, não há soluções tipificadas, cada caso é particular, e deve ser estudado de modo a elaborar um projeto único.

Lamentavelmente, apenas uma pequena parcela dos imóveis públicos de interesse cultural, no Brasil apresentam essas questões resolvidas. De fato, é um grande desafio compatibilizar as intervenções de acessibilidade com a preservação do patrimônio cultural, mas, o impacto positivo produzido na qualificação dos espaços compensa o esforço projetual. Sem esquecer que tal atitude agrega elementos que valorizam a melhor circulação de pessoas e conseqüentemente, propiciam o maior contato de todos com o patrimônio cultural.

3. Objeto

3.1. Histórico

3.1.1. Breve histórico de Juiz de Fora

Segundo Klaus Alberto et al. (2016), Juiz de Fora é uma cidade que se desenvolveu por caminhos, estradas e ferrovias. Pertencente a Zona da Mata Mineira, sua origem se deu devido a abertura do caminho criado para o transporte do ouro no século XVIII, denominada Caminho Novo.

Ao longo do Caminho Novo, foram surgindo outros povoados. Em 1820, foi criado o povoado de Santo Antônio do Paraibuna, o qual mais tarde, daria origem à cidade de Juiz de Fora. Em 1853, a Vila de Santo Antônio do Paraibuna é elevada à categoria de cidade e, em 1865, ganhou o atual nome de “Juiz de Fora”. A origem do nome é controversa, alguns estudos apontam que o nome é uma menção à casa do Juiz Bustamante de Sá, um magistrado nomeado pela Coroa para atuar nas regiões em que não havia juiz de direito, que estando de passagem na região, se hospedou nos arredores de onde viria a surgir, o povoado Santo Antônio do Paraibuna. (KLAUS et al., 2016).

Ainda em 1835, o engenheiro alemão Henrique Guilherme Fernando Halfeld, constrói a Estrada do Paraibuna, a qual era parte integrante de um projeto que tinha como intuito ligar Vila Rica, atual Ouro Preto, ao Rio de Janeiro. Por essa estrada passa hoje a Avenida Rio Branco, a principal via do município. Na segunda metade do século XIX, inicia-se as obras no centro da cidade, baseada na planta assinada pelo engenheiro Gustavo Dodt. (KLAUS, Alberto et al., 2016). Neste período, tem início o traçado das primeiras ruas, as quais, rua da Califórnia (rua Halfeld), rua Formosa (rua Batista de Oliveira), rua Imperial (rua Marechal Deodoro), rua Santo Antônio, Avenida Barão do Rio Branco (popularmente conhecida como Avenida Rio Branco) e Avenida Getúlio Vargas. (PEREIRA, 2015).

O intenso desenvolvimento do município, fez com que Mariano Procópio Ferreira Laje, conseguisse empréstimo para a vinda de colonos alemães para construir a estrada União Indústria no ano de 1961, caracterizando como uma importante rota que facilitaria o escoamento da produção de café. (JF MINAS, 2017).

Neste período, a produção de café havia crescido muito na Zona da Mata. Em 1875, Juiz de Fora era uma das cidades da região detentora dos maiores números de escravos. Neste mesmo ano, mais um investimento chega a cidade, a Estrada de Ferro Dom Pedro II. Esta veio com o intuito de substituir a rota da União Indústria, devido ao progresso industrial e para transportar com maior eficiência a produção de café. Além de servir como meio de transporte para os que vinham de fora. Porém, na segunda década do século XX, o café começou a declinar e a cidade já contava com outras atividades. (JF MINAS, 2017).

Muitas pequenas indústrias e fábricas, como de curtume, cervejarias, entre outras, fomentavam a atuação da indústria têxtil, como a Fábrica de Tecelagem Bernardo Mascarenhas (1888), e faziam expandir o território, consolidando a área central como coração da cidade, sem deixar de haver nas cercanias um cinturão de áreas rurais composto por fazendas e pequenas propriedades agrícolas também produtivas. (ALBERTO et al, 2016, p. 26).

A Fábrica de Tecelagem Bernardo Mascarenhas inaugurada em 1888 foi fundada por Bernardo Mascarenhas, um comerciante e estudioso que com o seu conhecimento técnico produzia tecidos de excelente qualidade e empregava uma grande quantidade de operários. Ao vir para Juiz de Fora, esse industrial, adquiriu um terreno onde se situava a Cachoeira de Marmelos. A queda d'água fornecia energia hidráulica para a sua fábrica e em 1889, viria a funcionar a Usina Hidrelétrica de Marmelos que supriria toda a cidade. (CROCE, 2008).

Sendo assim, a Usina de Marmelos se tornou a primeira hidrelétrica de grande porte da América Latina e Juiz de Fora ganhou a alcunha de “Farol de Minas”. Devido ao grande crescimento industrial, a cidade chegou a ser conhecida também como “Manchester Mineira”, fazendo alusão a cidade industrial inglesa Manchester. Além de outras denominações como “Europa dos pobres”, “Atenas mineira” e “Barcelona mineira”. (BRAIDA, 2011).

Embora Juiz de Fora é uma cidade mineira, pode se dizer que ela possui muito pouco da cultura colonial. Pautada nos moldes europeus e com uma estreita ligação com o

Rio de Janeiro, apresenta uma série de atividades que fogem à tradição escravista, como teatros, cinemas, jornais, colégios e literaturas. (JF MINAS, 2017).

A cidade sempre foi marcada por uma efervescente vida cultural, que atraiu os mais variados interesses. O município conta com povos alemães, italianos, sírios, libaneses, portugueses, africanos e etc. Segundo informações do site JF Minas, Juiz de Fora residiu católicos, espíritas, protestantes, maçons, liberais, monarquistas e republicanos. Da mesma forma a arquitetura da cidade possui sua diversidade, suas obras variam do estilo eclético ao contemporâneo, contando com obras de figuras renomadas como do arquiteto Oscar Niemeyer e de artistas como Di Cavalcanti e Cândido Portinari.

No final dos anos 60, Juiz de Fora vivencia as consequências de seu desenvolvimento, apresentando elevado aumento populacional, especulação imobiliária, intenso debate político, economia baseada na prestação de serviço, atração de estudantes – principalmente com a criação da Universidade Federal de Juiz de Fora, no governo do Presidente Juscelino Kubitschek -, dentre outros efeitos. (JF MINAS, 2017).

Sua posição estratégica facilita o contato com os maiores mercados consumidores do país. Atualmente a cidade se destaca nos setores comercial, industrial e de prestação de serviços, sendo considerada um polo regional. Com isso, o município movimenta um grande fluxo de pessoas a procura de estudo, emprego, tratamentos de saúde e, conseqüentemente, de moradia.

3.1.2. Breve histórico do Centro de Juiz de Fora

A formação do centro de Juiz de Fora (Mapa 3), tem origem nos traçados dos caminhos que deram origem a cidade (FONSECA; FILHO, 2016). Desse modo:

O núcleo inicial da cidade pode ser descrito como um triângulo conformado pela Avenida Rio Branco (trecho da antiga estrada do Paraibuna e primeira rua de Juiz de Fora), pela Avenida Getúlio Vargas (trecho da estrada União Indústria) e pela Avenida Independência (resultante da canalização, na segunda metade do século XX, de um córrego afluente do Rio Paraibuna). (BRAIDA, 2011, p. 83).

Mapa 3 - Núcleo central de Juiz de Fora.



- AVENIDA RIO BRANCO
- AVENIDA GETÚLIO VARGAS
- AVENIDA ITAMAR FRANCO (ANTIGA AVENIDA INDEPENDÊNCIA)

SEM ESCALA



Fonte: Layse Costa, 2017. Adaptado de: Prefeitura Municipal de Juiz de Fora.

Essa configuração das ruas, tem origem nos desenhos desenvolvidos em 1860, pelo engenheiro Gustavo Dott. O traçado do centro é formado por ruas perpendiculares entre si. O que só foi possível, pelo fato da cidade se situar no fundo de um vale, com um centro plano. (BRAIDA, 2011). As primeiras vias foram abertas a partir da doação

de terras num traçado sempre norteado pela Avenida Rio Branco, transversais e paralelas à esta. (ESTEVEES, 1915)

Na região central da cidade foram construídos uma série de palacetes entre fins do século XIX e início do século XX. Estes foram influenciados tanto pelos alemães, quanto pela companhia italiana, Pantaleone Arcuri. (OLENDER, 2011 apud ALBERTO et al, 2016). Grande parte dos palacetes ecléticos localizados no centro da cidade, conservavam as características de implantação dos antigos sobrados, isto é, se localizavam no alinhamento da calçada. No entanto, as edificações que se distanciavam do núcleo central, em direção ao bairro Alto dos Passos, se afastavam das divisas do lote e a volumetria e o tratamento estético ficavam mais rebuscados. (ALBERTO et al., 2016). Como se pode ver, embora o Forum da Cultura esteja alocado no núcleo central, este possui algumas características das edificações que distam desse centro.

A virada da década de 1920, caracterizou como um período de mudanças econômicas propiciado pelo fim da economia cafeeira e dos senhores de terras. Desse modo, a arquitetura habitacional passou por um processo de racionalização de suas formas e de simplificação de suas linhas. A região central se deparava com a arquitetura *Art Déco*, um símbolo do progresso e da modernização. (JUIZ DE FORA, 2002 apud ALBERTO et al., 2016).

Em 1925 Juiz de Fora, ganha a sua primeira galeria, a Pio X. A partir daí elas se multiplicam e tornam representantes do período em que a cidade deixou a vocação industrial e passou a se dedicar mais ao comércio. Posteriormente, durante a década de 1970, surgem os calçadões, um importante elemento que prioriza o pedestre. Estes, em conjunto, trazem para o centro vitalidade e dinamismo, devido as diferentes funções que exercem. (FONSECA; FILHO, 2016).

Essa área da cidade também é marcada por praças, das quais podemos citar, o Parque Halfeld, a Praça Antônio Carlos, o Largo do Riachuelo, dentre outras. Elas são elementos importantes, principalmente por propiciar uma parcela de verde em uma área tão densamente ocupada por construções. Além disso, as praças testemunharam a evolução da cidade, abrigando símbolos da história juiz-forana. (COLCHETE FILHO et al., 2008 apud FONSECA; FILHO, 2016).

Como se pode ver, o Centro de Juiz de Fora possui uma boa infraestrutura que concentra atividades econômicas e serviços. Fazendo com que seu centro original fosse preservado como um importante espaço dentro da dinâmica da cidade. (ALBERTO et al., 2016). Mesmo tendo surgido outras centralidades na cidade, o centro original ainda não perdeu a sua função. “É um centro urbano animado por relações sociais decorrentes tanto da manutenção de usos residenciais quanto de uma extensa rede comercial, além de opções de lazer e cultura”. (BRAIDA, 2011).

Por fim, vale ressaltar que o Centro não está estagnado no tempo. Nos últimos anos ele passou por um processo de reurbanização das ruas e avenidas com o intuito de adaptá-las às normas de acessibilidade e por obras de embelezamento urbano. Além disso constantemente são feitas reformas em praças e modificações do sistema viário, como forma de tentar descongestioná-lo. (BRAIDA, 2011).

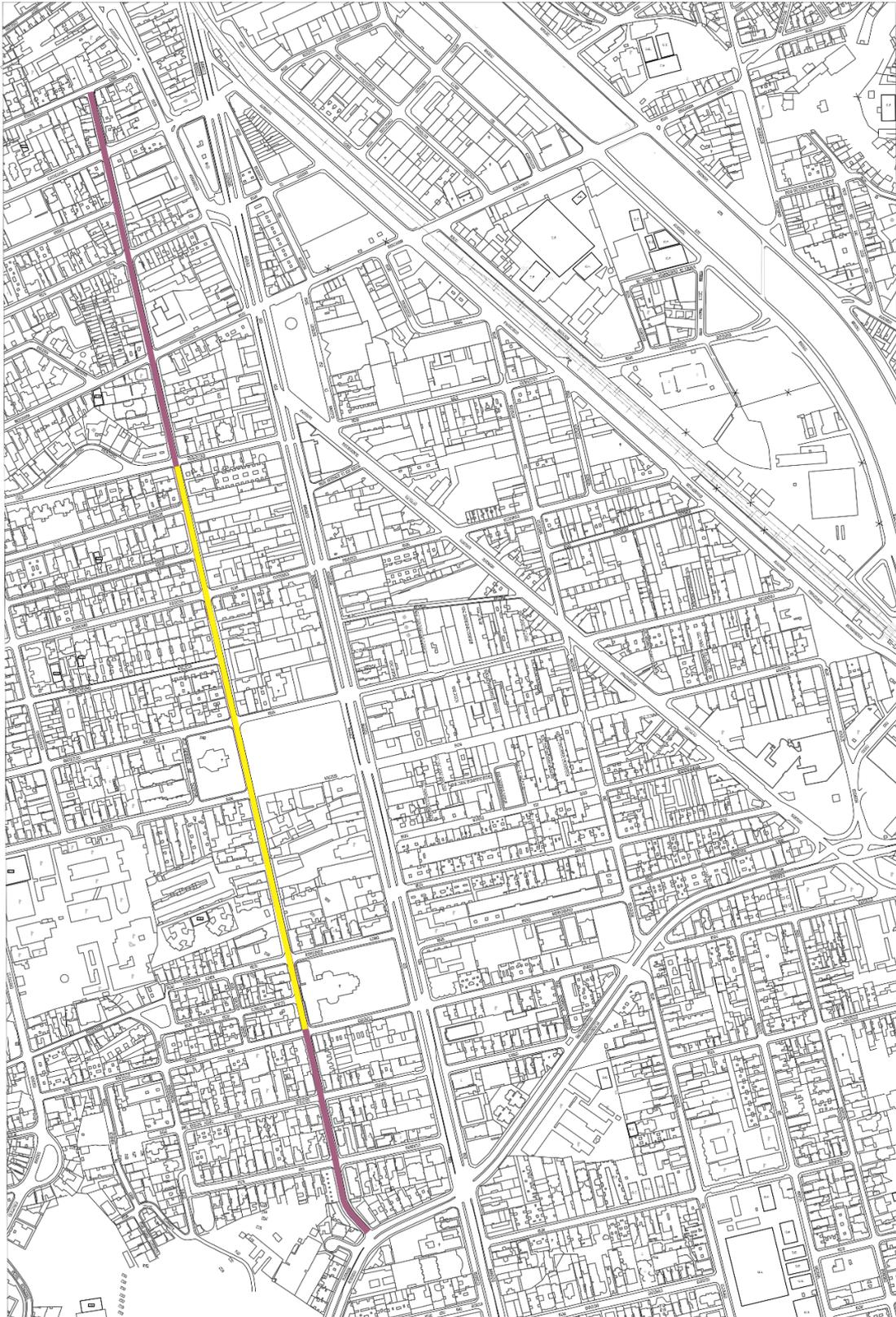
3.1.3. Breve histórico da Rua Santo Antônio

O nome do logradouro provavelmente é uma homenagem a Fernando de Bulhões y Taveia de Azevedo, um dos santos católicos mais populares em todo o mundo. O antigo nome da cidade, Santo Antônio do Paraibuna, também foi dado em homenagem a este Santo, que também é o padroeiro da cidade. (FUNALFA, 2004).

A Rua Santo Antônio teve início com a Resolução nº. 181, de 23 de agosto de 1893, que autorizou a aceitação da doação dos terrenos para a abertura da rua. No mesmo ano, a Resolução n. 196, de 3 de outubro, aprovou as plantas para determinação do seu eixo. (ESTEVES, 1915).

A princípio a Rua Santo Antônio tinha começo no largo da matriz (Catedral Metropolitana) e terminava na rua São Sebastião. Possuía 1.250 metros de extensão. (ESTEVES, 1915). Atualmente, tem seu início na Avenida Itamar Franco e finaliza na Rua Paula Lima, tendo aumentado consideravelmente o seu tamanho, desde a época de sua construção, conforme mostrado no mapa 4.

Mapa 4 - Expansão da Rua Santo Antônio.



■ RUA SANTO ANTÔNIO AUTORIZADA EM 1893
■ EXPANSÃO DA RUA SANTO ANTÔNIO

SEM ESCALA 

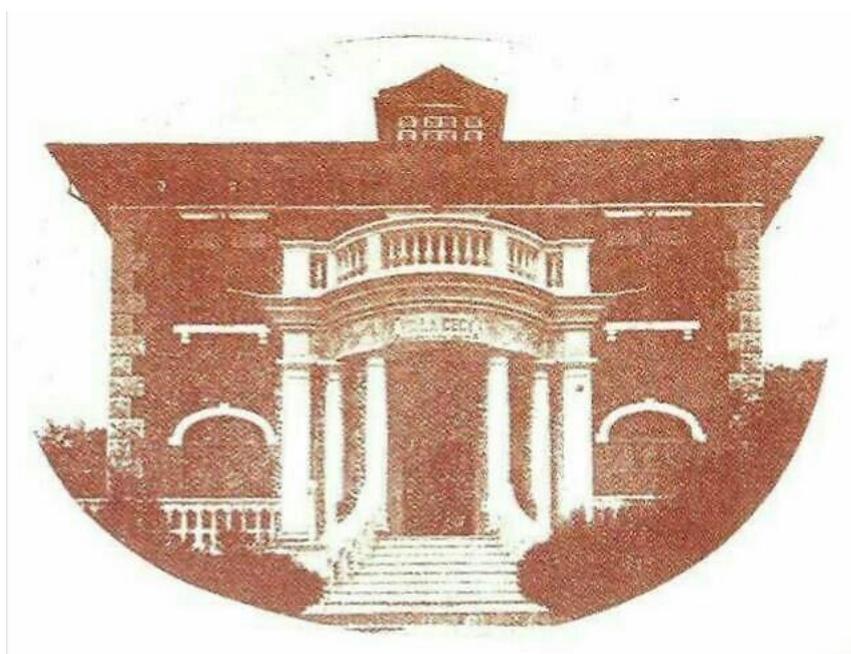
Fonte: Layse Costa, 2017. Adaptado de: Prefeitura Municipal de Juiz de Fora.

Mais recentemente, em 2010, na Rua Santo Antônio teve início a obra de padronização das calçadas, a medida visava atender principalmente às questões de acessibilidade (FURTADO, 2010). Conforme anexo A, apenas em 2012, a intervenção chega às proximidades do Forum da Cultura. A execução foi alvo de muitas críticas, devido às muitas falhas que ocorreram.

3.1.4. Histórico do Forum da Cultura

O prédio do atual Forum da Cultura foi construído na década de 1920 pelo Dr. Clóvis Guimarães Mascarenhas para fins residenciais. Sua fachada ostentava o nome “Villa Ceci” em homenagem à esposa do proprietário, Cecília Schlobach Procópio Vale Guimarães (Imagem 1). Clóvis era filho do importante industrial Bernardo Mascarenhas. Sua morte se deu no ano de 1973. (UFJF, 2000).

Imagem 1- Villa Ceci nos anos 1920.



Fonte: UFJF, 2000.

Antes disso, em 1928, o imóvel foi vendido ao comerciante e cafeicultor Roque Domingues de Araújo. Falecido em 1937, deixou viúva Hercília Teixeira Cortes de Araújo que, em 1953, vendeu a propriedade à Faculdade de Direito de Juiz de Fora, representada na compra, pelo seu diretor o professor Benjamim Colucci. (UFJF,

2000).

Para abrigar a Faculdade, foi construído um anexo pelos Irmãos Damasceno-Construtores. A nova edificação possuía traçados simples, sua finalidade era abrigar as salas de aula e um Salão Nobre com 247 cadeiras, mais tarde transformado em teatro. Em 1960, instalou-se, na faculdade, a primeira sala de reitor da UFJF, ocupada pelo Professor Moacyr Borges de Mattos. (UFJF, 2000). Nota-se, na imagem acima, que ocorreu a supressão do belvedere, com relação a imagem anterior, não se sabe a data de tal fato. Além disso, percebe-se na foto 2 que o nome “Villa Ceci” que constava na fachada sendo substituído por “Faculdade de Direito”.

Foto 2 - Antiga Faculdade de Direito.



Fonte: <http://www.ufjf.br/forumdacultura/galeria-de-fotos/nggallery/forum-da-cultura/memoria>. Acesso em: 19 abr. 2017.

Em 1971 a Faculdade de Direito foi transferida para o Campus Universitário e em 1972, no reitorado do Professor Gilson Salomão foi criado o Fórum da Cultura, pela Resolução nº 16/72 do Conselho Universitário (UFJF, 2017). Observa-se na foto 3, que mais uma vez o nome da fachada foi trocado, agora “Forum da Cultura UFJF”, tal fato mostra que a edificação sempre exibiu o nome da atividade nela desenvolvida.

Foto 3 - Forum da Cultura.



Fonte: Layse Costa, 11 maio 2017.

Com isso, ainda em 1972 o Salão Nobre foi adaptado e transformado em Sala de Espetáculos. Neste mesmo ano em projeto do Professor José Luiz Ribeiro foi inaugurado o Grupo Divulgação e o Coral Universitário, CORUNI, fundado em 1960, passa a ocupar as instalações do Forum da Cultura. (UFJF, 2000).

O Museu de Cultura Popular originado em 1962 pelo Professor Wilson de Lima Bastos foi transferido para o Forum em 1973, passando a ter seu acervo em exposição permanente. Suas peças foram doadas à UFJF em setembro de 1987. Na mesma data, o professor Dr. Antônio Henrique Weitzel assumiu o legado e iniciou o registro de tombamento das peças. (UFJF, 2000).

No ano de 1981, no reitorado do professor Márcio Leite Vaz foi criada a Galeria de Arte, um espaço em que importantes artistas mineiros e juiz-foranos exibiram suas obras. O espaço da Galeria recebeu um tratamento visual novo, com iluminação adequada às obras de arte. Tempos depois, em 1984 o palco da Sala de Espetáculos, passou por uma reforma. (UFJF, 2000).

Nos anos 90, a pinacoteca teve seu início através de uma campanha capitaneada pela então programadora cultural da UFJF, Delma Rocha e pela supervisora do Fórum da Cultura na época, Solange Starling Brandão que conseguiram doações de artistas. Posteriormente, foram incorporados ao acervo obras cedidas por diversos setores da UFJF. Atualmente, expõe de modo permanente óleos, gravuras, serigrafias,

esculturas e maquetes de artistas juiz-foranos e mineiros. (UFJF, 2017).

Em 1993, o Forum foi presenteado por um rico acervo fonográfico, doado pelo Professor Murílio de Avelar Hingel, Ministro da Educação. O acervo é diversificado, com predominância da música erudita, possui composições que variam da medieval à contemporânea, e amplo, com mais de um milheiro de discos de vozes, cantos e orquestras que marcaram o século XX. (UFJF, 2000).

No decorrer de 1993 o imóvel passou por um processo de restauração (Anexo B), possibilitado por meio de recursos obtidos através do Ministério da Educação (MEC) e Secretaria de Ensino Superior. (TRIBUNA DE MINAS, p. 122). A intervenção “contemplou a manutenção da pintura, dos pisos e dos vitrais do edifício original, além da reforma dos sistemas de forro dos ambientes”. (SILVA, 2016).

Em 1992, teve início o Processo de Tombamento do edifício. No ano de 1995, o processo foi concluído através do Decreto nº 5.385 de 14 de setembro do mesmo ano. A proteção se deu devido ao aspecto cultural do imóvel, por ter conquistado a afeição de estudantes e professores, durante o período da Faculdade de Direito e pelos inúmeros artistas que atualmente frequentam a casa, que se tornou um centro difusor da cultura juiz-forana. Além do caráter cultural, destacam-se também a característica histórica e arquitetônica por ter sido uma residência típica dentro do estilo do começo do século XX, dos casarões que povoavam a rua de Santo Antônio. Logo, o Decreto tem como objeto de preservação a volumetria construtiva, as fachadas, os acessos externos, a entrada principal, os muros de fecho, os jardins, a área de implantação do bem e os ambientes internos originais que caracterizam o casarão. (DECRETO nº 5385, 1995).

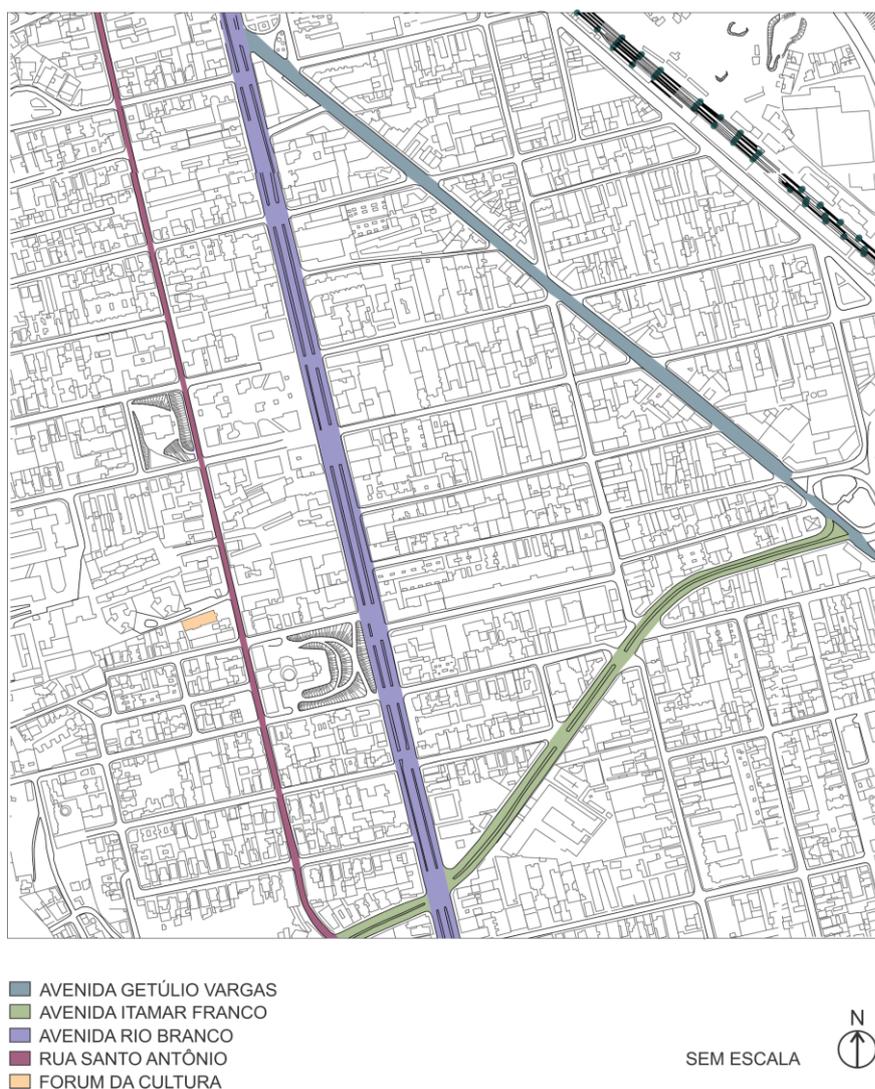
Até 1994 funcionaram no local as seguintes entidades: Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora, Centro de Estudos Sociológico e Centro Cultural Pró-Música. (UFJF, 2000). Com a transferência dessas entidades, permaneceram no espaço o Coral Universitário, o Centro de Estudos Teatrais (CET) – Grupo Divulgação, o Museu de Cultura Popular, a Pinacoteca, o Acervo Fonográfico e a Galeria de Arte.

Ainda mais recente, o Forum continua passando por algumas transformações. Em outubro de 2015 os dois flamboyants que embelezavam o seu jardim frontal, precisaram serem cortados por questões de segurança. No local foram plantadas sementes das árvores retiradas.

3.2. Análise urbana

O Bem se localiza no Centro de Juiz de Fora, na Rua Santo Antônio, pertencente a uma área nobre da cidade. Próximo a esta via, se situam as principais vias da cidade, que juntas configuram um triângulo formado pela Avenida Rio Branco, pela Avenida Getúlio Vargas e pela Avenida Itamar Franco, conforme destacado no mapa a seguir.

Mapa 5 - Localização do imóvel.



Fonte: Layse Costa, 2017. Adaptado de: Prefeitura de Juiz de Fora.

Nota-se que na rua Santo Antônio e proximidades apresenta uso predominantemente residencial, com poucos imóveis voltados para comércio ou mistos (comercial e residencial). Em contrapartida, observa-se na avenida Rio Branco e entorno há um caráter mais comercial e de serviço. A área de análise também conta com algumas instituições, estas se encontram bem distribuídas, conforme o mapa abaixo.

Por se tratar da área central, onde teve início a formação da cidade, nota-se uma boa quantidade de imóveis de interesse cultural. A vegetação é bastante presente em todo o entorno, estas podem ser consideradas adequadas por não obstruir a passagem e por suas raízes não danificar o passeio. Além disso, percebe-se maiores concentrações de verde no Parque Halfeld e no terreno da Catedral Metropolitana e da Igreja São Sebastião (Mapa 7).

Mapa 7 - Vegetação e imóveis de interesse cultural.



Fonte: Layse Costa, 2017. Adaptado de: Prefeitura Municipal de Juiz de Fora.

Quanto ao fluxo de veículos (Mapa 8), nota-se que a região é bem movimentada. A rua Santo Antônio, onde se situa o Forum da Cultura possui fluxo moderado, quando comparado com a avenida Rio Branco. Algumas ruas acima do objeto de estudo, possui um fluxo de veículos mais fraco. A área da Rua Halfeld e Rua Marechal Deodoro demarcada de verde, apresenta fluxo fraco de veículos por ser de acesso restrito, não tendo saída para a Avenida Rio Branco. A parte baixa da Rua Halfeld e a Rua Marechal Deodoro, possui uso exclusivo de pedestres, com intensa movimentação de pessoas.

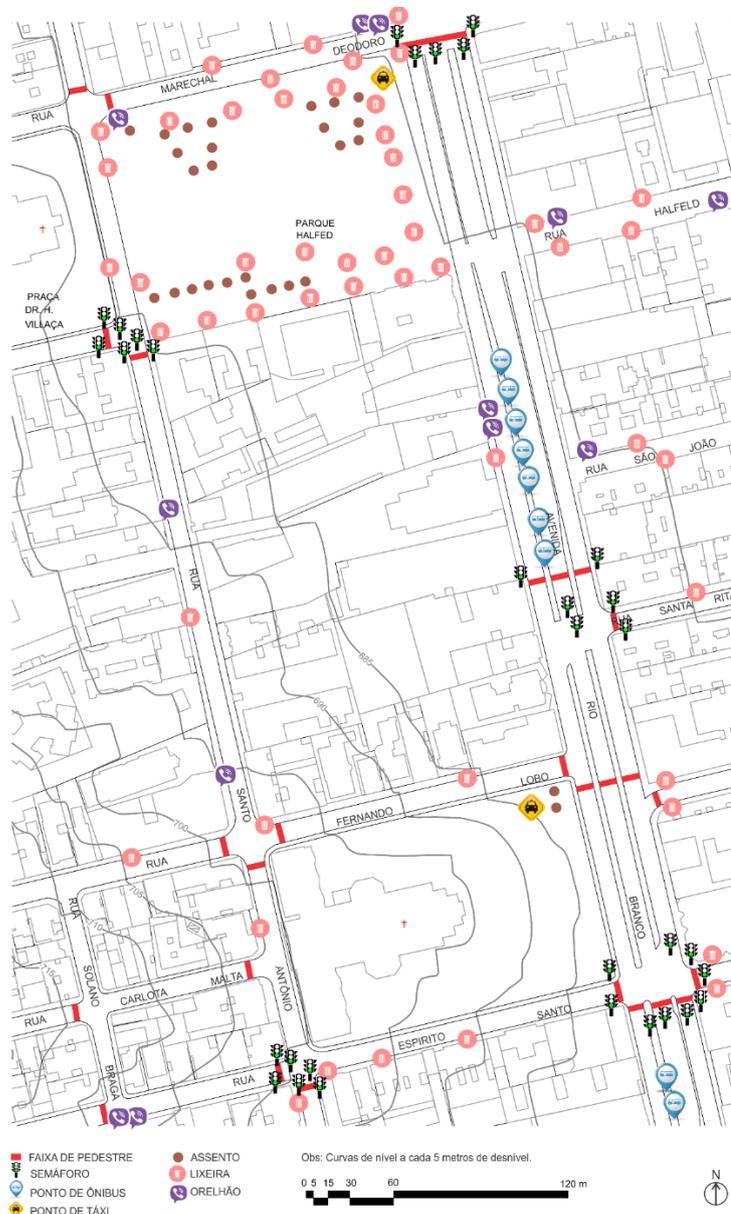
Mapa 8 - Fluxo de veículos.



Fonte: Layse Costa, 2017. Adaptado de: Prefeitura Municipal de Juiz de Fora.

Devido ao intenso fluxo de veículos citado acima, a região possui uma quantidade satisfatória de faixa de pedestre e semáforos, no entanto, nem sempre estes locais de travessia estão adequados para todos os usuários, a maioria das faixas não são elevadas e nem possuem rampa, ou quando possuem são inadequadas. Na avenida Rio Branco se localizam muitos pontos de ônibus (Mapa 9), estes são equipados com assentos, lixeiras e piso tátil. Nesta mesma avenida tem dois pontos de táxi mais próximos ao Forum da Cultura, um na Catedral Metropolitana e outro no Parque Halfeld. No entorno tem-se bastante orelhões e lixeiras, os assentos se localizam no Parque Halfeld e foram encontrados apenas dois na Catedral.

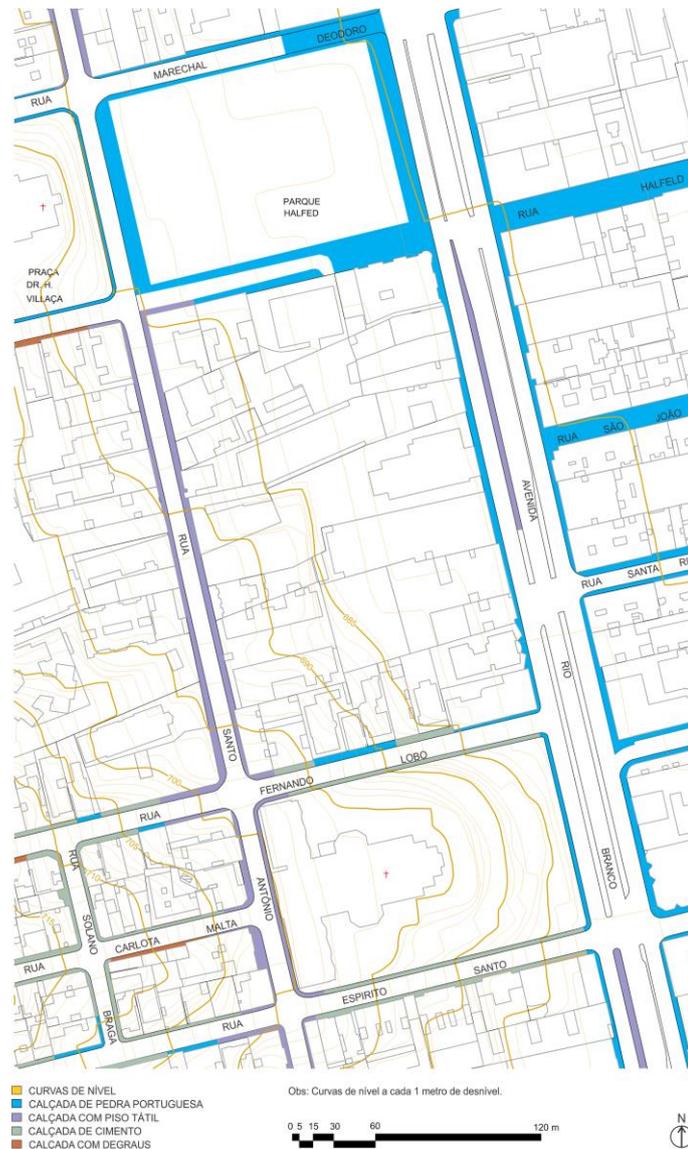
Mapa 9 - Mobiliário urbano.



Fonte: Layse Costa, 2017. Adaptado de: Prefeitura Municipal de Juiz de Fora.

Na avenida Rio Branco o calçamento é de pedra portuguesa (Mapa 10), isto é, o piso é escorregadio, com uma série de desníveis. A rua Santo Antônio, passou por uma reforma mais recente, conforme citado anteriormente, o objetivo da reforma era padronizar as ruas da cidade e levar a acessibilidade, para isso foi instalado piso tátil, porém, de forma que não atende a norma. As vias que cortam a avenida Rio Branco e a rua Santo Antônio, possuem variedade de revestimentos, algumas devido à grande declividade possuem degraus. Como pode ser observado no mapa abaixo, o local onde se situa o Forum da Cultura, possui uma grande declividade, a situação se agrava quando se analisa as ruas acima de onde o Bem se localiza, no entanto, a avenida Rio Branco é plana.

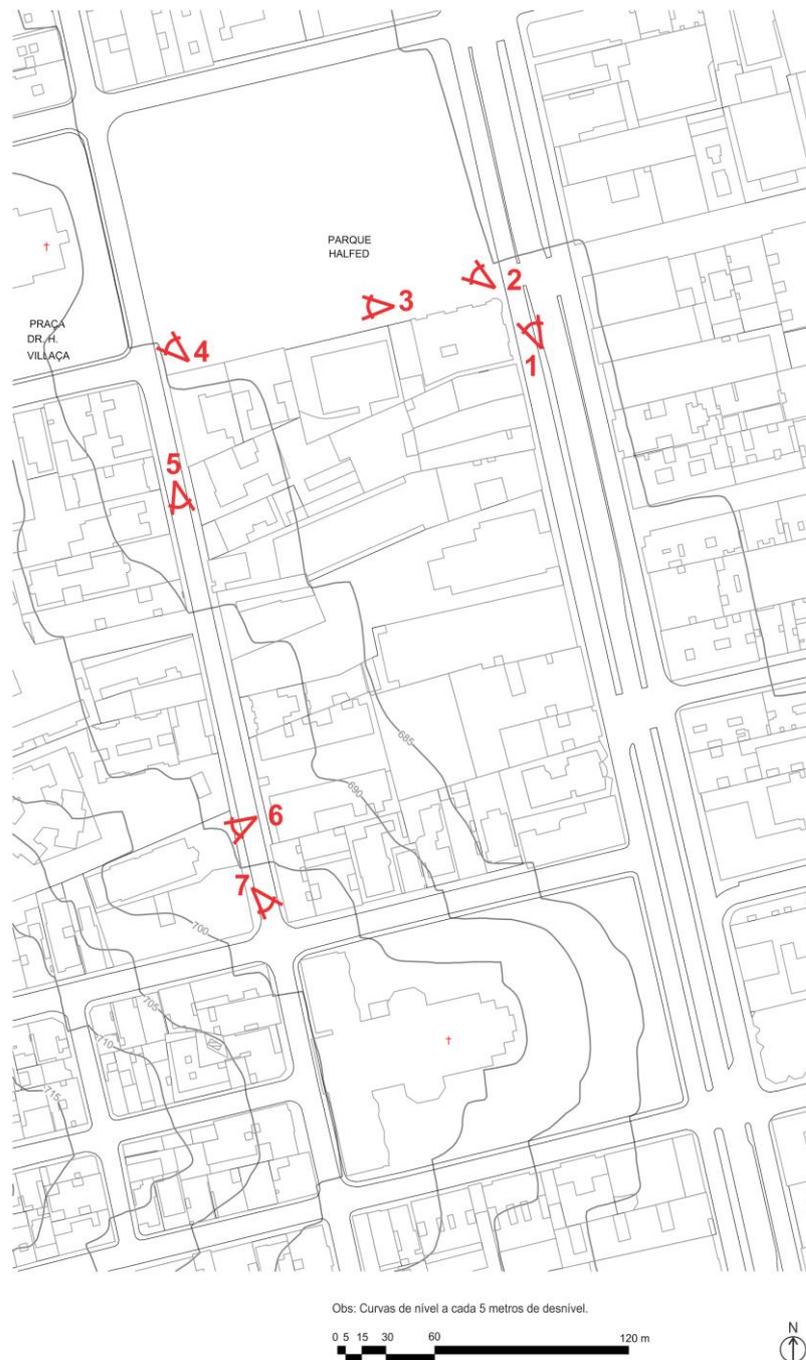
Mapa 10 - Calçamento e topografia.



Fonte: Layse Costa, 2017. Adaptado de: Prefeitura Municipal de Juiz de Fora.

Neste trabalho, adotou-se o método de visão serial para melhor compreensão do entorno da edificação. O percurso inicia-se em um dos pontos de ônibus da avenida Rio Branco, passando pela rua Halfeld, até o Fórum da Cultura (Mapa 11 e Imagem 2). Este percurso foi escolhido por se tratar do mais acessível e por acreditar que o ônibus é mais utilizado que o táxi. No mapa a seguir, é mostrado o trajeto, e logo embaixo, tem-se as imagens de cada um desses pontos.

Mapa 11 - Visão serial



Fonte: Layse Costa, 2017. Adaptado de: Prefeitura Municipal de Juiz de Fora.

Imagem 2 – Sequência da visão serial



PONTO DE ÔNIBUS NA AVENIDA RIO BRANCO

1



ESQUINA DA AVENIDA RIO BRANCO COM A RUA HALFELD

2



RUA HALFELD

3



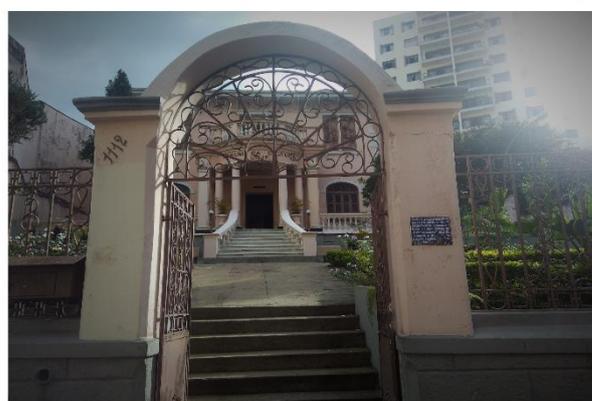
ESQUINA DA RUA HALFELD COM A RUA SANTO ANTÔNIO

4



RUA SANTO ANTÔNIO

5



FORUM DA CULTURA

6

Fonte: Layse Costa, 24 abr. 2017.

Em termos de Lei de Uso e Ocupação do Solo, o imóvel, situado à rua Santo Antônio, pertence a Unidade Territorial I, se encontra na Zona Comercial 3 (ZC3), tendo modelo de ocupação permitida até M 6^a (Tabela 1 e 2).

Tabela 1 - Zona de uso e ocupação do solo.

ZONAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

TABELA B -- CLASSIFICAÇÃO DAS ZONAS QUANTO AOS MODELOS DE OCUPAÇÃO PERMITIDOS

CATEGORIA DE USO	ZR1		ZR2		ZR3		ZC1	ZC2	ZC3	ZC4		ZC5		ZUM1	ZUM2	ZI												
	ZONA	CORREDOR	ZONA	CORREDOR	ZONA	CORREDOR				ZONA	VIA ESPECIAL	ZONA	VIA ESPECIAL															
RESIDENCIAL	Unifamiliar	M1	M1	Até M3	Até M3A	Até M2	Até M2A	Até M6A	Até M8A	Até M6A	Até M4	Até M4A	Até M5	Até M4														
	Multifamiliar	--	--								Até M2A	Até M2A				Até M2A	Até M2A	Até M2A										
COMERCIAL SERVIÇO	Local	M1	M1	Até M1A	Até M1A	Até M1A	Até M1A				Até M2A	Até M2A				Até M2A	Até M2A	Até M2A	Até M2	Até M2A	Até M2	Até M2						
	Bairro																											
	Principal																											
	Setorial																											
INSTITUCIONAL	Local	M1	M1	Até M3A	Até M3A	Até M1	Até M1A				Até M2A	Até M2A				Até M2A	Até M3A	Até M3A	Até M3	Até M3A	Até M5	Até M4						
	Bairro																											
	Principal																											
INDUSTRIAL	Grupo 1	--	--	Até M1A	Até M1A	Até M1A	Até M1A				Até M2A	Até M2A				Até M2A	Até M2A	Até M1A	Até M2	Até M2A	Até M2	Até M2						
	Grupo 2																											
	Grupo 3																											
	Grupo 4																											

Fonte: Layse Costa, 2017. Adaptado de: LEI COMPLEMENTAR Nº 006 - de 27 de novembro de 2013 - Anexo 6. Disponível em: <http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br/>. Acessado em: 03 maio 2017.

Tabela 2 - Modelos de ocupação.

MODELOS DE OCUPAÇÃO

LOTE		MODELO	COEFICIENTE APROVEIT. MÁXIMO	TAXA DE OCUPAÇÃO MÁXIMA	AFASTAM. FRONTAL MÍNIMO (m)	AFASTAMENTOS LATERAL E DE FUNDOS MÍNIMOS (m)	MODELO	COEFICIENTE APROVEIT. MÁXIMO	TAXA DE OCUPAÇÃO MÁXIMA	AFASTAM. FRONTAL MÍNIMO (m)	AFASTAMENTOS LATERAL E DE FUNDOS MÍNIMOS (m)	OBSERVAÇÕES	
ÁREA MÍNIMA (m²)	TESTADA MÍNIMA (m)												
300	10	M1	1,0	65%	3,0	lote > 300 m²: uma divisa = 0 demais = 1,5	M1A	1,0	1º ao 3º pav. = 100% (até 9,20m de altura); demais pav. = 65%	2,0	1º ao 3º pav. = 0 demais pav.: uma divisa = 0 demais = 1,5	• Qualquer espaço utilizado entre dois pisos é considerado pavimento. • Deverá ser descontada da taxa de ocupação de 100% a área referente ao afastamento frontal mínimo exigido. • As unidades de habitação somente poderão localizar-se nos pavimentos que possuam taxa de ocupação máxima de 65%. • Quando um terreno apresentar divisas com formas irregulares, em linhas curvas ou quebradas, deve-se assemblá-lo a um lote com 4 (quatro) divisas, para efeito dos afastamentos a serem adotados. • Em terrenos com testada única para passagem pública ou via de pedestres com largura ≤ 5,0m, deverá ser aplicado, ao afastamento frontal, os mesmos critérios estabelecidos para os afastamentos lateral ou de fundos do modelo de ocupação adotado. • Não serão considerados, no cálculo da altura máxima para ocupação de 100%, os muros de divisa até 1,80m e as muretas frontais e os telhados até 1,30m, que estiverem localizados no pavimento imediatamente adma do último pavimento com 100% de ocupação. • Para utilização dos coeficientes assinalados com (*), deverão ser observadas as seguintes relações mínimas de vaga/apartamento: AP ≤ 35m² = 1 vaga / 2 apartamentos 35m² < AP < 100 m² = 1 vaga 100m² ≤ AP < 160m² = 2 vagas AP ≥ 160 m² = 3 vagas; onde AP = área total do apartamento.	
			M2					1,3					M2A
		M3	1,7*					M3A					2,1*
		M4	1,8					M4A					2,2
		M5	2,4*					M5A					2,8*
		M6	2,5					M6A					4,5
		M7	2,8*					M7A					5,5
		M8	3,0					M8A					6,5
		M9	2,5										
		M10	2,8*										

Fonte: Layse Costa, 2017. Adaptado de: LEI COMPLEMENTAR Nº 006 - de 27 de novembro de 2013 - Anexo 6. Disponível em: <http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br/>. Acessado em: 03 maio 2017.

3.3. Análise tipológica, identificação de materiais e sistemas construtivos

O prédio do Forum da Cultura é um exemplo da arquitetura da primeira metade do século XX, que possibilita às novas gerações um mergulho na identidade de Juiz de

Fora. Possui estilo eclético com influência neoclássica, tendo verdadeira inspiração nas villas italianas.

2.3.1. Ecletismo

Ecletico pode ser definido como a mistura de várias doutrinas, métodos ou estilos, logo, com elementos colhidos em diferentes fontes. “O que não é puro, original, singular, pode ser classificado de eclético”, aponta Duarte (2016, p. 11). Desse modo, ainda segundo o mesmo autor, a palavra possui sentido pejorativo, mas na falta de outra para substituí-la continuaremos a usá-la com certo cuidado.

O Ecletismo foi um movimento estético que surgiu na França na primeira metade do século XIX, atingiu seu apogeu no Brasil a partir de 1870, com a proclamação da República. Funcionou como uma justificativa da República, que buscava “concretizar a imagem de um governo forte, estável e moderno”. O estilo proporcionava uma “arquitetura mais atualizada, tecnicamente elaborada e com mão-de-obra especializada; preenchendo os ideais positivistas de cientificidade e avanços tecnológicos”. (SILVEIRA, 2010).

O período é marcado pela abertura dos portos que favoreceu a entrada do Brasil no mercado internacional, o que facilitou a chegada de novos materiais e costumes advindos da industrialização. Com isso, uma série de Centros urbanos precisaram serem criados e remodelados no Brasil, a fim de suprir o aumento populacional causados pelas pessoas que estavam vindo trabalhar nas fábricas.

Além disso, a época é marcada pelos ideais abolicionistas, culminando na Lei Áurea de 13 de maio 1888. Tal acontecimento, trouxe profundas mudanças como a utilização da mão de obra assalariada, principalmente de imigrantes europeus. Do ponto de vista arquitetônico, esses povos vindos de diversos países, contribuíram não só com uma mão de obra mais especializada, como com a adoção de novos materiais.

Como ponto comum das construções ecléticas podemos destacar, a simetria, a busca pela grandiosidade, a hierarquia dos espaços e a riqueza decorativa.

3.3.1. Ecletismo em Juiz de Fora

Segundo Gustavo Rocha-Peixoto, o Rio de Janeiro serviu como porta de entrada para as manifestações vindas da Europa (DUARTE, 2016). Tendo Juiz de Fora, grande proximidade com a cidade carioca, no Ecletismo alcançou o seu apogeu arquitetônico. Em 1877, com a construção e inauguração da Estação Ferroviária, na região central da cidade (Praça João Penido), impulsionou-se uma aglutinação arquitetônica de estilo Eclético em seu entorno. Após o advento da ferrovia, o município passou por uma série de transformações, visando o saneamento, embelezamento e a entrada de novos costumes urbanos, pautado na burguesia da época (SOUZA, 2003). No ano de 1878, a construção do Fórum, atual Câmara Municipal, foi um marco desse período, considerado um edifício magnífico, situado no coração da cidade, de frente para a Praça Municipal, hoje denominada Parque Halfeld. (DUARTE, 2016).

Diversos profissionais contribuem para a construção da urbe de arquitetura eclética, embora os construtores Arcuri tenham desempenhado de forma mais intensa na composição deste núcleo histórico, existiam outros importantes profissionais atuando nas edificações desse estilo.

As construções ecléticas trouxeram uma diversidade para a cidade, pois vieram a somar com as já existentes do estilo colonial. As edificações do novo estilo, se erguiam tanto na área central quanto nos bairros e geralmente se encontravam perfiladas junto ao alinhamento. (DUARTE, 2016).

“Nas ruas de comércio, como a Halfeld, a Marechal Deodoro e a Batista de Oliveira, apresentavam-se, de maneira geral, justapostas e com um ou dois pavimentos (loja no térreo e residência no superior). Na Avenida Barão do Rio Branco, predominavam as de uso exclusivamente residencial; apresentavam porão alto, alpendres e recuos laterais destinados a jardins, circulação e melhoria de ventilação e insolação” (DUARTE, 2016, p. 29).

Segundo Souza (2003), em Juiz de Fora as últimas edificações ecléticas são da década de 1930. Em termos de análise arquitetônica, esse estilo revelou construções embasadas por altos porões, que garantia maior imponência aos sobrados e aos palacetes e possibilitaram a aeração dos pisos assoalhados dos pavimentos térreos por meio dos óculos de ventilação que possuíam diferentes formas e tamanhos (SILVEIRA, 2010). As paredes eram formadas de tijolos maciços e com função estrutural, com revestimento de argamassa e pintura. As fachadas eram muito bem

ornamentadas, possuíam relevos, cornijas, molduras e em algumas delas, até monogramas com as iniciais dos proprietários e as datas da edificação. As esquadrias, em madeiras, com folhas duplas e bandeira, possuíam vãos vedados com vidros incolores, coloridos ou decorados. Nas coberturas eram utilizadas telhas cerâmicas do tipo Marselha ou de ardósia artificial produzidas na fábrica Pantaleone Arcuri & Spinelli. As platibandas também eram muito usuais. Nas áreas molhadas se empregavam os ladrilhos hidráulicos, de diferentes cores e desenhos, enquanto nos quartos e salas se usavam os pisos de tábua de friso ou em parquet. Os forros de madeira, dispunham de orifícios de ventilação (DUARTE, 2016). Em se tratando de interior, papel de parede e pinturas decorativas também foram muito utilizados (SOUZA, 2003).

3.3.2. Descrição do edifício

3.3.2.1 Exterior

A calçada do Forum da Cultura é em parte revestida de cimento, com sinalização em piso tátil e uma porção de piso intertravado vermelho entre o piso tátil e o meio fio. Na frente do terreno, se localiza um poste de luz e uma pequena árvore, o poste de luz prejudica a estética do imóvel, devido a série de fios que sobrepõe a fachada (Foto 4). O terreno do referido imóvel possui forma retangular trapezoidal com um recorte na lateral esquerda. O lote possui topografia em aclive.

Foto 4 - Vista frontal do Forum da Cultura.



Fonte: Layse Costa, 19 abr. 17.

a) Proteção do terreno

A proteção frontal do terreno se dá em sua parte inferior por meio de um muro de contenção de concreto com bossagem. Pelo fato do Forum da Cultura situar-se em um morro, este murado vai aumentando sua altura da esquerda para a direita, afim de garantir a superfície superior retilínea. Sob o mesmo há 3 gradios intercaladas por 4 colunas de alvenaria de tijolos maciços, o muro é interrompido por um portão, em seguida é retomado com mais 3 colunas sob ele, intercaladas por gradios, finalizando com um pequeno fechamento de alvenaria, descontinuado mais uma vez para dar lugar ao portão de acesso lateral, em seguida este reassume e em sua parte superior, finalizando a frente do terreno há um fechamento de alvenaria e uma coluna. Os portões se abrem para as escadas de cimento que dão acesso ao lote. Apresentam duas folhas de abrir, com bandeira fixa encimada por um arco de concreto. Tanto os portões quanto as grades são em ferro moldado com detalhes fundidos.

A lateral direita possui muramento de blocos maciços, em perfil escalonado devido ao grande aclive do terreno, apresenta uma série de colunas que sobrepõem sua superfície. Mais ao fundo do terreno este muro agora descrito, se situa acima de um muro de contenção.

A lateral esquerda é fechada com um muro cinza que se prolonga até o encontro da varanda, sob este ergue um muro semelhante ao do lado direito, porém sem escalonamento. Nesta porção, o muro faz divisa com a edificação vizinha, que se prolonga para cima da proteção. Mais ao fundo do terreno assim como na lateral direita, este fechamento se situa acima de um muro de contenção de concreto, neste ponto, não há mais parede vizinha e sim uma estrutura com tela de ferro sob o muramento. Também adjacente ao fim deste muro e a proteção posterior, há um grande bloco com revestimento de cimento que conforma uma cisterna.

O fechamento posterior fica por conta de um muro de contenção de concreto armado, encimado por muro de blocos maciços, intercalado por colunas que se destacam na superfície.

b) Jardim

A frente do terreno abriga um jardim marcado pelo verde, com dois pequenos canteiros que acompanham a extensão da escada central de acesso ao terreno, dois canteiros retangulares com bordas côncavas e um canteiro na lateral esquerda junto ao muro, formando um meio canteiro quando comparado aos demais (Foto 5).

Anteriormente, cada um dos dois canteiros “inteiros” dava lugar a um belíssimo flamboyant. Em outubro de 2015 estas árvores precisaram serem cortadas por questões de segurança. No local foram plantadas as sementes das que foram retiradas. A área caminhável do jardim é revestida de cimento (Foto 5). Na porção mais alta do jardim, isto é, ao lado da escada principal do imóvel, há dois bancos de concreto do lado direito e quatro do lado esquerdo, em cada um dos lados também há um vaso com planta.

Foto 5 - Jardim frontal.



Fonte: Layse Costa, 19 abr. 2017.

c) Volumetria e Cobertura

A casa de planta em formato retangular, é composta pelo casarão frontal de dois pavimentos, original da década de 1920 e pelo anexo de três pavimentos (Foto 6 e Figura 1) construído para abrigar a Faculdade de Direito, em 1953. O casarão é erguido por meio de tijolos de blocos maciços autoportantes e o anexo apresenta estrutura de concreto armado. No esquema e na foto abaixo, é possível perceber que a edificação é formada por três volumes.

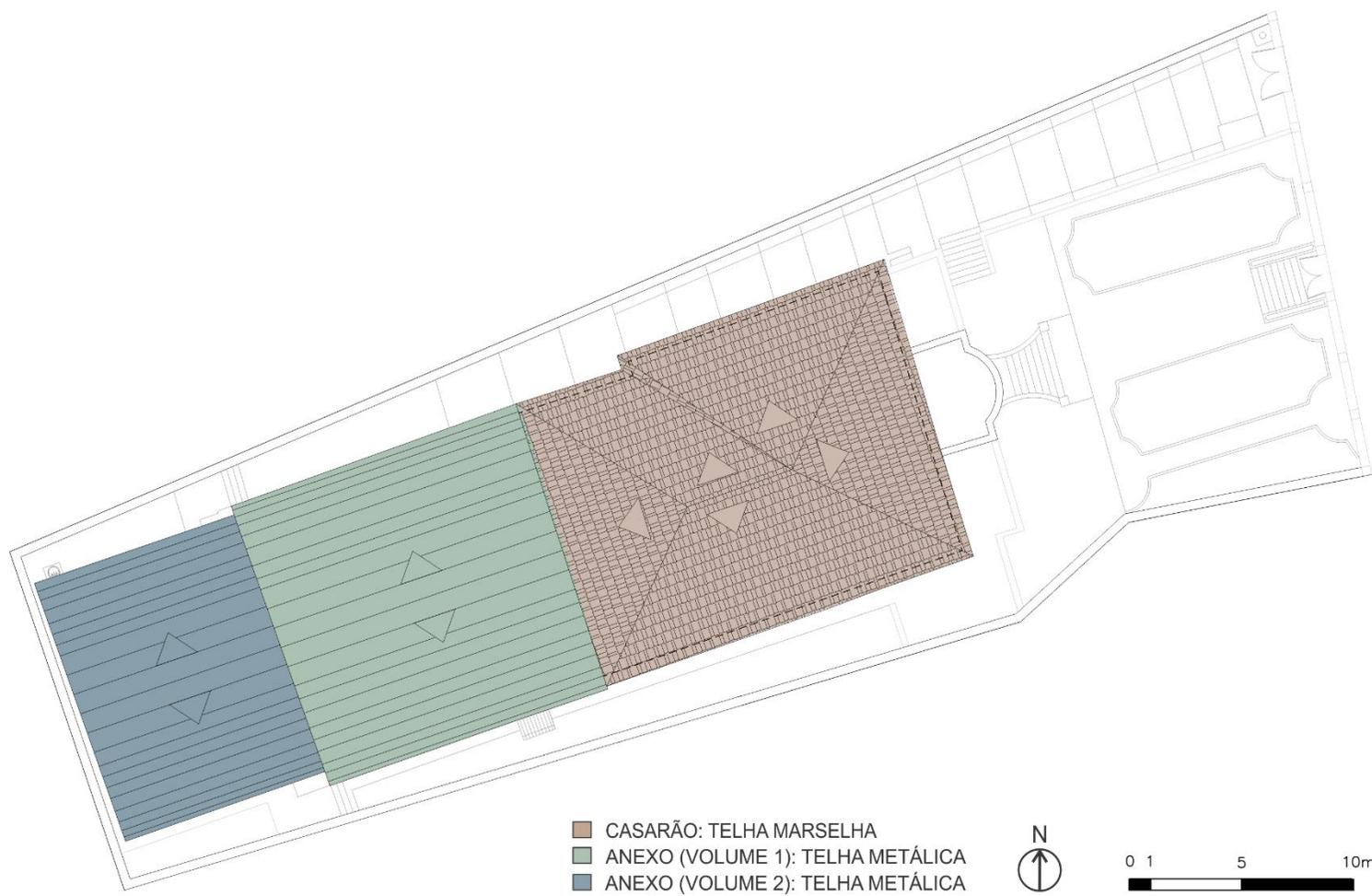
O telhado do antigo casarão é de telha do tipo Marselha, composto por cinco águas, com calhas metálicas e beirais apoiados por mãos francesas e com guarda-pó em madeira. Como o anexo é formado por dois volumes, possui duas coberturas de telha metálica em arco abobadado, com calhas metálicas voltadas para as fachadas laterais (Foto 6 e Figura 1). A água da calha das três coberturas, escorrem por meio de canos que descem pelas fachadas laterais.

Foto 6 - Forum da Cultura.



Foto: Layse Costa, 19 abr. 2017.

Figura 1 – Planta de cobertura.



Fonte: Layse Costa, 2017.

d) Acessos à edificação

Assim como o acesso ao lote, adentrar ao edifício só é possível por meio de escadas, devido a existência de um porão. “A escada [principal] que dá acesso ao casarão possui corrimão sustentado por balaústres e seus degraus, em mármore branco, integram-se ao piso quadriculado em preto e branco na melhor inspiração do renascimento italiano” (FORUM DA CULTURA, 2017). A escada (Foto 7) construída sob um patamar com revestimento de cimento, tem seu início marcado por duas luminárias, uma de cada lado, sob o guarda-corpo. Ao fim da mesma, nos deparamos com a varanda de colunas dóricas que sustentam o terraço do segundo andar, com guarda corpo formado por balaústres.

Foto 7 - Escada principal.



Fonte: Layse Costa, 19 abr. 2017.

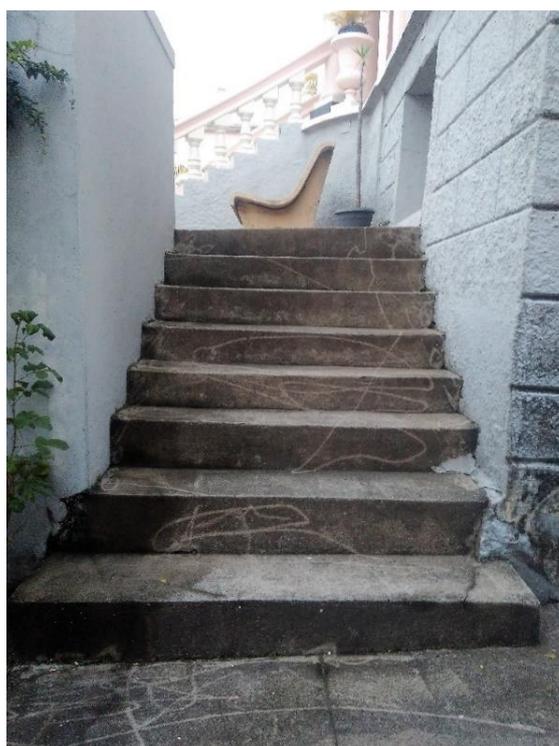
Também é possível chegar até a edificação, por meio da escada situada à direita do muro frontal, que dá acesso desde a calçada até a lateral do Forum da Cultura (Foto 8), a mesma também chega a uma pequena escada de cimento que garante um acesso alternativo ao jardim (Foto 9). A referida escada é de cimento, com degraus espaçados que vão até o acesso a edificação, em suas laterais há canteiros com variedade de plantas que embelezam o percurso, até se encontrar com a edificação, possui um muro de alvenaria que faz a divisa entre este acesso e o jardim.

Foto 8 - Acesso pela lateral direita do Forum da Cultura.



Fonte: Layse Costa, 19 abr. 2017.

Foto 9 - Escada de acesso alternativo ao jardim.



Fonte: Layse Costa, 11 maio 2017.

Devido ao fato da edificação se encontrar afastada de suas divisas, pela lateral esquerda também é possível adentrar a edificação. Para isso, estando no jardim, sobe-se a escada principal e segue para a lateral esquerda da varanda, onde há uma abertura para a lateral do edifício (Foto 10), que chega a um acesso paralelo ao da lateral direita (Foto 11). Mais à frente, uma porta metálica de duas folhas, pintada de branco e com vidro incolor martelado em sua parte superior (Foto 12), possibilita adentrar no último volume do edifício, onde se encontra a sala dos guardas, acervo, cenografia, copa 2 e os sanitários.

Foto 10 - Lateral esquerda do Forum da Cultura.



Fonte: Layse Costa, 10 abr. 2017.

Foto 11 - Portões de acessos laterais.



Fonte: Layse Costa, 08 jul. 2015.

Foto 12 - Porta de acesso ao depósito.



Fonte: Layse Costa, 10 abr. 2017.

e) Fachadas

Todas as fachadas são pintadas de rosa com adornos brancos, suas especificidades estão listadas abaixo.

Fachada frontal

Esta fachada (Figura 2) se inicia com o porão, que além de servir de base para a parte mais à frente do casarão, acredita-se ter como propósito nivelar o piso da edificação e ventilar a parte inferior do mesmo, evitando a umidade. O porão possui coloração cinza, com aplicação de bossagem, no lado direito há um basculante e no lado esquerdo percebe-se um fechamento de vão de esquadria. Este porão, exigiu que para se adentrar a edificação, fosse necessária uma escada, logo, a escada central nesta fachada, descrita anteriormente, permite chegar a varanda a varanda de colunas dóricas que sustentam o terraço do segundo andar, com guarda corpo formado por balaústres.

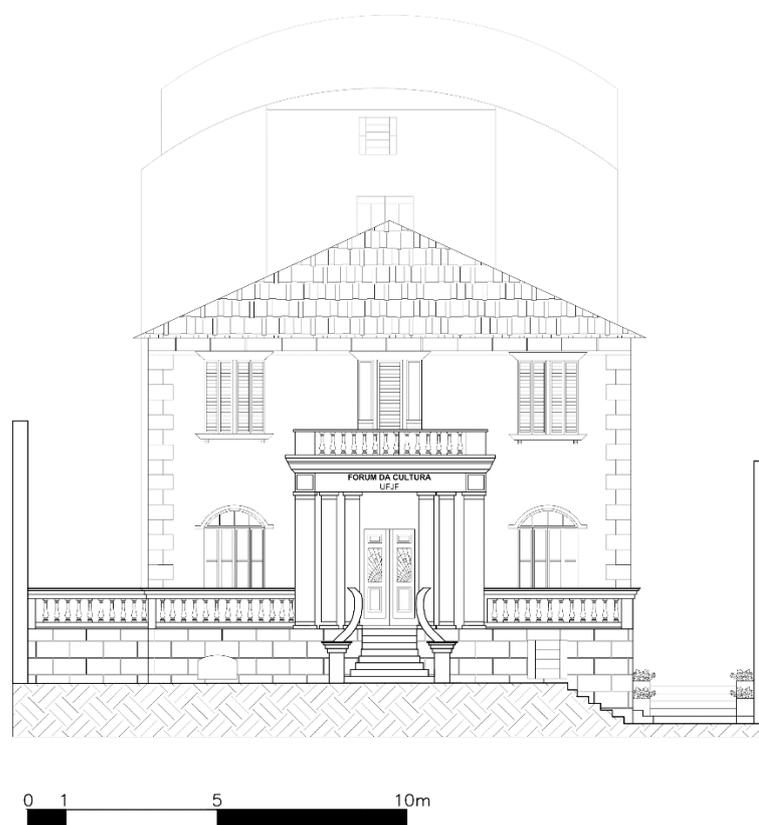
A parede frontal é encimada por adornos com elementos de estuque em florões e cabeças de leões. As laterais exibem ornamentações retangulares de argamassa com pigmentação branca. No primeiro pavimento, é composta por uma porta central e por duas janelas, uma a direita da porta e outra à esquerda. No segundo pavimento, contamos com dois pares de janela e uma porta que acessa ao terraço, estas esquadrias se encontram alinhadas com as do andar abaixo. Todas as esquadrias são emolduradas de acordo com o seu formato, por meio de um acabamento em argamassa com pintura branca. Logo acima desta moldura, nota-se uma faixa branca em argamassa.

As janelas do primeiro pavimento possuem formato retilíneo em sua parte inferior e em arco abatido na porção superior, contam com 2 folhas fixas e 2 folhas que se abrem para o exterior da edificação, possuem bandeira fixa que acompanha a divisão das folhas; a caixilharia em madeira pintada de tinta látex marrom, sustenta os vitrais coloridos. As janelas do segundo pavimento, apresenta formato retangular, com duas folhas de veneziana de madeira também pintada de látex marrom, que se abrem para fora do imóvel.

A porta do primeiro andar é de madeira envernizada, composta de duas folhas de abrir, cada folha apresenta um postigo em vidro martelado, com uma proteção formando desenhos em metal. A porta do segundo andar é em madeira com pintura

látex marrom, formada por uma folha de abrir, com boa parte da parte superior em veneziana, a bandeira é fixa e também composta por veneziana; compondo esta porta, nos seus dois lados, podemos observar estreitos vitrais com veneziana na área mais próxima ao piso.

Figura 2 – Fachada frontal.



Fonte: Layse Costa, 2017.

Fachada lateral direita

A fachada lateral direita (Figura 3) conta com uma porta de madeira com duas folhas de pintura látex marrom, com parte superior em arco abatido, situada abaixo da varanda, dando acesso ao porão. O porão pintado de cinza, prolonga uma linha reta que segue até o ponto de encontro do terreno. Acima do porão nota-se os balaústres do guarda corpo da varanda.

Nesta fachada, é notável o volume dos três blocos da edificação. A parede pertencente ao antigo casarão é chapiscada de argamassa enquanto a do anexo apresenta um acabamento mais liso. Os ornamentos retangulares que aparecem na frente da edificação, prolongam nesta fachada.

As janelas do primeiro andar pertencente ao volume do antigo casarão constituem-se de duas folhas de abrir para dentro, em madeira, pintadas na cor marrom, com venezianas na parte inferior e caixilhos preenchidos com vidro fantasia na parte superior, na parte interna, apresenta duas folhas em madeira, pintadas também na cor marrom; nota-se, também, a presença de bandeira, constituída por um vidro verde central ladeada por dois vidros transparentes; estas janelas são protegidas com grade de ferro pintadas de marrom; em suas partes inferiores observam-se um elemento retilíneo de argamassa com pintura branca, equivalente aos da fachada frontal.

O segundo pavimento deste mesmo volume é composto por basculante de ferro com pintura marrom e vidro incolor martelado, encimados por elemento retilíneo de argamassa com pintura branca, logo acima há uma faixa de argamassa de pintura branca que vem desde a fachada frontal e acaba de contornar a lateral do antigo casarão.

No prédio do anexo, as esquadrias são do tipo báscula, semelhantes a do segundo andar do primeiro bloco, exceto as pertencentes ao teatro que se situa no terceiro andar e são compostas por duas folhas de madeira com vidro incolor martelado que se abrem para o interior e duas folhas de madeira em veneziana com abertura para o exterior, ambas as folhas com pintura na cor marrom.

Nesta fachada, também possui um portão que garante o acesso entre os fundos do casarão e o início do anexo, este possui uma folha de grade com estrutura de ferro e pintura marrom, encimado por elementos pontiagudos de ferro, se abre para o interior.

Figura 3 – Fachada lateral direita.



Fonte: Layse Costa, 2017.

Fachada lateral esquerda

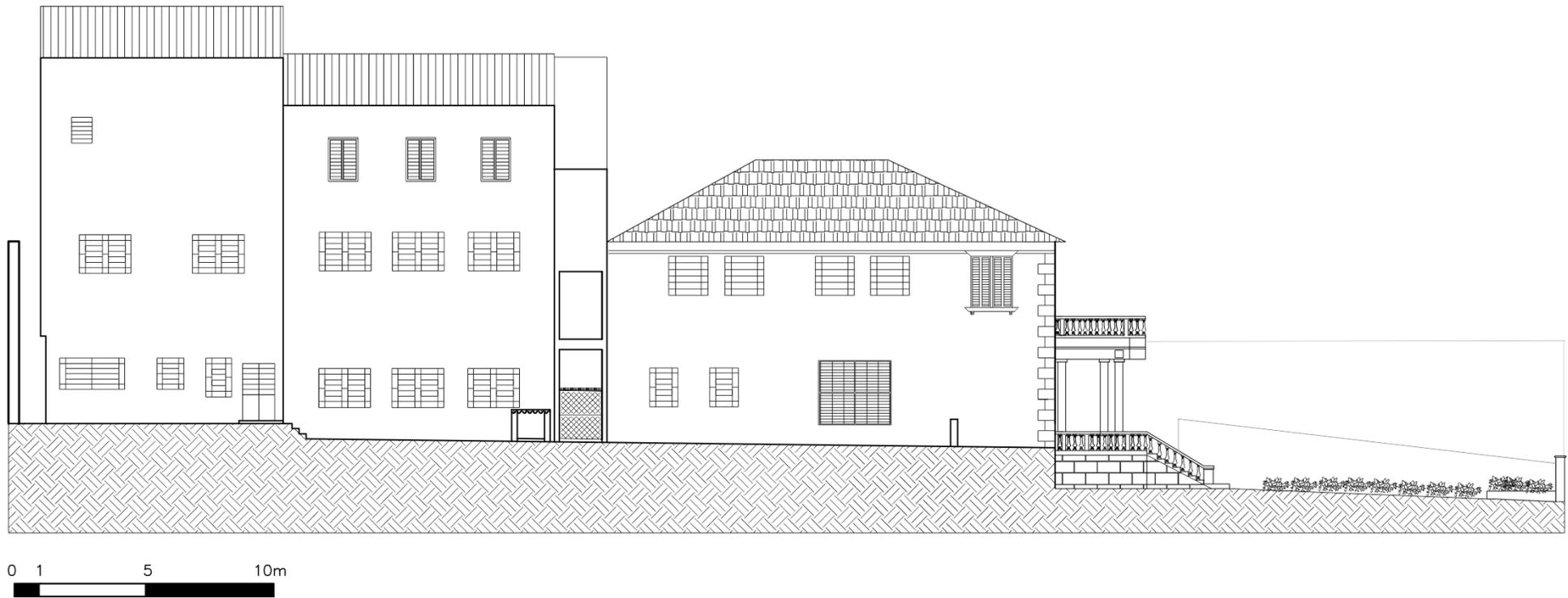
Esta fachada apresenta muita semelhança com a descrita anteriormente (Figura 4). Nesta, os ornamentos retangulares que aparecem na frente da edificação, também se estendem. O revestimento da parede é o mesmo, e o portão de acesso aos fundos do antigo casarão é igual e paralelo ao da fachada lateral direita.

As esquadrias do primeiro pavimento do volume do antigo casarão, se constitui inicialmente por uma janela de formato retilíneo em sua parte inferior e em arco abatido na porção superior, com quatro folhas que se abrem para o interior da edificação, possuem bandeira fixa; a caixilharia em madeira pintada de tinta látex marrom, sustenta os vitrais coloridos; a janela se encontra protegida por uma grade de tela de ferro com pintura marrom e com estrutura de ferro. Seguida a esta, tem-se dois basculantes de ferro pintado de marrom e com vidro transparente martelado.

No segundo pavimento do volume mencionado acima, consta uma janela semelhante à do segundo andar da fachada frontal, com a mesma moldura. Seguida por quatro basculante de ferro com pintura marrom e vidro transparente martelado. Assim como a fachada lateral direita, acima destes há uma faixa branca em argamassa.

Os dois volumes seguintes possuem basculantes em ferro com pintura marrom e vidro transparente martelado. No terceiro andar onde se situa o teatro, assim como na fachada lateral direita as janelas são compostas por duas folhas de madeira com pintura marrom e vidros coloridos martelado que se abrem para o interior e duas folhas de madeira também pintada de marrom, em veneziana com abertura para o exterior. No início do terceiro volume, tem-se uma porta metálica de duas folhas, pintada de branco e sua parte superior é composta por seis lâminas de vidro incolor.

Figura 4 – Fachada lateral esquerda.

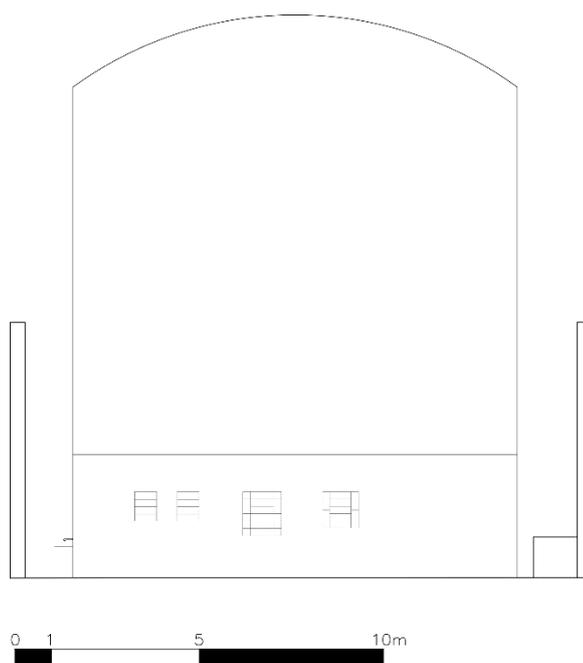


Fonte: Layse Costa, 2017.

Fachada posterior

A fachada posterior (Figura 5) se encontra muito próxima a divisa do terreno, atrás da mesma há um grande muro. O andar inferior se encontra recuado alguns centímetros do pavimento acima. Apenas no primeiro pavimento há esquadrias, são basculantes de ferro com pintura a óleo marrom e vidro incolor martelado. A parede é revestida de argamassa e possui pintura rosa, assim como as demais fachadas.

Figura 5 – Fachada posterior.



Fonte: Layse Costa, 2017.

3.3.2.2 Interior

Nos dias atuais, o Forum da Cultura apresenta a seguinte configuração conforme apresentado na figura 6. São três andares, nos quais se distribuem: 1 varanda, espera, gerência, sala Rui Barbosa (reuniões), sala do 1º Gabinete do Reitor, secretaria, almoxarifado, 2 copas, área de convivência dos funcionários, 6 sanitários, administração, 2 salas de coral, sala de aula de expressão corporal, sala de bolsistas, sala de criação cenográfica, sala dos guardas, terraço, Museu da Cultura Popular, sala de apoio do Museu da Cultura Popular, acervo do Museu da Cultura Popular, sala de vídeo, galeria de arte (espera do teatro), sala de aula, sala do Grupo Divulgação, 2 salas de figurino, reserva cenográfica, mini teatro/ acervo, teatro com a sala de sonoplastia, área da plateia com os assentos em níveis, palco e camarim.

Figura 6 – Plantas baixa do Forum da Cultura.



Fonte: Layse Costa, 2017.

Para a descrição da parte interna, optou-se por detalhar cada elemento separadamente.

a) *Pisos*

Iniciando pelos pisos, nota-se que, no primeiro pavimento do antigo casarão, os cômodos recepção (Foto 13), sala do 1º gabinete do Reitor (Foto 14), gerência (Foto 15), sala Rui Barbosa/ reuniões (Foto 16), circulação (Foto 17), secretaria, administração e coral (Foto 18) apresentam piso em tacos de diferentes tons com variada composição geométrica. Sendo a secretaria e sala do 1º gabinete do reitor, bem como administração e coral, com o mesmo desenho. Os rodapés são em argamassa pintado de tinta óleo vermelho terra, com 20 cm de altura, exceto na gerência e na sala Rui Barbosa que são em madeira.

Foto 13 - Piso da recepção.



Fonte: Layse Costa, 10 maio 2017.

Foto 14 - Piso da sala do 1º gabinete do Reitor.



Fonte: Layse Costa, 10 maio 2017.

Foto 15 - Piso da gerência.



Fonte: Layse Costa, 19 abr. 2017.

Foto 16 - Piso da sala Rui Barbosa.



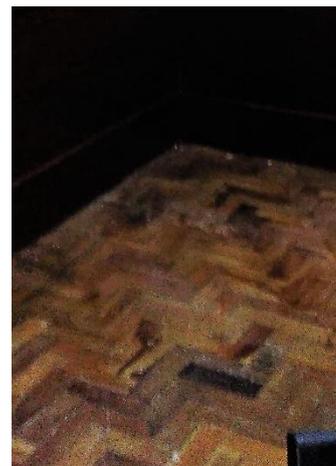
Fonte: Layse Costa, 10 maio 2017.

Foto 17 - Piso da sala circulação.



Fonte: Layse Costa, 10 maio 2017.

Foto 18 - Piso do coral.



Fonte: Layse Costa, 19 abr. 2017.

Ainda no casarão e no mesmo andar, temos a área de convivência dos funcionários e o banheiro com piso em granilite verde (Foto 19), o almoxarifado com piso vinílico creme (Foto 20) e a copa 1 possui piso cerâmico branco (Foto 21). Em se tratando de rodapé, a área de convivência dos funcionários o tem do mesmo material do piso, o almoxarifado possui rodapé de madeira e a copa e o banheiro são desprovidos desse elemento, por possuírem a parede azulejada.

Foto 19 - Piso granilite verde pertencente a circulação e piso cerâmico na copa.



Fonte: Layse Costa, 10 maio 2017.

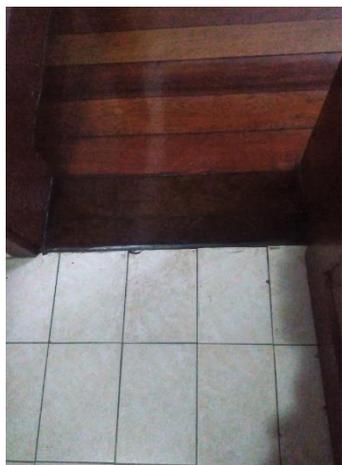
Foto 20 - Piso vinílico creme do almoxarifado.



Fonte: Layse Costa, 11 maio 2017.

No segundo pavimento do casarão, os pisos são de tábua corrida, com rodapé em argamassa pintada de tinta a óleo vermelho terra. Exceto o banheiro que possui piso cerâmico branco (Foto 21) e o terraço que exibe um belíssimo ladrilho hidráulico (Foto 22).

Foto 21 - Piso cerâmico do banheiro e tábua corrida da circulação



Fonte: Layse Costa, 11 maio 2017.

Foto 22 - Ladrilho hidráulico do terraço



Fonte: Layse Costa, 19 abr. 2017.

O primeiro andar do anexo apresenta variedade de revestimentos, a sala de coral, a sala dos bolsistas e a sala de aula de expressão corporal possuem piso vinílico creme, a circulação que acessa esses ambientes, apresenta piso cerâmico cinza com rodapé de madeira (Foto 23). Os cômodos sala dos guardas, copa 2 e acervo, passou por reforma recente, onde foi assentado piso cerâmico creme com rodapé do mesmo material (Foto 24). A sala de criação cenográfica possui piso vinílico com rodapé de madeira (Foto 25). O banheiro é de piso cerâmico cinza e a circulação que chega nesses espaços possui ladrilho hidráulico com rodapé em argamassa pintado de preto (Foto 25).

Foto 23 - Piso cerâmico da circulação e piso vinílico da sala de bolsistas.



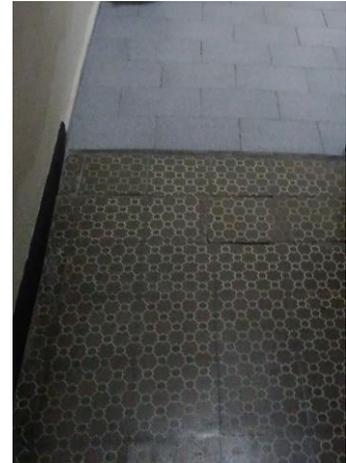
Fonte: Layse Costa, 19 abr. 2017.

Foto 24 - Piso cerâmico da nova sala de criação cenográfica.



Fonte: Layse Costa, 19 abr. 2017.

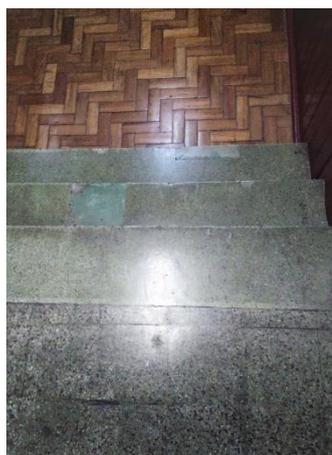
Foto 25 - Piso cerâmico do banheiro e ladrilho hidráulico da circulação.



Fonte: Layse Costa, 19 abr. 2017.

O segundo pavimento do anexo, possui piso de taco com rodapé de madeira na sala de aula/figurino, na reserva cenográfica/figurino e no mini teatro e acervo (idem administração e sala de coral do primeiro pavimento do casarão). A sala do grupo divulgação apresenta piso vinílico creme com rodapé de madeira (idem almoxarifado). A circulação a esses ambientes possui uma área em granilite verde e outra de taco, na parte em taco há rodapé de madeira (Foto 26).

Foto 26 - Circulação do segundo pavimento do anexo



Fonte: Layse Costa, 19 abr. 2017.

No terceiro pavimento, onde se situa o teatro, a área da plateia é em piso emborrachado moeda, o palco é de madeira (Foto 27), o camarim em cimento com pintura preta e os banheiros são revestidos com piso cerâmico cor terra (Foto 28).

Foto 27 - Piso emborrachado moeda na plateia e palco em madeira.



Fonte: Layse Costa, 19 abr. 2017.

Foto 28 - Piso cerâmico do banheiro e em cimento pintado no camarim.



Fonte: Layse Costa, 11 maio 2017.

b) Paredes

No primeiro pavimento do antigo casarão, a recepção, a sala do 1º gabinete do Reitor, a gerência, a circulação, a secretaria, a área de convívio dos funcionários, o coral e a administração possuem meia parede texturizada com pintura a óleo na cor caramelo com um fino rodamão de madeira pintado de tinta preta, o restante da parede possui pintura látex no tom palha. Na gerência em uma das paredes, há um diferencial, visto que apresenta desenhos, como se observa na foto abaixo.

Foto 29 - Parede da gerência com desenhos



Fonte: Layse Costa, 10 maio 2017.

A sala Rui Barbosa (Foto 30) e o almoxarifado (Foto 31) possuem meia-parede com ripas de madeira na vertical e um rodamão também em madeira que garante o acabamento, o restante da parede é pintado com tinta látex palha. Porém esteticamente, as paredes são diferentes, como pode ser observado nas imagens abaixo.

Foto 30 - Sala Rui Barbosa



Fonte: Layse Costa, 19 abr. 2017.

Foto 31 - Almoxarifado



Fonte: Layse Costa, 19 abr. 2017.

As copas e todos os banheiros do Forum da Cultura detêm de azulejo branco até a metade da parede, a parte superior é pintada com tinta látex de coloração creme (Foto 32). Na copa 1 há acabamento de rodamão cerâmico com tema floral (Foto 33).

Foto 32 - Parede da copa.



Fonte: Layse Costa, 10 abr. 2017.

Foto 33 - Parede do banheiro.



Fonte: Layse Costa, 10 abr. 2017.

Com exceção do banheiro, no segundo pavimento do casarão todas as paredes são pintadas na cor palha. A galeria de arte (Foto 34), embora apresente as características mencionadas acima, há um painel sobreposto à parede que percorre toda a sala, onde são expostas as obras.

Foto 34 - Circulação do segundo pavimento com vista para a Galeria de Arte.



Fonte: Layse Costa, 08 jul. 2015.

No anexo, a circulação do primeiro pavimento, a sala de aula de expressão corporal, a sala de coral e a sala de bolsistas, possuem o mesmo revestimento de grande parte do primeiro andar do antigo casarão, isto é, meia parede texturizada com pintura a óleo na cor caramelo, com um fino rodamão de madeira pintado de tinta preta e restante da parede em pintura látex palha. A circulação presente no último volume,

bem como a nova sala de criação cinematográfica, a nova copa e a sala dos guardas possuem paredes pintadas com tinta látex palha, a sala de criação cenográfica possui meia parede em ripas de madeiras com acabamento de rodarão e a parte superior com pintura látex palha (idem almoxarifado).

O segundo pavimento do anexo possui circulação com meia parede em ripas de madeiras pintada de tinta a óleo vermelho terra, com acabamento de rodarão e parte superior com pintura látex palha (Foto 35). Ainda neste andar, sala de aula/ figurino e sala do grupo divulgação, possuem meia parede texturizada, com pintura a óleo na cor caramelo com um fino rodarão de madeira pintado de tinta a óleo vermelho terra, o restante da parede possui pintura látex no tom palha (idem cômodos do primeiro andar do antigo casarão e circulação do primeiro pavimento). Mini teatro e reserva cenográfica/ figurino também estão no segundo pavimento e possuem meia parede em ripas de madeiras com acabamento de rodarão e a parte superior com pintura látex palha (idem almoxarifado e sala de criação cenográfica).

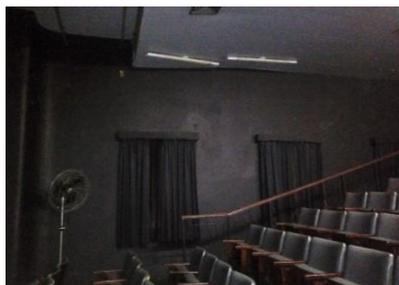
Foto 35 - Circulação do segundo pavimento do anexo.



Fonte: Layse Costa, 10 abr. 2017.

No terceiro pavimento, onde se situa o teatro, a área da plateia, o palco e a sonoplastia apresenta pintura látex na cor preta (Foto 36). O camarim apresenta meia parede com pintura a óleo caramelo e parte superior no tom palha, além disso, divisórias de madeira, dividem as cabines (Foto 37).

Foto 36 – Parede da plateia.



Fonte: Layse Costa, 10 maio 2017.

Foto 37 – Camarim.



Fonte: Layse Costa, 10 maio 2017.

c) Portas

Todas as portas internas da edificação são de madeira, porém com variedade de folhas e acabamentos, conforme descrito a seguir.

No primeiro andar do antigo casarão, as portas da sala do 1º gabinete do Reitor, da gerência, da sala Rui Barbosa, da secretaria e a que vai da sala de espera para a circulação, são envernizadas compostas de uma folha, com maçaneta do tipo alavanca, encimadas por ornamento em madeira (Foto 38). Na divisória entre a sala Rui Barbosa e a gerência existe uma porta em estilo neoclássico encimada por detalhes de *art nouveau*, composta de quatro folhas, sendo duas fixas e duas móveis (Foto 39). No almoxarifado, administração, copa 1 e coral, as portas são de uma folha e apresentam pintura a óleo vermelho terra, com maçaneta de alavanca (Foto 40). O banheiro (Foto 41) e a área de convivência dos funcionários (Foto 42) possuem portas com duas folhas.

Foto 38 - Porta da gerência.



Fonte: Layse Costa, 10 maio 2017.

Foto 39 - Porta em estilo neoclássico com detalhes art nouveau.



Fonte: Layse Costa, 10 maio 2017.

Foto 40 - Porta do coral.



Fonte: Layse Costa, 11 maio 2017.

Foto 41 - Porta do banheiro.



Fonte: Layse Costa, 10 maio 2017.

Foto 42 - Porta da área de convívio dos funcionários.



Fonte: Layse Costa, 10 maio 2017.

No segundo andar do casarão, as portas são compostas por folha única e maçaneta de girar, pintadas com tinta a óleo vermelho terra (Foto 43). Porém há uma exceção, a porta que faz o acesso da galeria de arte para a circulação do anexo, embora com a mesma pintura, possui duas folhas (Foto 44).

Foto 43 - Porta do Museu da Cultura Popular.



Fonte: Layse Costa, 10 maio 2017.

Foto 44 - Porta da galeria de arte.



Fonte: Layse Costa, 10 maio 2017.

O primeiro andar do anexo possui cinco tipos de portas. A porta de acesso ao anexo é de madeira e a única sem pintura do anexo, possui duas folhas, com maçaneta do tipo alavanca (Foto 45). A sala de bolsistas possui porta bem simples, com uma folha e com maçaneta de alavanca (Foto 46). A porta do coral

e da sala de aula de expressão corporal apresenta duas folhas, maçaneta de alavanca e bandeira fixa em vidro liso incolor (Foto 47). As pertencentes ao volume final da edificação são simples pintadas de branco com maçanetas do tipo alavanca (Foto 48), apenas a pertencente a sala dos guardas é almofadada (Foto 49).

Foto 45 - Porta de acesso ao anexo.



Fonte: Layse Costa, 11 maio 2017.

Foto 46 - Porta da sala dos bolsistas.



Fonte: Layse Costa, 11 maio 2017.

Foto 47 - Porta do coral.



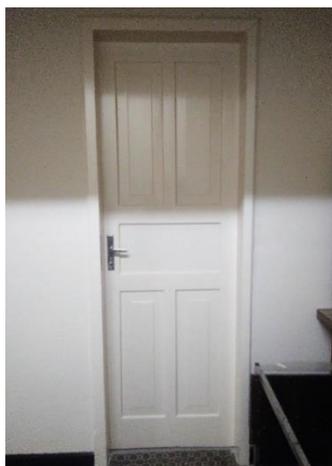
Fonte: Layse Costa, 11 abr. 2017.

Foto 48 - Porta do banheiro.



Fonte: Layse Costa, 11 maio 2017.

Foto 49 - Porta da sala dos guardas.



Fonte: Layse Costa, 11 maio 2017.

No segundo andar do anexo, há apenas dois tipos de portas. A porta da sala do grupo divulgação e da sala de aula, são idênticas a da sala de coral e da sala de aula de expressão corporal, retratada acima. A porta do mini teatro e da reserva técnica (Foto 50) possui uma folha, é pintada com tinta a óleo vermelho terra, com maçaneta em alavanca e bandeira fixa de vidro liso incolor.

Foto 50 - Portas do mini teatro e da reserva cenográfica.



Fonte: Layse Costa, 11 maio 2017.

No terceiro pavimento, as portas de acesso ao teatro apresentam uma folha com pintura vermelho terra e maçaneta de girar (Foto 51). A porta da sonoplastia é pintada de preto e possui algumas ripas de madeira nas laterais e ao redor do vidro, sua maçaneta é do tipo alavanca (Foto 52).

Foto 51 - Porta do teatro.



Fonte: Layse Costa, 11 maio 2017.

Foto 52 - Porta da sonoplastia.



Fonte: Layse Costa, 11 maio 2017.

d) *Forros, tetos e lustres*

Os cômodos do antigo casarão são dotados de forros de madeira de lei originais, com diferentes padrões; alguns apresentam rodacetos mais simples e outros mais trabalhados, como é o caso da recepção (Foto 53), da sala do 1º gabinete do Reitor (Foto 54), da circulação (Foto 55) e da sala Rui Barbosa (Foto 56). A exceção fica por conta da sala da gerência onde o forro metálico, apresenta detalhes geométricos emoldurando florões (Foto 57). No casarão, é notável a grande variedade de lustres que vão do cristal claro ao azul celeste.

Foto 53 - Forro e lustre da recepção.



Fonte: Layse Costa, 10 maio 2017.

Foto 54 - Forro e lustre da sala do 1º gabinete do Reitor.



Fonte: Layse Costa, 10 maio 2017.

Foto 55 - Forro e lustre da circulação.



Fonte: Layse Costa, 10 maio 2017.

Foto 56 - Forro e lustre da sala Rui Barbosa.



Fonte: Layse Costa, 10 maio 2017.

Foto 57 - Forro e lustre da gerência.



Fonte: Layse Costa, 10 maio 2017.

No primeiro e segundo andar do anexo, não há forro (Foto 58). O teto é pintado na cor palha, logo, do mesmo tom da parede. Não possui lustres, e sim suporte de lâmpada tubular, como pode ser observado na foto abaixo.

Foto 58 - Teto da circulação do segundo pavimento do anexo.



Fonte: Layse Costa, 11 maio 2017.

No terceiro pavimento, o espaço destinado a plateia possui forro de PVC com elementos metálicos de ventilação, a iluminação se concentra nos acessos laterais, por meio de lâmpadas tubulares (Foto 59). O espaço destinado ao camarim, conta com forro de madeira pintada com tinta a óleo branca e com iluminação na parede por meio de uma luminária de metal e no teto apenas com bocal e lâmpada incandescente (Foto 60).

Foto 59 - Forro da plateia.



Foto: Layse Costa, 11 maio 2017.

Foto 60 - Forro do camarim.



Foto: Layse Costa, 19 abr. 2017.

e) Escadas

O acesso ao segundo pavimento se dá por meio de uma escada circular em madeira, que tem na base uma luminária de bronze dourado, em formato de mulher, seu guarda-corpo é composto por um incrível trabalho em madeira (Foto 61). Também é possível chegar ao segundo nível por meio de uma escada em “U” de granilite verde, situada mais ao fundo da edificação, com guarda-corpo em alvenaria (Foto 62). Além disso, no segundo andar, nota-se 3 degraus em granilite verde no corredor situado entre a escada que garante o acesso ao terceiro pavimento e a escada que vai para o primeiro pavimento (Foto 63).

Foto 61 - Escada principal de acesso ao 2º pavimento.



Fonte: Layse Costa, 10 maio 2017.

Foto 62 - Escada de acesso ao 2º pavimento.



Fonte: Layse Costa, 19 abr. 2017.

Foto 63 - Escada da circulação do 2º pavimento do anexo.



Fonte: Layse Costa, 19 abr. 2017.

O terceiro patamar, onde se situa o teatro, é acessado exclusivamente por meio de escadas também de granilite verde, há uma de cada lado que permite a chegada pelas duas laterais do espaço. Como há parede em ambos os lados, esta não possui guarda-corpo e um corrimão na própria alvenaria, situado à direita de quem sobe (Foto 64). Para subir ao palco só é possível por meio de uma estreita escada de madeira, sem corrimão e guarda-corpo, situada nas duas laterais do mesmo (Foto 65). Do mesmo modo, o acesso ao camarim, é apenas através de escadas estreitas, sem corrimão, de madeira com pintura preta (Foto 66).

Foto 64 - Escadas de acesso ao 3º pavimento.



Fonte: Layse Costa, 11 maio 2017.

Foto 65 - Escada de acesso ao palco.



Fonte: Layse Costa, 11 maio 2017.

Foto 66 - Escada de acesso ao camarim.



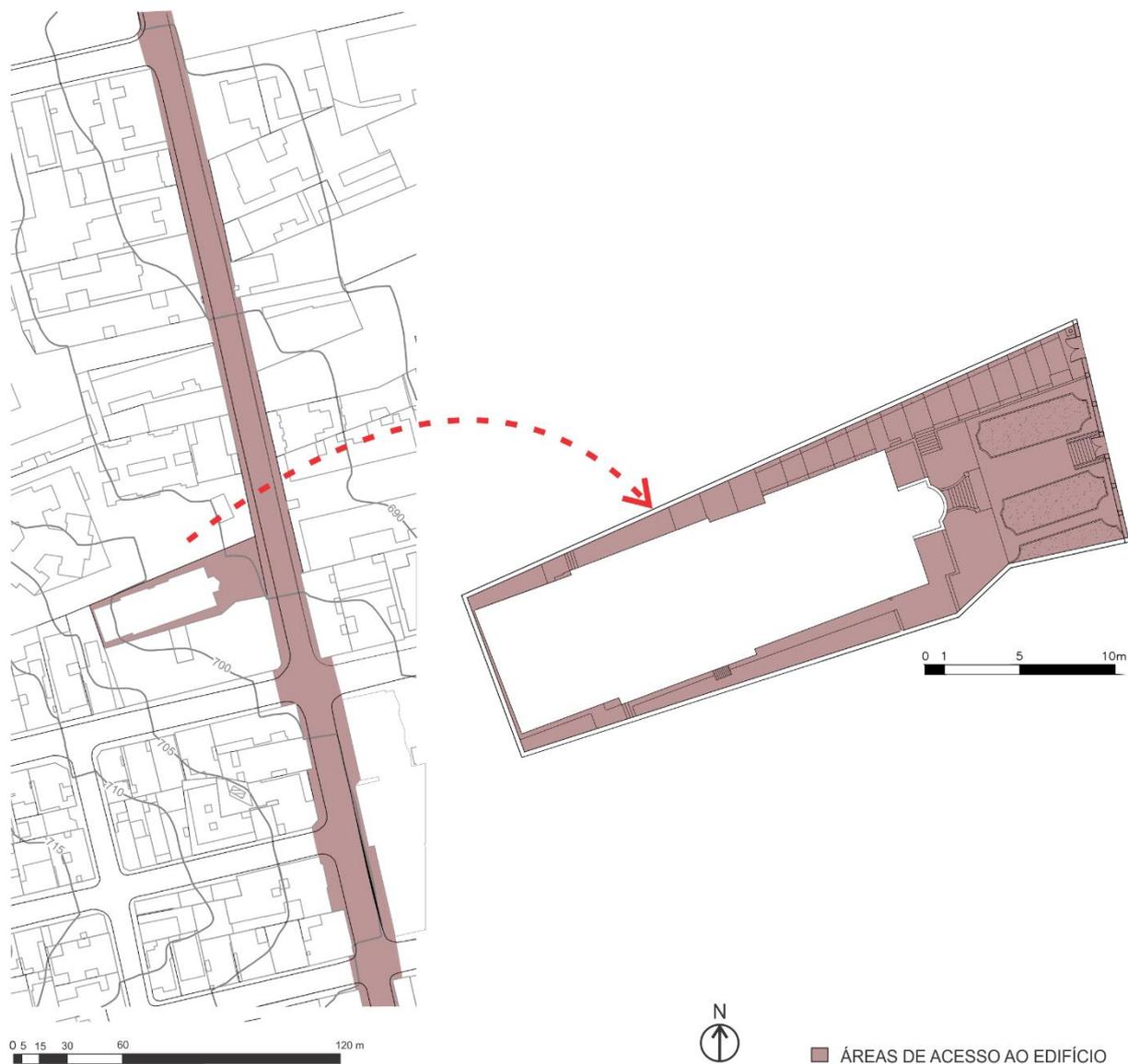
Fonte: Layse Costa, 11 maio 2017.

4. Diagnóstico de acessibilidade

O presente diagnóstico seguiu a metodologia apresentada por Frederico Braidá, Myrtes Raposo, Layse Costa e Luyla Netto (2014) no artigo denominado “A qualidade ambiental no interior do edifício da Faculdade de Arquitetura da UFJF”, tal método se configura na aplicação das Planilhas de Avaliação desenvolvidas no Programa de Acessibilidade às Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida nas Edificações de Uso Público do Ministério Público de Santa Catarina (Anexo C). Nas planilhas são usadas as seguintes normas como base: NBR 9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos (ABNT, 2004), NBR 9077 - Saídas de emergência em edifícios (ABNT, 2001) e NBR 13994 - Elevadores de passageiros - Elevadores para transporte de pessoa portadora de deficiência (ABNT, 2000). Logo, devido ao ano de sua publicação, as planilhas precisaram ser revisadas e atualizadas para a NBR 9050/2015. Além disso, foi necessário fazer algumas alterações para se enquadrar ao presente estudo, como por exemplo, a criação de uma planilha denominada “Locais de acesso restrito aos funcionários”.

Para a melhor compreensão da planilha, além do tratamento de dados (tabelas 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9), a metodologia em questão faz uso de plantas-baixa setorizadas (Figura 7 e 8). Assim, cada um dos 7 setores em planta apresenta a mesma cor nas suas respectivas tabelas de sistematização dos dados.

Figura 7: Áreas de acesso ao edifício.



Fonte: Layse Costa, 2017. Adaptado de: Prefeitura Municipal de Juiz de Fora.

Figura 8: Plantas-baixa setorizadas.



Fonte: Layse Costa, 2017.

Os setores foram divididos conforme os usos dos ambientes abaixo:

Planilha 1 (marrom) – Áreas de acesso ao edifício: compreendem as áreas públicas contíguas ao edifício (passeio) e à área privativa de entrada que permitem o acesso do passeio público até as entradas dos usuários e funcionários.

Planilha 2 (azul) – Salas de recepção e espera: compreendem o conjunto de áreas adjacentes à entrada principal, incluindo a área de atendimento ou recepção, área para espera e o seu mobiliário.

Planilha 3 (amarelo) – Circulação Horizontal: compreendem o conjunto de corredores e saguões que interligam as diversas atividades de um mesmo pavimento.

Planilha 4 (laranja) – Circulação Vertical: compreendem o conjunto de escadas e seus componentes, que interligam circulações horizontais e/ou atividades entre os pavimentos.

Planilha 5 (verde claro) – Sanitários: compreendem as áreas e equipamentos para higiene pessoal, destinados a funcionários e usuários.

Planilha 6 (magenta) – Locais para atividades coletivas: compreendem o conjunto de ambientes para uso público e semi-público que abrigam diferentes atividades, tais como, teatro, museu, salas de aula, de vídeo e de reuniões.

Planilha 7 (verde escuro) – Locais de acesso restrito aos funcionários: compreendem os locais onde os visitantes não possuem livre acesso, como copa, acervos, sala dos guardas, sala dos bolsistas, administração e almoxarifado.

Desse modo, a sistematização dos dados coletados e analisados nas sete planilhas aplicadas, estão apresentados de acordo com o conjunto de ambientes avaliados, identificando-se os principais problemas levantados e a situação de acessibilidade. Cada um dos setores está ordenado de acordo com o componente de acessibilidade espacial a que está relacionado: orientabilidade, comunicação, deslocamento e uso.

Na tabela 3, abaixo, podemos notar uma série de barreiras que impedem o acesso a edificação, como as relacionadas a orientabilidade, deslocamento e uso. No que tange ao deslocamento, vale destacar os acentuados desníveis onde se situa o imóvel, associado a isto está a falta de estacionamento na edificação e o fato de ser proibido estacionar na via. Quanto ao uso, embora a edificação está inserida em um terreno de declive acentuado, todos os acessos são feitos exclusivamente por escadas e estão não se enquadram dentro dos parâmetros normativos.

Tabela 3: Áreas de acesso ao edifício.

PLANILHA 1: Áreas de acesso ao edifício				
	 Orientabilidade	 Comunicação	 Deslocamento	 Uso
Problemas levantados	Ausência de sinalização sonora nos semáforos, pisos tátil instalados de forma errada, não há suporte informativo tátil (nome, função do edifício, piso tátil de alerta e direcional), falta de sinalização para abandono do local e de iluminação de emergência.	-	Falta de semáforos mais próximo a edificação, topografia íngreme da via e do lote, necessidade de poda das árvores do passeio, ausência de rampa ou outro meio para facilitar o acesso de pessoas com mobilidade reduzida, não há estacionamento. Tapetes soltos e desnível nas soleiras das portas.	Ausência de foco de acionamento para travessia de pedestres, espelhos altos da escada que faz a ligação do acesso lateral ao pátio, degraus profundos e piso escorregadio na escada principal, ausência de corrimãos nas escadas, ausência de rampas e de estacionamento no edifício.
Situação de Acessibilidade	Dificuldade de acesso e circulação de pessoas com deficiência visual, bem como risco para os ocupantes da edificação, devido a falta de sinalização e iluminação de emergência.	-	Dificuldade de travessia de pedestres e dificuldade de acesso de pessoas com mobilidade reduzida.	Dificuldade de travessia de pedestres, possibilidade de queda nas escadas e dificuldade de acesso de pessoas com mobilidade reduzida.

Fonte: Layse Costa, 2017. Adaptado de: Braida; Raposo; Costa e Netto (2014).

Quanto a recepção, a edificação carece de um balcão de atendimento. O guarda ou o segurança faz o contato inicial, solicitando um funcionário ou bolsista para o adequado atendimento. Alguns assuntos como matrículas, são tratados na secretaria. Em dias de teatro, uma mesa é levada para a sala de espera do primeiro pavimento, funcionando como bilheteria. A sala de espera do teatro se situa no segundo pavimento, junto a Galeria de Arte. Os problemas existentes estão listados na tabela 4.

Tabela 4: Salas de recepção e espera.

PLANILHA 2: Salas de recepção e espera				
	 Orientabilidade	 Comunicação	 Deslocamento	 Uso
Problemas levantados	Ausência de suporte informativo que permita a identificação do local das diferentes atividades e a definição de rotas de forma independente. Não há indicação sonora e luminosa em saídas de emergência e sinalização visual em forma de pictogramas.	Não há serviço de atendimento capacitado para pessoas com deficiência auditiva ou visual, nem algum tipo de tecnologia assistida.	Vãos das portas medindo 2cm a menos que o recomendado e tapetes soltos.	Não existe assento preferencial destinado a obesos e pessoa com mobilidade reduzida. Os balcões de atendimento não possuem aproximação frontal por cadeira de rodas e possuem alturas inadequadas. Ausência de pictogramas.
Situação de Acessibilidade	Dificuldade de se localizar no edifício. Risco para os ocupantes da edificação, devido a falta de sinalização sonora e luminosa de emergência.	Dificuldade de comunicação entre funcionários e pessoas com restrições na fala e/ou na audição.	Dificuldade de acesso de cadeirantes e possibilidade de queda devido aos tapetes soltos.	Dificuldade de assento para obesos e pessoa com mobilidade reduzida e de aproximação de cadeirante aos balcões de atendimento.

Fonte: Layse Costa, 2017. Adaptado de: Braida; Raposo; Costa e Netto (2014).

Por se tratar de uma edificação antiga, as circulações são largas, superiores ao estabelecido pelas normatizações, porém apresenta outros problemas como os

mencionados na tabela 5, abaixo:

Tabela 5: Circulações horizontais

PLANILHA 3: Circulações horizontais				
	 Orientabilidade	 Comunicação	 Deslocamento	 Uso
Problemas levantados	Não há indicação sonora e luminosa em saídas de emergência.	Ausência de alarme de incêndio, simultaneamente sonoro e luminoso. Não existe telefone público.	Desnível nas portas e tapetes soltos. Pisos escorregadios.	Algumas maçanetas não estão adequadas, guarda corpo de madeira e ausência de telefone público, bebedouro com altura inadequada e sem área de aproximação.
Situação de Acessibilidade	Risco para os ocupantes da edificação, devido a falta de sinalização sonora e luminosa de emergência.	Risco para os ocupantes do edifício, devido a falta de alarme.	Dificuldade de acesso de cadeirantes e pessoa com mobilidade reduzida. Possibilidade de queda devido ao piso e aos tapetes soltos.	Dificuldade de abertura das portas, guarda corpo inseguro e dificuldade de uso dos bebedouros por cadeirantes e pessoas com baixa estatura.

Fonte: Layse Costa, 2017. Adaptado de: Braida; Raposo; Costa e Netto (2014).

Já nas circulações verticais (Tabela 6), assim como nas Áreas de acesso ao edifício (Tabela 3), a edificação de 3 pavimentos, possui suas circulações verticais exclusivamente por meio de escadas, e estas ainda apresentam problemas de orientabilidade, deslocamento e uso, conforme descrito a seguir.

Tabela 6: Circulações verticais.

PLANILHA 4: Circulações verticais				
	 Orientabilidade	 Comunicação	 Deslocamento	 Uso
Problemas levantados	Ausência de sinalização tátil de alerta e de sinalização indicando o número do pavimento nas escadas. Não há iluminação de emergência nas escadas e nem placas de sinalizações para abandono do local em caso de emergência.	-	As circulações verticais se dão apenas por escadas e apenas duas possuem largura recomendada, a escada principal possui degrau em leque e material combustível, há lance de escadas superiores a 19 degraus, os corrimãos, guarda corpos e alguns degraus possuem dimensões inadequadas, além de possuir tapetes soltos.	Algumas maçanetas não estão adequadas, bem como as escadas e seus componentes .
Situação de Acessibilidade	Risco de acidentes.	-	Dificuldade de acesso por cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida. Escadas desconfortáveis, com risco de acidentes.	Dificuldade de abertura das portas, escadas desconfortáveis com risco de acidentes.

Fonte: Layse Costa, 2017. Adaptado de: Braida; Raposo; Costa e Netto (2014).

A partir da tabela 7, verifica-se a necessidade de adequação dos sanitários para pessoa com deficiência segundo as referências normativas. Visto que há apenas um sanitário de uso dos visitantes, e este se situa no segundo pavimento, é importante destinar ao menos um banheiro ao público no primeiro andar. Conforme se pode constatar, esse setor apresenta sérios problemas em todos os campos de análise:

orientabilidade, comunicação, deslocamento e uso.

Tabela 7: Sanitários.

PLANILHA 5: Sanitários				
	 Orientabilidade	 Comunicação	 Deslocamento	 Uso
Problemas levantados	Ausência de sinalização indicando a localização dos sanitários, não há símbolo internacional em todos os banheiros, afim de informar seu tipo (masculino, feminino, unissex) e não existe sinalização tátil no alcance das mãos.	Ausência de sinalização de emergência ao lado ao lado da bacia e do boxe do chuveiro para acionamento em caso de queda.	Ausência de sanitário de acessível: as portas abrem para dentro e a largura é inferior a 80cm, o piso não é antiderrapante. Apenas no 2º pavimento há sanitário de acesso ao público.	Por não haver sanitário acessível, os acessórios não possuem as alturas adequadas, assim como os banheiros não tem as dimensões corretas, falta elementos de auxílio como: barras de apoio, bacia elevada e sinalização de emergência.
Situação de Acessibilidade	Dificuldade de localizar os sanitários.	Dificuldade de obter ajuda em caso de queda.	Impossibilidade de uso por cadeirantes, devido a largura da porta e grande esforço para a pessoa deficiente que estiver no 1º pavimento, chegar até o sanitário.	Dificuldade de uso do sanitário por pessoas com deficiência.

Fonte: Layse Costa, 2017. Adaptado de: Braida; Raposo; Costa e Netto (2014).

Dentre os ambientes abrangidos na tabela 8, o teatro pode ser considerado o mais crítico, visto que os demais recintos podem ser resolvidos com a melhor distribuição e adequação dos mobiliários.

Tabela 8: Locais para atividades coletivas

PLANILHA 6: Locais para atividades coletivas				
	 Orientabilidade	 Comunicação	 Deslocamento	 Uso
Problemas levantados	Impossibilidade de identificar as diferentes atividades por meio de suporte informativo visual e tátil. Ausência de guia de balizamento no desnível entre o palco e a platéia.	Ausência de um local no palco destinado à interprete de libras.	Acesso a esses locais feito apenas por escadas. Não há espaço de manobra para cadeira de rodas junto a louça. Não existe espaço reservado a cadeirantes e nem assentos destinado a obesos e à pessoas com mobilidade reduzida. O camarim é inacessível a pessoas com mobilidade reduzida e usuários de cadeiras de rodas.	Ausência de mesa adaptada para cadeirantes. Os mobiliários não são acessíveis aos cadeirantes, obesos e às pessoas de baixa estatura. Acesso ao camarim por meio de escadas estreitas, sem corrimãos, portas e espaços estreitos.
Situação de Acessibilidade	Dificuldade de localizar as atividades e risco de queda do palco.	Dificuldade de compreensão por deficientes auditivos.	Dificuldade de acesso por cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida, bem como dificuldade dos obesos e pessoas com mobilidade reduzida sentar e falta de lugar definido para os cadeirantes.	Dificuldade de uso dos mobiliários por pessoas de baixa estatura, obesos e cadeirantes. Camarim inacessível a pessoas com mobilidade reduzida e usuários de cadeiras de rodas.

Fonte: Layse Costa, 2017. Adaptado de: Braida; Raposo; Costa e Netto (2014).

Por último, no âmbito dos locais de acesso restrito aos funcionários, tabela 9, verifica-se que alguns ambientes, não possuem espaço para circulação e manobra do cadeirante, além de mobiliários inadequados.

Tabela 9: Locais de acesso restrito aos funcionários

PLANILHA 7: Locais de acesso restrito aos funcionários				
	 Orientabilidade	 Comunicação	 Deslocamento	 Uso
Problemas levantados	Impossibilidade de identificar as diferentes atividades por meio de acesso visual e tátil.	-	Uma parte do almoxarifado, a sala de criação cenográfica, e a reserva cenográfica não possuem circulação mínima de 90cm e área de manobra para cadeira de rodas.	Ausência de mesa adaptada para cadeirantes. As estantes e prateleiras não são acessíveis aos cadeirantes e às pessoas de baixa estatura. As bancadas e mesas de refeições não garantem a aproximação frontal de cadeira de rodas e nem possuem altura adequada. O bebedouro possui altura inadequada.
Situação de Acessibilidade	-	-	Impossibilidade de acesso dos cadeirantes.	Dificuldade de trabalho para pessoas deficientes.

Fonte: Layse Costa, 2017. Adaptado de: Braidá; Raposo; Costa e Netto (2014).

Logo, como se pode ver, o prédio possui uma série de barreiras relacionadas a acessibilidade. Alguns dos problemas levantados, requerem um custo financeiro mais elevado, como as medidas relacionadas a circulação vertical. Porém, tal valor não se sobrepõe aos benefícios que a sociedade poderá usufruir.

5. Proposta de intervenção

5.1. Diretrizes teóricas

As posturas de intervenção que deverão nortear o TCC 2 seguem adiante. Ressalta-se primeiramente que, a realização do projeto de acessibilidade para o Forum da Cultura, será pautada em ações que garantam o máximo respeito à essência do lugar, embasando-as nos preceitos teóricos da preservação. Iniciaremos pelas premissas do Manual de Elaboração de Projetos do Monumenta (2005), são elas:

- Distinguibilidade: tempo é irreversível e as intervenções, além de documentar a si próprias, devem sempre ser facilmente reconhecíveis;
- Reversibilidade ou re-trabalhabilidade: a intervenção não pode alterar a obra em sua substância, devendo respeitar a preexistência e facilitando futuras intervenções;
- Mínima intervenção: toda e qualquer intervenção no bem cultural, deve ser mínima, afim de garantir tanto a autenticidade estética quanto histórica a obra;
- Compatibilidade de técnicas e materiais: a consistência física do objeto é o elemento norteador do seu tratamento através de técnicas compatíveis que não descaracterize o sistema existente e cuja eficácia seja comprovada através de anos de experimentação.

No que tange a acessibilidade, a NBR 9050/2015, possui uma sessão denominada bens tombados, na qual recomenda que:

10.2.1 Todos os projetos de adaptação para acessibilidade de bens tombados devem obedecer às condições descritas nesta Norma, compatibilizando soluções com os critérios estabelecidos por órgãos legisladores, e sempre garantindo os conceitos de acessibilidade.

10.2.2 No caso de sítios, áreas ou elementos considerados inacessíveis ou com visitação restrita, deve-se garantir o acesso por meio de informação visual, auditiva ou tátil das áreas ou dos elementos cuja adaptação seja impraticável, com divulgação das condições de acessibilidade do bem patrimonial informadas com antecedência ao visitante e vinculadas a todo material publicitário (ABNT, 2015, p.122).

Em 2003, o IPHAN estabeleceu a Instrução Normativa 01, que dispõe sobre a acessibilidade aos bens culturais imóveis protegidos em nível federal, estabelecendo

diretrizes, critérios e recomendações para sua promoção. Essa instrução se baseou na Lei Federal 10.098/2000 e na NBR 9050 da ABNT e exige que as soluções para a eliminação, redução ou superação de barreiras na promoção da acessibilidade aos bens culturais imóveis sejam compatíveis com a sua preservação e, dentro de suas possibilidades, assegure condições de acesso, de trânsito, de orientação e de comunicação, facilitando a utilização desses bens e a compreensão de seus acervos para o público em geral, seguindo as premissas:

- a) As intervenções poderão ser promovidas através de modificações espaciais e estruturais; pela incorporação de dispositivos, sistemas e redes de informática; bem como pela utilização de ajudas técnicas e sinalizações específicas, de forma a assegurar a acessibilidade plena sempre que possível, devendo ser legíveis como adições do tempo presente, em harmonia com o conjunto.
- b) Cada intervenção deve ser considerada como um caso específico, avaliando-se as possibilidades de adoção de soluções em acessibilidade frente às limitações inerentes à preservação do bem cultural imóvel em questão.
- c) O limite para a adoção de soluções em acessibilidade decorrerá da avaliação sobre a possibilidade de comprometimento do valor testemunhal e da integridade estrutural resultantes.

Em bens culturais imóveis, é imposto pela Normativa 01 do IPHAN, que se mantenha à disposição das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, ajuda técnica, como cadeiras de rodas e pessoal treinado para a sua recepção, como parte do conjunto de soluções em acessibilidade.

Em caso de impossibilidade de promoção e adaptação do imóvel para torná-lo acessível ou visitável, a normativa exige que se garanta o acesso por meio de informação visual, auditiva ou tátil das áreas ou dos elementos cuja adaptação seja impraticável. No caso de sítios considerados inacessíveis ou com visitação restrita, devem ser adotadas medidas de acesso à informação e compreensão a respeito do bem cultural, como mapas, maquetes, peças de acervo originais ou suas cópias, sempre proporcionando a possibilidade de serem tocados para compreensão tátil.

A Carta de Veneza de 1964, diz respeito sobre a Conservação e Restauro de Monumentos e Sítios. Em seu artigo 7, considera a possibilidade de mudanças nos ambientes, ao afirmar que o “deslocamento de todo o monumento ou de parte dele não pode ser tolerado, exceto quando a salvaguarda do monumento o exigir ou quando o justificarem razões de grande interesse nacional ou internacional” (IPHAN, 2017).

Conhecida as principais diretrizes de acessibilidade para imóveis de interesse cultural, podemos perceber que para a visitação pública de toda a sociedade, vários aspectos espaciais e estruturais terão de ser modificados, devido a necessidade de incorporação de dispositivos, sistemas hidráulicos e elétricos e de equipamentos e sinalizações. Desse modo, o grau de perda do valor histórico na intervenção de acessibilidade terá de ser avaliado para que resulte aceitável, segundo a natureza, a qualidade, antiguidade e historicidade do patrimônio (CAMBIAGHI, 2012).

5.2. Estudo de caso

De modo a exemplificar e nortear como desenvolver atividades de adequação voltadas a acessibilidade, seguem dois estudos de caso que se assemelham à proposta deste trabalho. As obras selecionadas foram: Pinacoteca do Estado de São Paulo e a Casa de Santos Dumont em Petrópolis.

5.2.1. Pinacoteca de São Paulo

A Pinacoteca do Estado (Foto 67) é o museu de arte mais antigo da cidade de São Paulo e um dos mais importantes do país. A construção do prédio, projetado pelo arquiteto Ramos de Azevedo data de 1895, para abrigar o Liceu de Artes e Ofícios que tinha por finalidade formar técnicos e artesãos da cidade. O imóvel passa a exercer a atual função em 1905, quando o Governo do Estado de São Paulo funda o museu. (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2017).

Foto 67: Fachada frontal da Pinacoteca.



Disponível em: <https://teoriacritica13ufu.wordpress.com/>. Acesso em: 30 maio 2017.

As primeiras peças do acervo, são fruto de doações de obras de artistas consagrados como Pedro Alexandrino, Benedito Calixto, e José Ferraz Almeida Junior, vindas do Museu Paulista da Universidade de São Paulo. Com o decorrer dos anos o acervo foi se expandindo, totalizando quase 10 mil obras. (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2017). Ainda segundo informações do próprio site da Pinacoteca, atualmente são realizadas cerca de 30 exposições e são recebidos aproximadamente 500 mil visitantes por ano.

Algumas intervenções marcam a história do museu. Na década de 90 o arquiteto Paulo Mendes da Rocha, comandou uma intervenção em todo o prédio, lhe rendendo em 2000 o prêmio da arquitetura Mies Van der Rohe. No ano de 2004 a Pinacoteca passou a incorporar o edifício do Largo General Osório que abrigava armazéns e escritórios da Estrada de Ferro Sorocabana. O edifício foi totalmente reformado pelo arquiteto Haron Cohen para receber parte do programa de exposições temporárias, passando a se chamar Estação Pinacoteca, e nos dias de hoje Pina Estação. (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2017).

No que tange a acessibilidade, foi implantado em 2003, o Programa Educativo para Públicos Especiais (PEPE), tendo por objetivo atender pessoas com necessidades especiais (sensoriais, físicas, intelectuais e mentais), por meio de visitas acompanhadas por uma equipe de educadores especializados. Além disso, o PEPE desenvolve outras importantes ações, como:

- Pesquisa e produção de recursos de apoio multissensoriais como maquetes táteis de obras de arte e do edifício e seu entorno, bem como a elaboração de jogos e propostas poéticas incluindo fragmentos sonoros a obras e galerias expositivas da instituição;
- Publicações adaptadas em dupla leitura com imagens em relevo e gravações em áudio, produção acadêmica, folhetos e documentários com informações sobre o programa;
- Programa permanente de atendimento aos deficientes auditivos com interprete de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) e videoguia sobre a exposição de acervo com apresentação em Libras e legenda em português;
- Ações educativas na Galeria Tátil de Esculturas Brasileiras, com audioguia para cegos, folhetos informativos, catálogo adaptado em dupla leitura (tinta e Braille) e áudio-cd;

- Formação de educadores e produção de recursos de apoio para atendimentos aos deficientes em exposições temporárias do Museu;
- Cursos de capacitação em “Ensino da Arte na Educação Especial e Inclusiva” e “Acessibilidade e Ação Educativa Inclusiva em Museus e Instituições Culturais”;
- Encontros de “Consciência Funcional” para recepcionistas, atendentes e seguranças do Museu.
- Participação em palestras, encontros, seminários e estágios nacionais e internacionais para divulgação e troca de experiências. (ARTEINCLUSÃO, 2017).

A partir do ano de 2009 foi acrescentada às ações do programa, a Galeria Tátil de Esculturas Brasileiras do Acervo da Pinacoteca. Trata-se de uma exposição permanente, que permite a participação autônoma de pessoas com deficiências visuais, possibilitando a esse público, explorar e conhecer por meio do toque doze esculturas em bronze (Foto 68), pertencentes a coleção. (ARTEINCLUSÃO, 2017). As obras de arte foram escolhidas com base nas indicações dos portadores de deficiências visuais, que participaram de visitas orientadas ao acervo do museu e de acordo com a dimensão, a forma, a textura e a diversidade estética, que facilitam a compreensão e apreciação artística das esculturas ao serem tocadas. Dentre os artistas selecionados para a mostra, estão: Rodolfo Bernardelli, Victor Brecheret, Bruno Giorgi e Amilcar de Castro, entre outros. Além disso, itens desenvolvidos pelo PEPE estão presentes na Galeria, como: videoguia, audioguia (aparelho de audiodescrição), folhetos e catálogo (Foto 69) de dupla leitura (tinta e Braille) e equipe treinada para receber e orientar o público visitante com ou sem deficiência. No videoguia, o visitante encontra uma apresentação sobre o museu, o mapa de localização e a descrição de uma ou duas obras de cada sala da Pinacoteca. Já o audioguia apresenta a Galeria Tátil, cada visitante recebe um fone de ouvido por meio do qual ouve uma gravação que repassa informações sobre as obras e conduz a pessoa com deficiência visual. A disponibilidade destes recursos é solicitada na recepção do museu e o percurso de visitação   orientado por um piso tátil, que indica um caminho para a explora o das obras. (AME, 2017).

Foto 68: Escultura em bronze.



Foto: Cristiane Zurita. Disponível em: <https://thaisfrota.wordpress.com/2009/07/06/pinacoteca/>. Acesso em: 30 maio 2017.

Foto 69: Catálogo de dupla leitura.

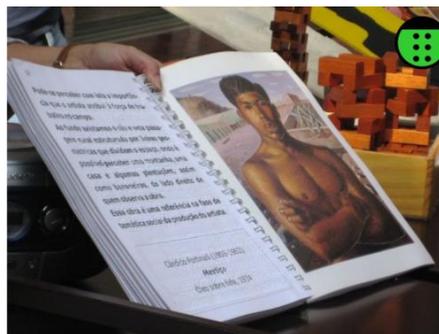


Foto: Cristiane Zurita. Disponível em: <https://thaisfrota.wordpress.com/2009/07/06/pinacoteca/>. Acesso em: 30 maio 2017.

Além das ações de inclusão citadas acima, vale destacar que o local provém de bebedouro e banheiros acessíveis, bem como telefone público adaptado para deficientes auditivos, elevadores para transpor os 3 pavimentos (Foto 70), vagas de estacionamento reservadas para deficientes, cadeiras de rodas elétricas e espaços amplos que permitem aos cadeirantes se locomoverem com facilidade. O site da Pinacoteca, possui tradutor de Libras; opção de idiomas português, inglês e espanhol; possibilidade de aumentar e diminuir as letras e uma visita virtual que lhe permite conhecer diversos ambientes da instituição. No entanto, a instituição ainda não pode ser considerada o modelo ideal, visto que não há rampa na entrada principal, fazendo com que o cadeirante fique obrigado a entrar por meio de uma rampa no subsolo, e assim depende de ajuda para comprar o seu ingresso.

Foto 70: Elevador da Pinacoteca.



Disponível em: <https://teoriacritica13ufu.wordpress.com/>. Acesso em: 30 maio 2017.

5.2.2. Museu Casa de Santos Dumont

O Museu Casa de Santos Dumont preserva e divulga a memória de Santos Dumont, o pai da aviação brasileira. A casa também reconhecida por “A Encantada”, se situa na Rua do Encantado, antigo Morro do Encanto em Petrópolis - RJ, fora projetada pelo próprio Dumont com a participação do engenheiro Eduardo Pederneiras, para ser sua residência de verão.

O imóvel tombado pelo IPHAN em 14 de julho de 1952, apresenta como motivo maior de sua preservação o reconhecimento dos feitos memoráveis de seu criador e o grau de representatividade de seu projeto, testemunho de sua personalidade inventiva, simples e criativa. A escada íngreme de degraus cortados em forma de raquete, que só pode ser vencida iniciando com o pé direito; os móveis projetados como extensão da madeira utilizada nas paredes e o chuveiro feito com um balde perfurado, dividido ao meio para água quente e fria, são alguns dos elementos marcantes.

A estrutura da casa, totalmente planejada para suprir as necessidades particulares de Santos Dumont, impõe limites à acessibilidade necessária a seu uso enquanto espaço museológico. Desse modo, para atender as exigências de acessibilidade do museu, foi criado um anexo, o Centro Cultural 14 Bis, nos fundos do terreno. No anexo há banheiros adaptados, espaços para exposições e área de convivência. Além disso, o Centro Cultural, provê um acesso alternativo pela Rua do Encanto e permite ao visitante chegar ao segundo piso da casa, através de um elevador (Foto 71). As pontes da casa de Santos Dumont são muito estreitas para a passagem de cadeira de rodas, assim, foi disponibilizado um totem, para que o cadeirante possa fazer uma visita virtual pelo local. Para quem tem problemas auditivos, foi disponibilizado um vídeo com uma versão em libras. E, para os deficientes visuais existe uma maquete tátil (Foto 72 e 73), que permite conhecer tanto o interior quanto o exterior da casa. Há também placas em braile, para que o deficiente visual possa se guiar pela casa.

Foto 71: Elevador da Casa de Santos Dumont.



Disponível em:
<http://g1.globo.com/rj/serra-lagos-norte/noticia/2012/10/museus-de-petropolis-rj-sao-adaptados-para-deficientes.html>. (*print screen* 00:53) Acesso em: 28 maio 2017.

Foto 72: Maquete tátil do exterior da Casa de Santos Dumont.



Disponível em:
http://www.karinparedes.com/passeio-por-petropolis-casa-encantada/20131114_151906/. Acesso em: 28 maio 2017.

Foto 73: Maquete tátil do interior da Casa de Santos Dumont.



Disponível em:
<https://turismoadaptado.wordpress.com/2012/10/22/museus-de-petropolis-investem-em-acessibilidade-para-deficientes/>. Acesso em: 28 maio 2017.

Sendo assim, o museu se tornou o primeiro do estado do Rio de Janeiro a aliar diversas tecnologias para garantir a recepção de deficientes físicos, auditivos e visuais, bem como idosos e pessoas com dificuldade de locomoção. (CENTRO CULTURAL 14 BIS, 2017). O projeto exemplifica muito bem, as diretrizes projetuais apontadas no item anterior, principalmente no que refere aos deficientes físicos, que pela impossibilidade de acesso sem prejudicar a informação histórica, tiveram a vivência assegurada por meio do totem.

O banheiro é adaptado, mas as pontes construídas por Santos Dumont são estreitas demais para a passagem de uma cadeira de rodas. Isso foi resolvido com a construção de um totem. Assim, o cadeirante pode fazer uma visita virtual pelo lugar. Para quem tem problemas auditivos, foi disponibilizado um vídeo com uma versão em libras. E, para os deficientes visuais existe uma maquete tátil. Desta forma, eles podem conhecer a casa tanto por fora quanto por dentro. As placas também são escritas em braile para que o deficiente visual possa se guiar pela casa. (GLOBO, 2017).

5.2.3 Contribuições

Os estudos de casos apresentados mostraram relevantes soluções de acessibilidade que poderão contribuir para o projeto de acessibilidade do Forum da Cultura. Enquanto a Pinacoteca de São Paulo mostra uma acessibilidade que atende aos diversos tipos de deficiência, aliada a uma série de medidas que vão desde a pesquisa até áudio guias, maquetes, funcionários deficientes, etc. O Museu Casa de Santos Dumont demonstra a

instalação de um totem, importante solução a ser adotadas em locais onde o acesso a todos os ambientes por cadeirantes é impossibilitado, sem denegrir a informação histórica da edificação.

Conclusão

Concluída esta etapa, pode-se compreender uma série de questões relacionadas a este importante equipamento cultural da cidade de Juiz de Fora. Conhecendo o histórico da cidade, do centro e da rua onde se situa o bem, foi possível contextualizar o Forum da Cultura dentro de um período que marcou o município, reafirmando a necessidade de seu uso e preservação.

Desde sua construção, o Forum passou por diversos proprietários e abrigou diversas funções, sendo elas: residência, faculdade de direito e atualmente abarca variadas atividades culturais. Sendo, assim o imóvel construído com a função residencial e característico de uma época, em que o conceito de acessibilidade não era pensado, atualmente clama por um projeto que contemple a inclusão. Tal necessidade pode ser comprovada com base na aplicação da adaptação das Planilhas de Avaliação desenvolvidas no Programa de Acessibilidade às Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida nas Edificações de Uso Público do Ministério Público de Santa Catarina. Porém, vale ressaltar que a edificação é tombada a nível municipal, fazendo com que toda e qualquer intervenção seja feita com muito estudo e cautela, para que não venha a afetar sua informação histórica.

Desse modo, uma série de leis e normas no que tange a acessibilidade e no que se refere ao patrimônio, como: cartas patrimoniais, instruções normativas e manuais, orientaram esse trabalho. Bem como, as avaliações dos estudos de casos que se mostraram como importantes recursos que servirão de parâmetros para a intervenção a ser elaborada na próxima etapa deste trabalho, denominada TCC II.

Evidentemente, algumas dificuldades foram encontradas, principalmente no que se refere a documentos e fotos mais antigas da residência e da rua onde se situa. Desse modo, não foi possível identificar o projeto de sua construção, bem como o seu autor e sua data precisa. Outra dificuldade foi realizar os levantamentos físicos sem todos os equipamentos adequados.

As descobertas e diagnósticos realizados ao longo desta etapa poderão servir, daqui para a frente, tanto para o TCC II quanto para futuras obras que o imóvel poderá vir a passar, principalmente no que se refere a acessibilidade. Além do mais, as informações coletadas servirão como mais um documento deste imóvel, contribuindo na história da própria cidade.

Por fim, este trabalho visa que todos reconheçam a importância do Forum da Cultura e que sensibilizem sobre a importância de garantir a acessibilidade a este importante bem difusor da cultura juiz-forana. É inadmissível que a residência que se tornou pública, continue a passar por problemas de acesso. Dentre as atividades ali exercidas há história, memória, cultura, entretenimento e conhecimento, logo, não pode ficar restrita a uma parcela da população.

Referências Bibliográficas

AMIGOS METROVIÁRIOS DOS EXCEPCIONAIS - AME. **Pinacoteca, arte para todos.** Disponível em: http://www.ame-sp.org.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=493:pinacoteca-arte-para-todos&catid=4:educacao. Acesso em: 09 maio 2017.

ALBERTO, Klaus Chaves et al. **Arquitetura e urbanismo em Juiz de Fora: habitação, comércio, saúde e educação.** Juiz de Fora: FUNALFA: Ed. UFJF, 2016.

ARTEINCLUSÃO. **Pinacoteca de São Paulo.** Disponível em: <http://www.arteinclusao.com.br/pinacoteca.php>. Acesso em: 09 maio 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050:** Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, ABNT. **Normas.** Disponível em: <http://www.abnt.org.br/normalizacao/abnt>. Acesso em: 22 maio 2017.

BRAIDA, Frederico. **Passagens em rede:** a dinâmica das galerias comerciais e dos calçadões nos centros de Juiz de Fora e Buenos Aires. Juiz de Fora: Funalfa: Ed. UFJF, 2011.

BRAIDA, Frederico; RAPOSO, Myrtes; COSTA, Layse; NETTO, Luylla. A qualidade ambiental no interior do edifício da Faculdade de Arquitetura da UFJF, In: **Anais do 15º Ergodesign & Usihc**, São Paulo: Blucher, v. 2, n.1, p. 448-460, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição federal de 1988.** Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 mar. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF.

BRASIL. Ministério da Cultura. Programa Monumenta. **Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural.** Brasília: Ministério da Cultura, Instituto do Programa Monumenta, 2005.

CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas.** São Paulo: Senac, 2012.

CARSALADE, Flávio de Lemos. **Patrimônio Histórico, Sustentabilidade e Sustentação.** Vitruvius, 2001. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.013/885>. Acesso em: 14 mar. 2017.

CARSALADE, Flávio de Lemos. **A ética das intervenções.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Mestrado%20Profissional%20do%20Patrim%C3%B4nio%20Cultural%202013%20-%20CARSALADE.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2017.

CENTRO CULTURAL 14 BIS. **Centro Cultural 14 bis.** Disponível em: http://otten.com.br/cc14/index.php?option=com_content&view=article&id=59&Itemid=26. Acesso em: 08 maio 2017.

COELHO, Júlio César. **Hingel libera Cr\$ 2 bilhões para o Forum da Cultura.** Tribuna da Tarde, Juiz de Fora, 13 nov. 1992.

CROCE, Antônio Marcus. **O Encilhamento e a economia de Juiz de Fora: o balanço da conjuntura.** Juiz de Fora. Juiz de Fora: Funalfa, 2008.

DISCHINGER, Marta; ELY, Vera Helena Moro Bins; PIARDI, Sônia Maria Demeda Groisman. **Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos: Programa de Acessibilidade às Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida nas Edificações de Uso Público.** Florianópolis: MPSC, 2012.

DUARTE, Antônio Carlos. **Arquitetura Eclética:** Juiz de Fora. Juiz de Fora: Funalfa, 2016.

DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira; COHEN, Regina. **Subsídios metodológicos na construção de uma “acessibilidade plena”:** a produção da identidade e da subjetividade de pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, 2013.

ESTEVES, Albino. **Álbum do Município de Juiz de Fora - 1915.** Belo Horizonte: Editora Oficial, 1915.

FONSECA, Fábio; FILHO, Antonio Colchete. **A supremacia do pedestre: os calçadões e a qualidade urbana na área central de Juiz de Fora.** Juiz de Fora. Juiz de Fora: Funalfa, 2016.

FUNALFA (Org). **Ruas da cidade:** Juiz de Fora. Juiz de Fora: Funalfa, 2004.

FURTADO, Aline. **Padronização das calçadas começa pela Santo Antônio e pode ser estendida para outras vias.** Disponível em: <http://www.acesa.com/cidade/arquivo/noticias/2010/11/17-calcadas/>. Acesso em: 02 maio 2017.

GLOBO. **Museu de Petrópolis, RJ, é adaptado para cadeirantes.** Disponível em: <http://g1.globo.com/rj/serra-lagos-norte/noticia/2012/10/museus-de-petropolis-rj-sao->

adaptados-para-deficientes.html. Acesso em: 27 maio 2017.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2017. **Pinacoteca**. Disponível em: <http://pinacoteca.org.br/>. Acesso em: 30 maio 2017.

JF MINAS. **História de Juiz de Fora**. Disponível em: <http://www.jfminas.com.br/portal/historia/historia-de-juiz-de-fora>. Acesso em: 23 mar. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em 21 maio 2017.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. **Carta de Veneza**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso em: 23 maio 2017.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. **Instrução Normativa nº 1, de 25 de novembro de 2003**. Dispõe sobre a acessibilidade aos bens culturais imóveis acautelados em nível federal, e outras categorias, conforme especifica. Diário Oficial de 26.11.2003, Seção 1.

PEREIRA, Tamara Nunes. **Da genialidade arquitetônica de Raphael Arcuri à sensibilidade artística dos Bracher: Intervenção no “Castelinho dos Sonhos”**. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA. **Decreto nº 5385, de 14 de setembro de 1995**. Dispõe sobre o Tombamento de Edifício à Rua Santo Antônio, nº 1112, denominado Forum da Cultura da Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br/c_norma.php?chave=0000016161. Acesso em: 10 jun. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA. **Lei Complementar nº 006 - de 27 de novembro de 2013**. Altera a Lei Municipal nº 6.910, de 31 de maio de 1986, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br/>. Acessado em: 03 maio 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA. **Processo 02510**. Tombamento do Imóvel a Rua Santo Antônio 1112, atual Fórum da Cultura. Juiz de Fora, 1990.

RIBEIRO, Gabriela; MARTINS, Laura e MONTEIRO, Circe. O desafio da acessibilidade física diante da sacralização do Patrimônio Histórico e Cultural. **Cadernos Proarq** Ed. 19.

SILVEIRA, Carlos Eduardo. **A arquitetura eclética na Praça da Estação: a arte brasileira e a consolidação do espaço urbano no final do século XIX**. Rio de Janeiro: EDUR-UFRRJ/DezenoveVinte, 2010. Disponível em: http://www.dezenovevinte.net/800/tomo2/files/800_t2_a11.pdf. Acesso em: 15 abr. 2017.

SOUZA, Ana Lúcia. **Estilo eclético na arquitetura de Juiz de Fora (MG)** - um debate

historiográfico. João Pessoa: ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2003. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.043.pdf>. Acesso em: 03 maio 2017.

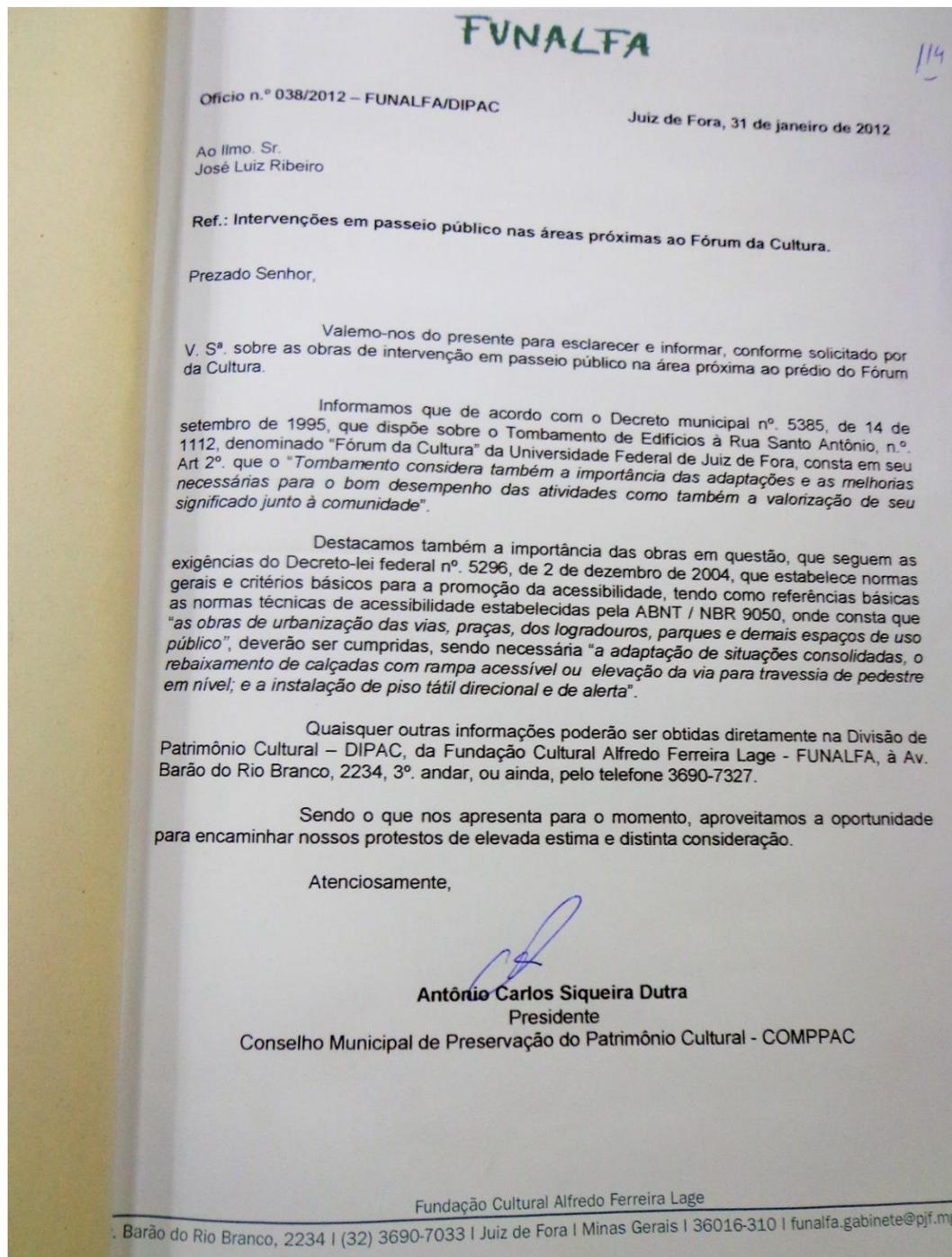
SOUSA, António Miguel. A acessibilidade em edifícios tombados, In: **Mobilidade e Acessibilidade Urbana em Centros Históricos**, Brasília: Iphan, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - UFJF. **Fórum da Cultura**. Disponível em: <http://www.ufjf.br/forumdacultura/>. Acesso em: 15 mar. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA – UFJF. **Documenta**: Forum da Cultura. Juiz de Fora, mar. 2000.

Anexos

ANEXO A – Intervenção em passeio público nas áreas próximas ao Fórum da Cultura.



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA, 2012.

R\$ 57
18

TRIBUNA DA TARDE
Juiz de Fora, sexta-feira, 13 de novembro de 1992

EDUCAÇÃO



Forum da Cultura: o prédio recebe o sinal verde do Ministério da Educação para as reformas acalentadas pelo seu idealizador, José Luiz Ribeiro, durante nove anos

Hingel libera Cr\$ 2 bilhões para o Forum da Cultura

JÚLIO CÉSAR COELHO

O ministro da Educação, Murílio Hingel, aprovou ontem o Projeto de Restauração, Recuperação e Readaptação do Fórum da Cultura, da UFJF, e vai liberar a verba de Cr\$ 2 bilhões para a sua execução. A informação foi dada em primeira mão pelo assessor de imprensa do MEC, Geraldo Mello. A agenda do ministro na cidade prevê a chegada no início da tarde, visita ao Instituto Maria, às 15h10min, à Fundação Machado Sobrinho, às 16 horas, e ao Instituto de Laticínio Cândido Tostes, às 16h45 min.

À noite, às 21 horas, o titular do Ministério da Educação vai estar no Fórum da Cultura para assistir o espetáculo "Vereda da Salvação", de Jorge Andrade, montado pelo Grupo Divulgação. Na oportunidade, Murílio Hingel anunciará oficialmente a aprovação do projeto por seu Ministério e será homenageado pelo Centro de Atividades Teatrais, através do seu diretor José Luiz Ribeiro. O projeto elaborado há nove anos foi redimensionado agora, com o apoio e o trabalho dos técnicos Cristina Ciampi, José Carlos Maluf e Marcus Tanuri (todos da Prefeitura do Campus) e recebe o aval do juizforano Murílio Hingel, que antes de ser ministro sempre foi um entusiasta da idéia de preservação do Fórum da Cultura.

Conhecedor profundo da realidade universitária local e sensível à integração da educação e cultura, pelas quais dedicou toda a sua vida profissional, o atual titular do Ministério da Educação abre espaço para que projetos de grande alcance social sejam implementados em Juiz de Fora. O casarão da década de 20, que abriga o Fórum da Cultura, ainda é um dos poucos monumentos históricos da cidade com elementos culturais, arquitetônicos e estéticos de uma época que precisa ser restaurado, readaptado e preservado segundo suas características originais.

O idealizador do projeto, José Luiz Ribeiro, que hoje conta com o apoio da UFJF, através da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários, ressalta que o projeto orçado em pouco mais de Cr\$ 2 bilhões visa atacar duas frentes de trabalho. A primeira da área física, que inclui recuperação e restauração dos aspectos originais do prédio como telhado, forro, escada, vitros, faixa etc., e a segunda, ao que se refere ao próprio teatro e espaços destinados a atividades interdisciplinares como o Museu do Folclore, o Instituto Histórico e Geográfico, o Coral Universitário, Associação Cultural Luso-Brasileira e o Salão de Exposição.

Além de melhorar os equipamentos utilizados para estas atividades de Extensão do ensino educacional informal, a proposta prevê a suspensão da platéia do teatro e troca das cadeiras, possibilitando maior conforto para o público que frequenta o Fórum. Um público que chega a 25 mil espectadores anualmente de todas as classes sociais e dos mais diversos pontos da cidade.

— É neste ano que o Fórum completa 20 anos, voltado para um trabalho interdisciplinar dentro da Universidade, que temos a oportunidade de concretizar um sonho idealizado há nove anos de restaurar, recuperar e readaptar um espaço tradicional da cidade. Um projeto que conta com o aval do ministro Murílio Hingel, que em todos estes anos acompanhou e incentivou o trabalho por nós realizado e agora dá o sinal verde para a sua efetivação com o apoio do Ministério da Educação, assegura José Luiz Ribeiro.

O diretor do Grupo Divulgação e professor da Faculdade de Comunicação Social explica que o trabalho desenvolvido no Fórum da Cultura ultrapassou as fronteiras da UFJF e já atinge cerca de 75 comunidades juizforanas, através de um trabalho sistemático nas escolas públicas, como palestras, cursos e espetáculos teatrais. Além de alunos, meninos e meninas de rua, a difusão da educação informal através da cultura atinge núcleos familiares e contribui para um trabalho de pesquisa, educação e extensão, proporcionando a dessacramentalização da Universidade que sempre foi tida como elitista. "Juiz de Fora é uma cidade onde cego não pede esmola e pobre conhece teatro", afirma Ribeiro.

Na opinião de José Luiz Ribeiro, a Universidade não pode desvincular do fenômeno cultural, que contribui com a pesquisa e a educação fora das salas de aulas através da interdisciplinariedade. Com o redimensionamento do Fórum da Cultura, segundo o professor, busca-se implantar uma Escola Sistemática e Popular de Teatro. "Uma escola de ator, de espectador e de reflexão de textos de qualidade, que dá oportunidade para aqueles mais carentes, como já vem acontecendo aos sábados com curso de teatro para 42 pessoas de bairros da cidade".

Festa hoje final Central

Em passado Aberto de Fora apresenta na noite parte do finalismo a prêmio milhão município Fora e sobem palco do Central canções entre as na segunda na última

Sem grande promoção derrada reprodução das festas idealizadas organizadas França os com à ribalta atração evento ingressos venda primeira não tem nem 50% segundo integridade apres consi do p De a info vem pop gra care out des de car

av co ca r s h

EDIFÍCIO LOCAL Forum da Cultura
 AVALIADOR Layse Costa
 DATA 09/06/17

COMPONENTES

-  Orientabilidade
-  Comunicação
-  Deslocamento
-  Uso

PLANILHA 1 ÁREAS DE ACESSO AO EDIFÍCIO

N.	LEGISLAÇÃO		C	ITENS A CONFERIR	RESPOSTA		OBSERVAÇÕES
	LEI	ARTIGO			SIM	NÃO	
NA VIA PÚBLICA							
SEMÁFORO							
1.1	-	-		Existe semáforo nos dois lados da via pública para facilitar a travessia do pedestre?		X	Os semáforos se situam distantes da edificação e não há nos cruzamentos de menor circulação de veículos.
1.2	9.050/15	8.2.2.3		Na existência de semáforo, há sinalização sonora quando ele está aberto?		X	
1.3	9.050/15	8.2.2.1		Existe foco de acionamento para travessia de pedestre com altura entre 80cm e 1,20m do piso?		X	
1.4	9.050/15	6.12.7		Existe faixa de pedestre e guia rebaixada em ambos os lados da via no local de travessia de pedestre?	X		Excelo na entrada do condomínio Jardim dos Manacás, que fica ao lado do Forum da Cultura.
PASSEIOS							
1.5	9.050/15	6.3.2		Os passeios têm pisos antiderrapantes e regulares em qualquer condição climática?	X		
1.6	9.050/15	6.12.3 6.12.5		Os passeios são livres de interferências que impeçam o deslocamento ou que constituam perigo aos pedestres (postes de sinalização, vegetação, desníveis, rebaixamentos...)?	X		
1.7	9.050/15	6.3.8		Na existência dessas interferências, há sinalização tátil de alerta nos passeios?	X		Elas não estão instaladas adequadamente.
1.8	9.050/15	6.3.4.2		Todos os desníveis existentes são inferiores a 75mm?		X	O passeio possui acentuados declives, devido a topografia do local.
1.9	9.050/15	6.12.3		A altura livre dos passeios é de, no mínimo, 2,10m? (verificar obstáculos verticais, tais como placas, beirais, ramos de árvores)?		X	

N.	LEGISLAÇÃO		C	ITENS A CONFERIR	RESPOSTA		NA/I	OBSERVAÇÕES
	LEI	ARTIGO			SIM	NAO		
1.10	9.050/15	6.12.3	→	Existe uma faixa livre de circulação contínua de pedestre com largura mínima de 1,20m?	X			
1.11	9.050/15	6.3.8	?	Na ausência de linha-direcional identificável ou em locais muito amplos, existe piso tátil direcional?	X			
1.12	-	-	?	Do passeio é possível identificar o edifício (nome, n., função) ao qual se faz necessário o acesso?	X			
1.13	-	-	?	Há suporte informativo tátil (nome, n., função) no passeio que permita a identificação do edifício por pessoas com restrição visual?		X		
1.14	9.050/15	6.12.7.3	→	Existe faixa de travessia, com rebaixamento nos passeios em ambos os lados da via, quando houver foco de pedestres?	X			
1.15	9.050/15	6.12.7.3.1	→	O piso entre o término do rebaixamento do passeio e o leito carroçável é nivelado?	X			
1.16	9.050/15	6.14.2.1	→	Há rampa de acesso ao passeio próximo às vagas de estacionamento para deficientes?			X	
1.17	3.246/89	1	?	Há sinalização visual e sonora nas entradas/saídas de garagens e estacionamentos?	X			
DO PASSEIO À ENTRADA DO EDIFÍCIO								
CIRCULAÇÃO								
1.18	9.050/04	6.2.1	→	Existe uma rota livre de obstáculos que permita o acesso do passeio público à entrada do edifício?		X		Só é possível entrar no edifício por meio de escadas.
1.19	-	-	→	A faixa livre de obstáculos possui piso antiderrapante e sem desníveis?			X	
1.20	9.050/15	6.12.3	→	Essa faixa livre de obstáculos possui largura mínima de 1,20m?			X	
1.21	9050/15	6.2.2	→	A distância entre cada entrada acessível e as demais é de, no máximo, 50m?			X	
1.22	-	-	→	Existe uma faixa livre de obstáculos que permita a interligação às principais funções do edifício?			X	
VEGETAÇÃO								
1.23	9.050/15	8.8.1	→	Na existência de vegetação, os seus elementos (galhos, raízes, muretas, grades,...) encontram-se fora da faixa de circulação que conduz ao edifício público?	X			

N.	LEGISLAÇÃO		C	ITENS A CONFERIR	RESPOSTA		OBSERVAÇÕES
	LEI	ARTIGO			SIM	NAO	
1.24	9.050/15	8.8.2		A vegetação existente nos canteiros representa conforto e segurança para os pedestres (não possui espinhos, substâncias tóxicas e não desprendem muitas folhas, frutas, que tornem o piso escorregadio)?	X		
ÁREAS EXTERNAS / PÁTIOS							
1.25	-	-		Existem bancos para descanso no pátio na entrada do edifício?	X		
1.26	-	-		Os bancos que eventualmente existem possibilitam pleno acesso ao edifício público, não impedindo o deslocamento do pedestre?	X		
1.27	9.050/15	6.3.2		Os pisos dos pátios têm superfície regular, firme, antiderrapante sob qualquer condição climática?	X		
1.28	9.050/15	6.3.4.2		Existe piso tátil de alerta nos pátios, sinalizando situações que envolvam algum tipo de risco (desníveis, obstáculos)?		X	
ACESSO AO EDIFÍCIO							
1.29	-	-		Na existência de desnível entre a circulação externa e a porta de entrada do edifício, há rampa ou equipamento eletro-mecânico que permita pleno acesso?		X	
ESCADAS EXTERNAS							
1.30	9.050/15	6.8.3		A largura mínima das escadas fixas é de 1,20m?	X		
1.31	4.909/94	219		O piso da escada é antiderrapante?			Com exceção da escada principal de acesso ao prédio, que é de mármore, todas as outras são de cimento, logo, antiderrapante.
1.32	0060/00	134		Os degraus estão todos dispostos paralelamente entre si (proibido degraus em leque)?	X		
1.33	9.050/15	6.7.1		Os espelhos dos degraus são fechados (não podem ser vazados)?	X		
1.34	9.050/15	6.8.2		Os degraus da escada possuem espelho entre 16cm e 18cm?			Com exceção da escada que faz a ligação entre a escada lateral e o pátio, seu espelho mede 22cm.

N.	LEGISLAÇÃO		C	ITENSA CONFERIR	RESPOSTA		NAI	OBSERVAÇÕES
	LEI	ARTIGO			SIM	NAO		
1.35	9.050/15	6.8.2		A profundidade do degrau (piso) é maior que 28cm e menor que 32cm?				A escada principal, possui degraus de 33cm e a de acesso lateral possui 2m. As demais se enquadraram nas medidas da norma.
1.36	9.050/15	6.8.7		Existe patamar sempre que há mudança de direção na escada?			X	
1.37	9.050/15	6.8.8		Na existência, possui dimensões iguais à largura da escada?			X	
1.38	9.050/15	6.8.8		Os patamares possuem dimensão longitudinal mínima de 1,20m?		X		Apenas a escada lateral direita, que liga a calçada à lateral direita do prédio, tem patamar, possuem 2m.
1.39	4.909/94	209		Os patamares estão isentos de obstáculos que ocupem sua superfície útil (tal como abertura de portas)?		X		
1.40	9.050/15	6.8.4		O primeiro e o último degraus de um lance de escada estão a uma distância de, no mínimo, 30 cm da área de circulação?		X		
1.41	4.909/94	226		As escadas têm lance máximo de 19 degraus?		X		
1.42	9.050/15	6.9.2.1		Os corrimãos estão instalados em ambos os lados da escada?				Apenas a escada principal de acesso ao edifício possui corrimãos, estão instalados dos dois lados.
1.43								
1.44	9.050/15	6.9.2.1		Os corrimãos estão instalados em duas alturas, estas são 70cm e 92cm do piso, medidos da face superior?			X	
1.45	9.050/15	4.6.5		Existe espaço livre entre a parede e o corrimão de no mínimo 4cm?			X	
1.46	9.050/15	4.6.5		Os corrimãos possuem largura (seção ou diâmetro) entre 3 e 4,5cm?			X	
1.47	9.050/15	4.6.5		Os corrimãos possuem prolongamento mínimo de 30cm antes do início e após o término da escada?			X	
1.48	9.050/15	4.6.5		As arestas dos corrimãos são seguras, sem oferecer riscos de acidentes (cuidar arestas vivas)?			X	
1.49	9.050/15	6.9.2.2		Os corrimãos são contínuos e com extremidades recurvadas fixadas ou justapostas à parede ou ao piso?			X	

N.	LEGISLAÇÃO		C	ITENSA CONFERIR	RESPOSTA		NA/I	OBSERVAÇÕES
	LEI	ARTIGO			SIM	NAO		
1.50	9.050/15	6.9.6		O guarda-corpo possui altura de 1,05m?		X		Apenas a escada principal, há guarda corpo (74cm de altura), as demais possuem paredes.
1.51	4.909/15	6.9.6		O guarda-corpo possui longarinas ou balaústres com afastamentos máximos de 15cm entre eles? Existe sinalização visual localizada na borda do piso, em cor contrastante com a do acabamento, medindo no mínimo 3cm de largura?	X			
1.52	9.050/15	5.4.4.2		Existe, no início e término da escada, sinalização tátil de alerta em cor contrastante com a do piso?			X	
1.53	9.050/15	5.4.6.3		Existe sistema de sinalização para abandono do local (placas indicando saídas autônomas) instalado no corpo da escada, patamares e sações?			X	
1.54	4.909/94	397						
RAMPAS EXTERNAS								
1.55	9.050.15	6.6.2.5		A largura mínima da rampa é de 1,20m?			X	
1.56	9.050.15	6.3.2		O piso da rampa e dos patamares é revestido com material antiderrapante, firme, regular e estável?			X	
1.57	9.050/15	6.6.4		No início e no término da rampa, existem patamares com dimensão mínima longitudinal de 1,20m além da área de circulação adjacente?			X	
1.58	9.050/15	6.6.4		Existe patamar sempre que houver mudança de direção na rampa?			X	
1.59	9.050/15	6.6.4		Na existência, possui dimensões iguais a largura da rampa?			X	
1.60	9.077/01	4.6.2.5		Os patamares estão isentos de obstáculos que ocupem sua superfície útil (tal como abertura de portas)?			X	
1.61	9.077/01	4.6.27		Os corrimãos estão instalados em ambos os lados da rampa?			X	
1.62	9.050/15	6.9.2.1		Os corrimãos laterais estão instalados a duas alturas: 92cm e 70cm do piso, medidos da geratriz superior?			X	
1.63	9.050/15	4.6.5		Existe espaço livre entre a parede e o corrimão de, no mínimo, 4cm?			X	
1.64	9.050/15	4.6.5		Os corrimãos possuem largura entre 3 e 4,5cm?			X	

N.	LEGISLAÇÃO		C	ITEMS A CONFERIR	RESPOSTA		NAI	OBSERVAÇÕES
	LEI	ARTIGO			SIM	NAO		
1.65	9.050/15	4.6.5		Os corrimãos possuem prolongamento mínimo de 30cm antes do início e após o término da rampa?			X	
1.66	9.077/15	4.6.5		As arestas dos corrimãos são seguras, sem oferecer riscos de acidentes (cuidar arestas vivas)?			X	
1.67	9.050/15	6.9.2.2		Os corrimãos são contínuos e com extremidades recurvadas fixadas ou justapostas à parede ou ao piso?			X	
1.68	9.050/15	6.9.6		O guarda-corpo possui altura de 1,05m?			X	
1.69	9.077/15	6.9.6		O guarda-corpo possui longarinas ou balaústres com afastamento mínimo de 15cm entre eles?			X	
1.70	9.050/15	6.6.2.1 6.6.2.2		A inclinação da rampa está conforme a Tabela 6 e/ou 7 da NBR 9050/15? Tabelas anexas.			X	
1.71	9.050/15	6.6.2.3		Em rampas curvas, a inclinação máxima é de 8,33% e o raio mínimo é de 3m?			X	
1.72	9.077/01	4.6.2.8		Existe sistema de iluminação de emergência instalado?			X	
1.73	9.050/15	5.4.6.3		Existe sinalização tátil de alerta no início e término da rampa?			X	
VAGAS DE ESTACIONAMENTO PARA DEFICIENTES								
1.74	Dec. 5.296/04	Art. 25		Existe vaga de estacionamento externo ou de garagem interna destinadas a pessoas portadoras de deficiência física ou visual?		X		
1.75	9.050/15	6.14.1		As vagas destinadas às pessoas portadoras de deficiência são indicadas com o símbolo internacional de acessibilidade a partir de sinalização vertical e no piso?			X	
1.76	-	-		As vagas de estacionamento reservadas para veículos utilizados por pessoas com mobilidade reduzida são identificáveis desde a entrada na garagem?			X	
1.77	9.050/15	6.14.3		O número de vagas esta de acordo com a legislação vigente?			X	
1.78	9.050/15	6.14.1.2b	 	As vagas para estacionamento de veículos que conduzam ou sejam conduzidos por pessoas com deficiência, contam com um espaço adicional de circulação com largura mínima de 1,20m?			X	

N.	LEGISLAÇÃO		C	ITEMS A CONFERIR	RESPOSTA		NA/I	OBSERVAÇÕES
	LEI	ARTIGO			SIM	NAO		
1.79	Dec. 5.296/04	Art. 25		As vagas de estacionamento externo reservadas para pessoas portadoras de deficiência estão próximas ao acesso do edifício?			X	
1.80	9.050/15	6.14.1.2c		As vagas estão vinculadas a uma rota acessível que permite deslocamento com segurança até a entrada do estacionamento?			X	
1.81	9.050/15	6.14.1.2d		As vagas estão localizadas de forma a evitar a circulação entre veículos?			X	
1.82	-	-		Na existência de vaga em garagem interna, há elevador ou rampa que permita acesso à entrada principal do edifício?			X	
1.83	9.050/15	6.14.1.2e		Essas vagas para veículos têm piso nivelado, firme e estável?			X	
ENTRADA								
1.84	9.050/04	5.4.1.1		Na entrada de edifício público totalmente acessível de acordo com a NBR 9050/04, está fixado o símbolo internacional de acessibilidade?			X	
MECANISMOS DE CONTROLE DE ACESSO AO EDIFÍCIO								
1.85	-	-		Quando o acesso ao edifício é feito através de videofones e/ou interfones a botoneira é acessível aos cadeirantes e às pessoas com baixa estatura?			X	Durante o dia há porteiro e a noite há segurança. Estes chamam um funcionário ou bolsista para o atendimento.
1.86	-	-		Quando o acesso ao edifício é feito através de videofones e/ou interfones, existe algum tipo de tecnologia assistiva para comunicação do surdo e/ou mudo para acesso ao edifício?			X	
1.87	9.050/15	6.2.5		Na existência de catracas ou portas giratórias de controle aos ambientes, há acesso alternativo a cadeirantes, obesos ou pessoas com mobilidade reduzida?			X	
1.88	-	-		Na existência de acesso alternativo, há campainha ou outro meio (visor) para solicitar a abertura da porta?			X	
PORTAS								
1.89	9.050.15	6.11.2.4		Todos os vãos (espaço livre de passagem pela abertura) das portas têm no mínimo 80cm?		X		
1.90	9.050.15	6.11.2.6		As maçanetas das portas estão entre 80cm e 1,10 m de altura em relação ao piso?		X		Atualmente o público entra no edifício só pela porta principal, ela permanece aberta durante todo o funcionamento.
1.91	9.050.15	6.11.2.6		As maçanetas das portas são do tipo alavanca?				Apenas a da lateral esquerda, que acessa a área do anexo, reformada recentemente.

Nº	LEGISLAÇÃO		C	ITENS A CONFERIR	RESPOSTA		NAI	OBSERVAÇÕES
	LEI	ARTIGO			SIM	NAO		
1.92	9.050/15	6.3.4.1		O desnível máximo nas soleiras das portas é de 0,5cm de altura?		X		
1.93	9.050/15	6.3.7		Os capachos, quando existentes, estão firmemente fixados?		X		
1.94	9.050/15	6.3.7		Os capachos estão nivelados de maneira que se houver saliência esta não exceda em 0,5cm?		X		
1.95	9.050/15	6.11.2.8		Na existência de porta tipo vaivém, há visor com largura mínima de 20cm estando sua face inferior situada entre 40cm e 90cm do piso, e a face superior no mínimo a 1,50m do piso?			X	

Legislação

- ABNT NBR 9.050/2015: Norma Brasileira de Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
 Lei Municipal n. 3.246/1989: dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de dispositivos sonoro e luminoso de advertência, para pedestres, nas saídas de garagens de veículos e dá outras providências.
 Decreto Estadual n. 4.909/1994.
 Lei Municipal n. 0.060/2000: Código de Obras do Município de Florianópolis.
 ABNT NBR 9.077/2001: Norma Brasileira de Saídas de Emergência em Edifícios.
 Decreto Federal nº 5.296/04: Acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

COMPONENTES

-  Orientabilidade
-  Comunicação
-  Deslocamento
-  Uso

PLANILHA 2 SALAS DE RECEPÇÃO E ESPERA

N.	LEGISLAÇÃO		C	ITENS A CONFERIR	RESPOSTA		NAI	OBSERVAÇÕES
	LEI/ NBR	ARTIGO			SIM	NÃO		
MECANISMOS DE CONTROLE DE ACESSO INTERNO								
Quando o acesso à recepção é feito por meio de videofones e/ou interfonos a botoeira é acessível aos cadeirantes e às pessoas com baixa estatura?								
2.1	-	-					X	
Quando o acesso à recepção é feito através de videofones e/ou interfonos, existe algum tipo de tecnologia assistiva para comunicação do surdo e/ou mudo para acesso ao edifício?								
2.2	-	-					X	
Na existência de catracas ou portas giratórias de controle aos ambientes, há acesso alternativo a cadeirantes, obesos ou pessoas com mobilidade reduzida?								
2.3	9.050/15	6.2.5					X	
Na existência de acesso alternativo, há campainha ou outro meio (visor) para solicitar abertura da porta?								
2.4	-	-				X		
ATENDIMENTO OU RECEPÇÃO								
O balcão de atendimento / recepção pode ser identificado visualmente ou por informação adicional (placa) desde a porta de acesso ao edifício?								
2.5	-	-					X	O atendimento inicial é feito durante o dia pelo porteiro e a noite pelo segurança. Estes chamam um funcionário ou bolsista para o atendimento.
Há suporte informativo tátil que permita a identificação do local do balcão para pessoas com restrição visual?								
2.6	-	-					X	
Existe suporte informativo (diagramas, mapas, quadros) visual e tátil, que possibilitem ao usuário localizar-se, identificar o local das diferentes atividades e definir rotas para o uso do edifício de forma independente?								
2.7	Dec. 5.296/04	Art. 6º e 26				X		

N.	LEGISLAÇÃO		C	ITEM A CONFERIR	RESPOSTA		NAI	OBSERVAÇÕES
	LEI	ARTIGO			SIM	NÃO		
2.8	Dec. 5.296/04	Art. 6º		Existe um serviço de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, ou surdo/cegas, prestado por pessoas capacitadas (intérpretes)?		X		
2.9	-	-		Existe algum tipo de equipamento de tecnologia assistiva (terminal de computador) que permita a comunicação do surdo e/ou mudo com os funcionários?		X		
2.10	9.050/15	9.2.1.1		Os balcões de atendimento estão localizados em rotas acessíveis?			X	
2.11	9.050/15	9.2.1.2 9.2.1.4 9.2.1.5		Os balcões de atendimento, inclusive automáticos, permitem aproximação frontal por cadeira de rodas, tendo, em uma parte, altura entre 0,75m e 85cm em relação ao piso com altura livre de 73cm sob o balcão e profundidade livre mínima de 30cm?		X		
2.12	9.050/15	9.2.3.4		Na existência de guichê (bilheterias) para atendimento, a altura está entre 0,90m e 1,05m do piso acabado?		X		A bilheteria funciona por meio de uma mesa, que é colocada na sala de espera, com 89cm de altura.
2.13	9.050/15	9.4.3.4		Na existência de equipamentos de auto-atendimento há área de aproximação adequada para garantir acessibilidade em frente (80cm x 1,20m)?			X	
2.14	9.050/15	9.4.3.7		Na existência de equipamentos de auto-atendimento, as teclas numéricas atendem à ABNT NBR 15250?			X	
2.15	9.050/15	9.4.3.8		Na existência de equipamentos de auto-atendimento pelo menos um possui instruções e informações visuais e auditivas ou táteis?			X	
				MOBILIÁRIO PARA ESPERA				
2.16	-	-		O mobiliário está localizado fora da faixa livre de circulação?		X		
2.17	-	-		Caso o mobiliário de espera constitua obstáculo à circulação, existe sinalização tátil no piso indicando sua localização para pessoas com restrição visual?			X	
2.18	9.050/15	5.5.2.2		Existe pelo menos um espaço reservado aos cadeirantes junto ao mobiliário de espera com dimensões mínimas de 80cm por 1,20m?		X		Na sala de espera há apenas um banco para aguardar o atendimento. Não há local reservado ao cadeirante, mas tem espaço suficiente para ele aguardar atendimento. A espera para o teatro se situa na Galeria de Arte, onde há vários assentos, mas nenhuma área demarcada para cadeirante, embora há espaço para ele ficar.

N.	LEGISLAÇÃO		C	ITENS A CONFERIR	RESPOSTA		NAVI	OBSERVAÇÕES
	LEI	ARTIGO			SIM	NAO		
2.19	9.050/15	8.9.3		Na existência desse espaço destinado às pessoas com cadeira de rodas, ele está fora da área de circulação? Existe pelo menos um assento destinado aos obesos?			X	
2.20	9.050/15	4.7				X		
2.21	9.050/15	9.2.1.1		Na existência desse assento para obesos, ele está fora da área de circulação?			X	
2.22	9.050/15	10.3.1		Existem assentos destinados as pessoas com mobilidade reduzida?		X		
2.23	9.050/15	10.3.1c		Existe pelo menos um assento destinado aos acompanhantes das pessoas com cadeira de rodas, mobilidade reduzida e obesos ao lado dos espaços reservados?			X	
2.24	9.050/15	10.3.2.5		Os assentos preferenciais aos obesos e às pessoas com mobilidade reduzida estão situados próximos aos corredores?			X	
2.25	9.050/15	5.3.5.1		Os espaços e assentos preferenciais aos cadeirantes, aos obesos e às pessoas com mobilidade reduzida estão devidamente sinalizados?			X	
2.26	9.050/15	10.3.1a		Os espaços e assentos preferenciais aos cadeirantes, aos obesos e às pessoas com mobilidade reduzida estão situados em uma rota acessível vinculada a uma rota de fuga?			X	
2.27	9.050/15	8.9.2		Os espaços e assentos preferenciais aos cadeirantes, aos obesos e às pessoas com mobilidade reduzida estão situados em local de piso plano horizontal?			X	
2.28	9.050/15	10.3.1b		Os espaços e assentos preferenciais aos cadeirantes, aos obesos e às pessoas com mobilidade reduzida garantem conforto, segurança, boa visibilidade e acústica?			X	
2.29	9.050/15	10.3.1b		Os espaços e assentos preferenciais aos cadeirantes, aos obesos e às pessoas com mobilidade reduzida estão distribuídos pelo recinto?			X	

N.	LEGISLAÇÃO		C	ITENS A CONFERIR		RESPOSTA		NAI	OBSERVAÇÕES
	LEI	ARTIGO		SIM	NAO				
PORTAS									
2.30	9.050.15	6.11.2.4		Todos os vãos (espaço livre de passagem pela abertura) das portas têm no mínimo 80cm?			X		Possuem 78cm e uma das portas da secretaria mede 68cm.
2.31	9.050.15	6.11.2.6		As maçanetas das portas estão entre 80cm a 1,10m de altura em relação ao piso?			X		estão a 1,12m.
2.32	9.050.15	6.11.2.6		As maçanetas das portas são do tipo alavanca?		X			
2.33	9.050/15	6.3.4.1		O desnível máximo nas soleiras das portas é de 0,5cm de altura?		X			
2.34	9.050/15	6.3.7		Os capachos, quando existentes, estão firmemente fixados?			X		
2.35	9.050/15	6.3.7		Os capachos estão nivelados de maneira que se houver saliência esta não exceda 0,5 cm?			X		
2.36	9.050/15	6.11.2.8		Na existência de porta tipo vaivém, há visor com largura mínima de 20cm, estando sua face inferior situada entre 40cm e 90cm do piso e a face superior no mínimo a 1,50m do piso?				X	
CIRCULAÇÃO INTERNA									
2.37	9.050/15	6.11.1		Os corredores e passagens têm largura mínima de 90cm quando sua extensão for de até 4m, largura de 1,20m, quando sua extensão for de até 10m, e largura de 1,50m quando sua extensão for superior a 10m ou quando seu uso for público e maior que 1,50m p/ grandes fluxos? Os corredores e as passagens possuem uma faixa livre de obstáculos (caixas de coleta, lixeira, telefones públicos, extintores de incêndio e outros) de no mínimo 90cm? O piso dos corredores e passagens é revestido com material antiderrapante, firme, regular e estável?		X			
2.38	-	-					X		São de tacos de madeira encerado e com tapete solto.
2.39	9.050.15	6.3.2						X	
2.40	9.050.15	6.3.4.1		O piso dos corredores e das passagens é nivelado (sem degraus)?		X			
2.41	9.050.15	6.3.8		Há, em circulações muito amplas ou na ausência de linha-direcional identificável, faixas de piso em cor e textura diferenciadas, direcionando os usuários com restrição visual?			X		
2.42	9.050.15	6.3.4.1		Na existência de desníveis maiores que 0,5cm, há rampas?				X	

N.	LEGISLAÇÃO		C	ITEMS A CONFERIR	RESPOSTA		NAI	OBSERVAÇÕES
	LEI	ARTIGO			SIM	NAO		
2.43	9.050/15	6.9		Os guarda-corpos são construídos em materiais rígidos, firmemente fixados às paredes ou barras de suporte? Placas de sinalização e outros elementos suspensos que tenham sua projeção sobre a faixa de circulação estão a uma altura mínima de 2,10m em relação ao piso?			X	
2.44	9.050/15	5.2.8.2.3		Há sistema de alarme de incêndio simultaneamente sonoro e luminoso?			X	
2.45	9.050/15	5.6		Há indicação sonora, visual e tátil em saídas de emergência?		X		
2.46	9.050/15	5.5.1.2		Há placas indicativas no interior da edificação para sinalização de rotas e entradas acessíveis?			X	
2.47	9.050/15	5.3.2.2		A sinalização visual é em cores contrastantes (texto ou figura e fundo) com a superfície sobre a qual está afixada?			X	
2.48	9.050/15	5.2.9.1.2		Existe sinalização visual em forma de pictogramas?		X		
2.49	9.050/15	5.3		Na existência de pictogramas, estes estão de acordo com a norma?			X	
2.50	9.050/15	5.3						
2.51	9.050/15	8.4.1		TELEFONES PÚBLICOS E BEBEDOUROS Há pelo menos um telefone acessível a cadeirantes?		X		
2.52	9.050/15	8.1e f		O telefone se situa junto a rota acessível e fora da faixa livre de circulação?			X	
2.53	9.050.15	8.3.2		Em caso de edificação de grande porte, há telefone TDD (Telefone que Transmite mensagem de Texto) no edifício?		X		
2.54	9.050/15	5.3.5.5		Os telefones públicos acessíveis às pessoas com restrições possuem sinalização?			X	

Nº	LEGISLAÇÃO		C	ITENS A CONFERIR	RESPOSTA		NA/I	OBSERVAÇÕES
	LEI	ARTIGO			SIM	NAO		
2.55	9.050/15	8.5.1 8.5.2		Em caso de bebedouro de bica, há bica de 90cm e outra entre 1m e 1,10m do piso? Bebedouros de outros modelos, está entre 80cm e 1,20m do piso?		X		Não há bebedouro na recepção, apenas dentro do banheiro de acesso ao público no segundo pavimento, e de uso dos funcionários e bolsistas no primeiro andar. Ambos são do tipo bica, estando a 1m do piso.
2.56	9.050/15	8.5.1.3		O bebedouro possui altura livre inferior de, no mínimo, 73cm do piso?		X		
2.57	9.050/15	8.5.1.3		Existe uma área de aproximação frontal de 80cm x1,20m?		X		

Legislação

ABNT NBR 9.050/2015: Norma Brasileira de Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
Decreto Federal n. 5.296/2004: Acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

EDIFÍCIO Forum da Cultura
LOCAL

AVALIADOR Layse Costa

DATA 09/06/17

COMPONENTES

Orientabilidade

Comunicação

Deslocamento

Uso

PLANILHA 3 CIRCULAÇÕES HORIZONTAIS

N.	LEGISLAÇÃO		C	ITENS A CONFERIR	RESPOSTA		NAI	OBSERVAÇÕES
	LEI	ARTIGO			SIM	NAO		
MECANISMOS DE CONTROLE DE ACESSO (se houver) Quando o acesso às circulações horizontais é feito através de videofones e/ou interfonos a botoeira é acessível aos cadeirantes e às pessoas com baixa estatura?								
3.1	-	-					X	
3.2	-	-		Quando o acesso às circulações horizontais é feito através de videofones e/ou interfonos, existe algum tipo de tecnologia assistiva para comunicação do surdo e/ou mudo para acesso ao edifício?			X	
3.3	9.050/15	6.2.5		Na existência de catracas ou portas giratórias, há acesso alternativo a cadeirantes, obesos ou pessoas com mobilidade reduzida? Na ausência de catracas e portas giratórias, não responder a questão.			X	
3.4	-	-		Na existência de acesso alternativo, há campainha ou outro meio (visor) para solicitar abertura da porta?			X	
PORTAS INTERNAS								
3.5	9.050.15	6.11.2.4		Todos os vãos (espaço livre de passagem pela abertura) das portas têm, no mínimo, 80cm?		X		
3.6	9.050.15	6.11.2.6		As maçanetas das portas estão entre 90cm e 1,10 m de altura em relação ao piso?				Algumas sim. As maçanetas do primeiro pavimento são de alavanca. As do segundo pavimento do casarão e as do teatro são de girar.
3.7	9.050.15	6.11.2.6		As maçanetas das portas são do tipo alavanca?				Só há desnível na circulação que liga o casarão ao anexo, mede 10cm.
3.8	9.050/15	6.3.4.1		O desnível máximo nas soleiras das portas é de 0,5cm de altura?		X		
3.9	9.050/15	6.3.7		Os capachos estão nivelados de maneira que se houver saliência esta não exceda a 0,5cm?		X		

N.	LEGISLAÇÃO		C	ITENS A CONFERIR	RESPOSTA		NA/I	OBSERVAÇÕES	
	LEI	ARTIGO			SIM	NAO			
3.10	9.050/15	6.3.7		Os capachos, quando existentes, estão firmemente fixados? Na existência de porta tipo vai-e-vem, há visor com largura mínima de 20cm, estando sua face inferior situada entre 40cm e 90cm do piso e a face superior no mínimo a 1,50m do piso?	X				
3.11	9.050/15	6.11.2.8					X		
3.12	9.050/15	6.11.1		CIRCULAÇÃO INTERNA Os corredores e passagens têm largura mínima de 90cm quando sua extensão for de até 4m, largura de 1,20m quando sua extensão for de até 10m e largura de 1,50m quando sua extensão for superior a 10m ou quando seu uso for público? Os corredores e passagens possuem uma faixa livre de obstáculos (caixas de coleta, lixeira, telefones públicos, extintores de incêndio e outros) de no mínimo 90cm? O piso dos corredores e passagens é revestido com material antiderrapante, firme, regular e estável? O piso dos corredores e passagens é nivelado (sem degraus)? Há, em circulações muito amplas ou na ausência de linha-direcional identificável, faixas de piso em cor e textura diferenciadas guiando os usuários com restrição visual? Na existência de desníveis maiores que 1,5cm há rampas? Os guarda-corpos são construídos em materiais rígidos, firmemente fixados às paredes ou barras de suporte? Placas de sinalização e outros elementos suspensos que tenham sua projeção sobre a faixa de circulação estão a uma altura mínima de 2,10m em relação ao piso? Há sistema de alarme de incêndio simultaneamente sonoro e luminoso? Há indicação sonora e visual em saídas de emergência? Há placas indicativas no interior da edificação para sinalização de rotas e entradas acessíveis?	X				No geral os corredores são amplos, o menor tem 1,25 m.
3.13	-	-			X			Exceto no segundo pavimento do anexo.	
3.14	9.050.15	6.3.2				X			
3.15	9.050.15	6.3.4.1			X				
3.16	9.050.15	6.3.8				X			
3.17	9.050.15	6.3.4.1					X		
3.18	9.050/15	6.9						Na escada principal de acesso ao segundo pavimento, o guarda corpo é de madeira, na outra é de alvenaria.	
3.19	9.050/15	5.2.8.2.3					X		
3.20	9.050/15	5.6				X			
3.21	9.050/15	5.5.1.2					X		
3.22	9.050/15	5.3.2.2					X		

N.	LEGISLAÇÃO		C	ITENS A CONFERIR	RESPOSTA		NA/J	OBSERVAÇÕES
	LEI	ARTIGO			SIM	NAO		
3.23	9.050/15	5.2.9.1.2		A sinalização visual é em cores contrastantes (texto ou figura e fundo) com a superfície sobre a qual está afixada?			X	
TELEFONES PÚBLICOS E BEBEDOUROS								
3.24	9.050/15	8.4.1		Há pelo menos um telefone acessível a cadeirantes por pavimento (altura máxima de 1,20m e altura inferior livre mínima de 73cm)?		X		
3.25	9.050/15	8.1e f		Há pelo menos um telefone com amplificador de sinal?		X		
3.26	9.050/15	8.3.2		Há telefone TDD (Telefone que Transmite mensagem de Texto) no edifício?		X		
3.27	9.050/15	5.3.5.5		Os telefones públicos acessíveis às pessoas com restrições possuem sinalização?			X	
3.28	9.050/15	8.5.1 8.5.2			A bica do bebedouro possui altura de 90cm do piso?		X	
3.29	9.050/15	8.5.1.3		O bebedouro possui altura livre inferior de, no mínimo, 73cm do piso?		X		
3.30	9.050/15	8.5.1.3		Existe uma área de aproximação frontal de 80cm x 1,20m avançando sob o bebedouro, no máximo, 50cm?				Apenas no bebedouro de uso exclusivo dos funcionários, que fica no primeiro pavimento do anexo.

Legislação

ABNT NBR 9.050/2015: Norma Brasileira de Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

EDIFÍCIO Forum da Cultura

AVALIADOR Layse Costa

DATA 09/06/17

COMPONENTES

-  Orientabilidade
-  Comunicação
-  Deslocamento
-  Uso

PLANILHA 4 CIRCULAÇÕES VERTICAIS

N.	LEGISLAÇÃO		C	ITENS A CONFERIR	RESPOSTA		NAI	OBSERVAÇÕES	
	LEINBR	ARTIGO			SIM	NÃO			
4.1	0060/00	243		<p>ELEVADORES</p> <p>Se há pelo menos um tipo de equipamento eletro-mecânico de circulação vertical (plataformas, elevadores, etc.) no edifício, todos os pavimentos, inclusive os de garagem, são servidos por ele? Os elevadores destinados a pessoas portadoras de deficiência física estão situados em rotas acessíveis a essas pessoas? Os elevadores podem ser identificados visualmente ou por informação adicional (placas indicativas) desde a porta de acesso ao edifício? Há algum tipo de sinalização tátil (mapa tátil, piso direcional) que permita a identificação do local dos elevadores para pessoas com restrição visual? Há piso tátil de alerta junto à porta do elevador? O hall em frente aos elevadores está livre de obstáculos? A circulação de acesso ao elevador tem, no mínimo, 1,50m de largura, medida perpendicularmente ao plano da porta? A folga entre a borda da soleira da plataforma do carro e a borda de qualquer soleira do pavimento é de no máximo 3,5cm? A porta do elevador tem vão mínimo de 80cm? A porta do elevador é automática? O tempo mínimo de permanência da porta aberta é 5s? Os botões de chamada (exterior da cabina) estão a uma altura entre 90cm e 1,10m?</p>			X		
4.2	13.994/00	5.1.1.1						X	
4.3	-	-						X	
4.4	-	5.14.1.2						X	
4.5	13.994/00	5.1.4.2						X	
4.6	0060/00	250						X	
4.7	13.994/00	5.1.17 5.2.17						X	
4.8	13.994/00	5.2.5						X	
4.9	13.994/00	5.2.4.1						X	
4.10	13.994/00	5.2.6.2						X	
4.11	13.994/00	5.2.14.1						X	

N.	LEGISLAÇÃO		C	ITENS A CONFERIR	RESPOSTA		OBSERVAÇÕES	
	LEI	ARTIGO			SIM	NAO		
4.12	13.994/00	5.2.14.2		Os botões de chamada são providos de indicação visual e sonora para cada chamada registrada? Junto a porta de entrada, no pavimento, existe dispositivo que emita sinais acústico e visual indicando o sentido em que a cabina se movimentará?			X	
4.13	13.994/00	5.2.15.1		A identificação (externa) do pavimento está afixada em ambos os lados dos batentes sendo visível a partir do interior da cabina e do seu acesso?			X	
4.14	13.994/00	5.2.16.1		Essa identificação está a uma altura entre 90cm e 1,10m em relação ao piso?			X	
4.15	13.994/00	5.2.16.1		Imediatamente abaixo da identificação do pavimento há marcação em Braille?			X	
4.16	13.994/00	5.1.16.2		A dimensão mínima da cabina do elevador é de 1,00m entre os painéis laterais e de 1,25m entre os painéis frontal e o de fundo?			X	
4.17	13.994/00	5.2.7.1		A botoeira do interior da cabina está localizada no painel direito de quem está de frente para o elevador?			X	
4.19	13.994/00	5.2.8.2		A identificação dos comandos tem cor contrastante com o fundo?			X	
4.20	13.994/00	5.1.8.3 e 5.2.8.3		Os caracteres dos comandos têm altura máxima de 1,60cm?			X	
4.21	13.994/00	5.1.8.3 e 5.2.8.3		Ao lado esquerdo de cada botão de comando, há marcação em Braille correspondente?			X	
4.22	13.994/00	5.1.8.3 e 5.2.8.3		O botão de comando mais baixo do painel está a uma altura de 89cm em relação ao piso?			X	
4.23	13.994/00	5.1.8.1		O botão de comando mais alto do painel está a uma altura de 1,35m em relação ao piso?			X	
4.24	13.994/00	5.1.8.1		Os comandos de emergência estão agrupados na parte inferior da botoeira da cabina?			X	
4.25	13.994/00	5.2.8.4		O indicador (interno) de posição da cabina está localizado na botoeira ou sobre a abertura da porta?			X	
4.26	13.994/00	5.2.9		Esse indicador possui caracteres com altura mínima de 1,6cm?			X	
4.27	13.994/00	5.2.9					X	

N.	LEGISLAÇÃO		C	ITENS A CONFERIR	RESPOSTA		NAI	OBSERVAÇÕES
	LEI	ARTIGO			SIM	NAO		
4.28	13.994/00	5.2.9.3		A cada parada do elevador soa automaticamente um anúncio verbal?			X	
4.29	13.994/00	5.2.10.1		Existe um meio de comunicação de duas vias instalado dentro e fora do elevador?			X	
4.30	13.994/00	5.2.10.2		Na existência, está localizado a uma altura entre 89m e 1,35m em relação ao piso?			X	
4.31	-	-		Existe algum tipo de tecnologia assistiva para a comunicação do surdo ou do mudo no elevador?			X	
4.32	13.994/00	5.2.12		Há corrimãos (barras) afixados nas laterais e no fundo da cabina?			X	
4.33	13.994/00	5.2.12		Na existência, sua parte superior está a uma altura entre 89cm e 90cm em relação ao piso?			X	
4.34	13.994/00	5.2.12		Os corrimãos (barras) fixos têm seção de 3,8cm a 4,2cm?			X	
4.35	13.994/00	5.2.12		O espaço livre entre o painel da cabina e o corrimão é de 3,8cm a 4,2cm?			X	
4.36	13.994/00	5.2.11		O revestimento do piso da cabina possui superfície dura e antiderrapante?			X	
4.37	9.050/15	6.3.7		Na existência de capacho, está embutido no piso de maneira que qualquer saliência não exceda a 5mm?			X	
4.38	9.050/15	6.3.7		Os capachos, quando existentes, estão firmemente fixados?			X	
4.39	4.909/94	397		Há iluminação de emergência no elevador?			X	
4.40	13.994/00	5.2.19		Se um ou mais elevadores do edifício atendem integralmente a todas as exigências acima, esses possuem o símbolo internacional de acesso?			X	
PORTAS								
4.41	9.050/04	6.9.2.1		Todos os vãos (espaço livre de passagem pela abertura) das portas têm, no mínimo, 80cm?	X			
4.42	9.050/04	6.9.2.3		As maçanetas das portas estão entre 90cm e 1,10 m de altura em relação ao piso?				Algumas sim, outras não.
4.43	9.050/04	6.9.2.3		As maçanetas das portas são do tipo alavanca?				As maçanetas do primeiro pavimento são de alavanca. As do segundo pavimento do casarão e as do teatro são de girar.
4.44	9.050/04	6.1.4		O desnível máximo nas soleiras das portas é de 0,5cm de altura?			X	

N.	LEGISLAÇÃO		C	ITENS A CONFERIR	RESPOSTA		NA/I	OBSERVAÇÕES
	LEI	ARTIGO			SIM	NAO		
4.58	9.050/15	6.8.4		O primeiro e o último degraus de um lance de escada estão a uma distância de, no mínimo, 30 cm da área de circulação?				Apenas a escada de acesso ao teatro não há esse afastamento.
4.59	4.909/94	226		As escadas têm lance máximo de 19 degraus?				Apenas a escada principal de acesso ao 2º pavimento há mais de 19 degraus.
4.60	9.050/15	6.9.2		Os corrimãos estão instalados em ambos os lados da escada?		X		As escadas não possuem corrimãos, possuem guarda-corpos que acabam sendo usados como corrimãos, estes estão apenas em um dos lados.
4.61	9.050/15	6.9.2		Os corrimãos estão instalados na altura de 92cm do piso, medido de sua face superior?		X		
4.62	9.050/15	6.9.2		Na existência de corrimãos laterais instalados em duas alturas, estas são 70cm e 92cm do piso, medidos da face superior?			X	
4.63	9.050/15	4.6.5		Existe espaço livre entre a parede e o corrimão de, no mínimo, 4cm?			X	
4.64	9.050/15	4.6.5		Os corrimãos possuem largura (seção ou diâmetro) entre 3 e 4,5cm?			X	
4.65	9.050/15	6.9.2.2		Os corrimãos possuem prolongamento mínimo de 30cm antes do início e após o término da escada?			X	
4.66	9.050/15	4.6.5		As arestas dos corrimãos são seguras, sem oferecer riscos de acidentes (cuidar arestas vivas)?			X	
4.67	9.050/15	6.9.2.3		Os corrimãos são contínuos e possuem extremidades recurvadas fixadas à parede ou ao piso?			X	
4.68	9.050/15	6.9.6		O guarda-corpo possui altura mínima de 1,05m?		X		
4.69	4.909/15	6.9.6		O guarda-corpo possui longarinas ou balaustras com afastamentos máximos de 15cm entre eles?		X		Na escada de madeira, acesso principal ao 2º pavimento, 7cm de distância entre eles.
4.70	4.909/94	219		Existe sinalização indicando o número do pavimento na escada ou no patamar?			X	
4.71	9.050/15	5.4.4.2		Existe sinalização visual localizada na borda do piso, em cor contrastante com a do acabamento, medindo no mínimo 3cm de largura?			X	
4.72	9.050/15	5.4.6.3		Existe, no início e término da escada, sinalização tátil de alerta em cor contrastante com a do piso, afastada, no máximo, 32cm do degrau?			X	

N.	LEGISLAÇÃO		C	ITENS A CONFERIR	RESPOSTA		NAI	OBSERVAÇÕES
	LEI	ARTIGO			SIM	NAO		
4.73	4.909/94	235		Existe sistema de iluminação de emergência instalado no corpo da escada, patamares e hall?		X		
4.74	4.909/94	397		Existe sistema de sinalização para abandono do local (placas indicando saídas autônomas) instalado no corpo da escada, patamares e saguões?		X		
RAMPAS								
4.75	9.050/15	6.6.2.5		A largura mínima da rampa é de 1,20m?			X	
4.76	9.050/15	6.3.2		O piso da rampa e dos patamares é revestido com material antiderrapante, firme, regular e estável?			X	
4.77	9.050/15	6.6.4		No início e no término da rampa existem patamares com dimensão mínima longitudinal de 1,20m além da área de circulação adjacente?			X	
4.78	9.050/15	6.6.4		Existe patamar sempre que houver mudança de direção na rampa?			X	
4.79	9.050/15	6.6.4		Na existência de patamares, estes possuem dimensões iguais à largura da rampa?			X	
4.80	9.077/01	4.6.2.5		Os patamares estão isentos de obstáculos que ocupem sua superfície útil (tal como abertura de portas)?			X	
4.81	9.077/01	4.6.27		Os corrimãos estão instalados em ambos os lados da rampa?			X	
4.82	9.050/15	6.9.2.1		Os corrimãos laterais estão instalados a duas alturas: 92cm e 70cm do piso, medido da geratriz superior?			X	
4.83	9.050/15	4.6.5		Existe espaço livre entre a parede e o corrimão de, no mínimo, 4cm?			X	
4.84	9.050/15	4.6.5		Os corrimãos possuem largura entre 3 e 4,5cm?			X	
4.85	9.050/15	4.6.5		Os corrimãos possuem prolongamento mínimo de 30cm antes do início e após o término da rampa?			X	
4.86	9.077/01	4.6.27		As arestas dos corrimãos são seguras, sem oferecer riscos de acidentes (cuidar arestas vivas)?			X	
4.87	9.050/15	6.9.2.2		Os corrimãos são contínuos e com extremidades recurvadas fixadas ou justapostas à parede ou ao piso?			X	

N.	LEGISLAÇÃO		C	ITENS A CONFERIR	RESPOSTA		NAI	OBSERVAÇÕES
	LEI	ARTIGO			SIM	NAO		
4.88	9.050/15	6.9.6		O guarda-corpo possui altura mínima de 1,05m?			X	
4.89	9.077/01	4.6.27		O guarda corpo possui longarinas ou balaustrades com afastamento mínimo de 15cm entre eles?			X	
4.90	9.050/15	6.6.2.1 6.6.2.2		A inclinação da rampa está conforme a Tabela 6 e/ou 7 da NBR 9050/15? Tabelas anexas.			X	
4.91	9.050/15	6.6.2.3		Em rampas curvas a inclinação máxima é de 8,33% e o raio mínimo é de 3m?			X	
4.92	9.077/01	4.6.2.8		Existe sistema de iluminação de emergência instalado?			X	
4.93	9.050/15	5.4.6.3		Existe sinalização tátil de alerta no início e término da rampa?			X	
4.94	9.077/01	4.6.2.8		Existe sistema de sinalização para abandono de local (placas indicando saídas autônomas) instalado?			X	

Legislação

- Lei Municipal n. 0.060/2000: Código de Obras do Município de Florianópolis.
 ABNT NBR 13.994/2000: Norma Brasileira de Elevadores de passageiros e Elevadores para transporte de pessoa portadora de deficiência
 ABNT NBR 9.050/2015: Norma Brasileira de Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
 Decreto Estadual n. 4.909/1994.
 ABNT NBR 9.077/2001: Norma Brasileira de Saídas de Emergência em Edifícios.

EDIFÍCIO Forum da Cultura AVALIADOR Layse Costa
 LOCAL _____ DATA 09/06/17

COMPONENTES

-  Orientabilidade
-  Comunicação
-  Deslocamento
-  Uso

PLANILHA 5 SANITÁRIOS

N.	LEGISLAÇÃO		C	ITENS A CONFERIR	RESPOSTA		NAI	OBSERVAÇÕES
	LEI/NBR	ARTIGO			SIM	NÃO		
5.1	9.050/15	7.4.3	 	Há, ao menos, um conjunto de sanitários feminino e masculino acessíveis às pessoas com restrições no edifício?		X		Não há nenhum banheiro acessível no edifício.
5.2	-	-	 	Na existência de 1 (um) conjunto, este se encontra no pavimento de maior utilização?			X	O único banheiro de acesso ao público se situa no 2º andar, que é o pavimento de maior utilização.
5.3	Dec. 5.296/04	Art. 22	 	Os sanitários acessíveis existentes possuem entradas independentes dos sanitários coletivos?			X	
5.4	Dec. 5.296/04	Art. 22	 	Os sanitários adaptados existentes estão localizados nos pavimentos acessíveis?			X	
5.5	-	-		Há sinalização identificando a localização dos sanitários no edifício?		X		
5.6	9.050/15	5.5.9.1.2		A sinalização visual é em cores contrastantes (texto ou figura e fundo; e a superfície sobre o qual está atixada)?			X	
5.7	9.050/15	5.2.9.1.4		A sinalização visual interna tem dimensão mínima de 8cm?			X	
5.8	9050/15	5.3.5.3		Há símbolo internacional de sanitários identificando o tipo de sanitário (feminino, masculino, familiar, unissex)?	X			No banheiro do 1º pavimento do anexo há o símbolo no sanitário feminino, no sanitário de acesso ao público, está apenas escrito (feminino, masculino). Os demais banheiros são unissex.

N.	LEGISLAÇÃO		C	ITENS A CONFERIR	RESPOSTA		NAI	OBSERVAÇÕES
	LEI	ARTIGO			SIM	NAO		
5.9	-	-		Essa sinalização é acessível as pessoas com restrição visual (tátil e ao alcance das mãos)?		X		
5.10	9.050/15	5.3.2.2		Há o símbolo internacional de acesso afixado em local visível ao público?			X	
5.11	9.050/15	7.3.1		O sanitário ou vestiário está localizado em rota acessível, próximo à circulação principal?			X	
5.12	9.050/15	7.4.2.2		Há sinalização de emergência ao lado da bacia e do boxe do chuveiro (se houver) a uma altura de 40cm, para acionamento em caso de queda?		X		
5.13	9.050/15	7.5		A distribuição de aparelhos e peças nos banheiros permite a utilização por um usuário em cadeira de rodas (80cm para circulação e área de manobra no eixo de 180° de 1,50 x 1,20m)?		X		
5.14	9.050/15	7.5		Os boxes para bacia sanitária têm dimensões mínimas de 150x170cm?		X		
5.15	9.050/15	7.5		Há área livre de 80x120cm lateral ao vaso sanitário para transferência da pessoa da cadeira de rodas para o vaso?		X		
5.16	9.050/15	7.7.2.1		Os assentos das bacias sanitárias estão a uma altura de, no máximo, 46cm em relação ao piso?		X		
5.17	9.050/15	7.7.2.1		Se há plataforma (sóculo) para compor a altura de 46cm do assento da bacia sanitária, a projeção horizontal da plataforma ultrapassa, no máximo, 5cm o contorno da base da bacia?			X	
5.18	9.050/15	7.7.2.2.3 7.7.2.3.3		No caso de bacia sanitária com caixa acoplada, há barra de apoio na parede do fundo, a uma distância mínima entre a face inferior da barra e a tampa da caixa acoplada de 15cm?			X	
5.19	9.050/15	7.7.2.2.1		Há barras de apoio nas laterais e no fundo da bacia sanitária?		X		
5.20	9.050/15	7.7.2.3.1		As barras de apoio da bacia sanitária estão afixadas a uma altura de 75cm em relação ao piso?			X	
5.21	9.050/15	7.7.2.3.2		As barras de apoio da bacia sanitária têm comprimento mínimo de 80cm?			X	
5.22	9.050/15	7.10.1		A porta do sanitário ou do boxe para bacia sanitária tem vão livre mínimo de 80cm		X		

N.	LEGISLAÇÃO		C	ITENS A CONFERIR	RESPOSTA		NA/I	OBSERVAÇÕES
	LEI	ARTIGO			SIM	NAO		
5.23	9.050/15	7.5 f		A porta do boxe para bacia sanitária abre para fora?		X		
5.24	9.050/15	7.5 f		Na existência de sanitário adaptado individual, a porta abre para fora?			X	
5.25	-	-		A porta do sanitário está disposta de maneira a permitir sua completa abertura e não interferir com a área de manobra externa?			X	
5.26	9.050/04	6.9.2.4		A porta do sanitário ou do boxe para bacia sanitária têm puxador horizontal para facilitar seu fechamento (mínimo de 40cm de comprimento e com altura de 90cm)?		X		
5.27	9.050/15	6.11.2.6		A maçaneta da porta do sanitário está entre 90cm e 1,10m de altura em relação ao piso?	X			
5.28	9.050/15	6.11.2.6		A maçaneta ou trinco da porta do sanitário é do tipo alavanca?	X			
5.29	9.050/15	6.3.4.1		O desnível máximo, nas soleiras das portas, é de 0,5cm de altura?	X			
5.30	9.050/15	7.8		Há uma área livre de aproximação com dimensões de 1,20mx80cm frontal ao lavatório?				Há apenas no banheiro do 1º pavimento do anexo.
5.31	9.050/15	7.5 c		Os lavatórios são suspensos (sem coluna)?	X			
5.32	9.050/15	7.5 e		O lavatório é fixado à altura entre 78cm e 80 cm em relação ao piso?		X		
5.33	9.050/15	7.5 e		Há uma altura livre frontal sob o lavatório?	X			
5.33	9.050/15	7.8.2		As torneiras do lavatório são do tipo alavanca, com sensor eletrônico ou dispositivo equivalente?	X			
5.34	9.050/15	7.5 a		O piso dos banheiros tem revestimento antiderrapante, regular e estável?		X		Todos os pisos são de cerâmica lisa.
5.35	9.050/15	7.5 b		O piso dos banheiros é nivelado?	X			
5.36	9.050/15	7.10.4.1		Há uma área livre de aproximação com raio de 60cm ao mictório?	X			

N.	LEGISLAÇÃO		C	ITENS A CONFERIR	RESPOSTA		NAI	OBSERVAÇÕES
	LEI	ARTIGO			SIM	NAO		
5.37	9.050/15	7.10.4.3		No mictório, há duas barras de apoio fixadas na vertical, paralelas, com distância entre elas de 60cm, com o mictório no centro?	X			
5.38	9.050/15	7.10.4.3		As barras do mictório têm comprimento de 70cm?		X		
5.39	9.050/15	7.10.4.3		As barras do mictório estão a 75cm de altura em relação ao piso?		X		
5.40	9.050/15	7.11		Os acessórios do sanitário (toalheiro, descarga, cesto de lixo, espelho, saboneteira, etc) estão localizados dentro da faixa de alcance confortável, a uma altura de 80cm a 1,20m do piso?	X			

Legislação

ABNT NBR 9.050/2015: Norma Brasileira de Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
Decreto Federal n. 5.296/2004: Acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

EDIFÍCIO Forum da Cultura

AVALIADOR Layse Costa

DATA 09/06/17

COMPONENTES

-  Orientabilidade
-  Comunicação
-  Deslocamento
-  Uso

PLANILHA 6 LOCAIS PARA ATIVIDADES COLETIVAS

N.	LEGISLAÇÃO		C	ITENS A CONFERIR	RESPOSTA		NA/I	OBSERVAÇÕES
	LEI	ARTIGO			SIM	NÃO		
6.1	-	-		ACESSO Há possibilidade de identificar as diferentes atividades a partir de suporte informativo visual e tátil?		X		
6.2	-	-		O acesso aos locais para atividades coletivas (auditórios, salas de aula, salas de reunião, etc.) é efetuado por uma rota acessível?		X		
6.3	-	-		Nos ambientes complexos, com mais de uma atividade, os diferentes setores estão devidamente identificados?			X	
6.4	-	-	 	Quando o acesso aos locais para atividades coletivas é feito através de videofones e/ou interfones a botoeira é acessível aos cadeirantes e às pessoas com baixa estatura?			X	
6.5	-	-		Quando o acesso aos locais para atividades coletivas é feito através de videofones e/ou interfones, existe algum tipo de tecnologia assistiva para comunicação do surdo e/ou mudo para acesso ao edifício? Na existência de catracas ou portas giratórias de controle aos ambientes, há acesso alternativo a cadeirantes, obesos ou pessoas com mobilidade reduzida? Na existência de acesso alternativo, há campainha ou outro meio (visor) para solicitar abertura da porta?			X	
6.6	9.050/15	6.2.5					X	
6.7	-	-		BIBLIOTECA			X	
6.8	9.050/15	10.16.1		Há pelo menos uma mesa adaptada para cadeirantes (com altura livre de 0,73m, largura mínima de 80cm e profundidade mínima de 50cm)?			X	

92

N.	LEGISLAÇÃO		C	ITENS A CONFERIR	RESPOSTA		NAI	OBSERVAÇÕES
	LEI	ARTIGO			SIM	NAO		
6.9	9.050/15	10.16.3		A distância entre as estantes é de, no mínimo, 90 cm?			X	
6.10	9.050/15	10.16.3		Existe nos corredores entre as estantes, a cada 15m, um espaço que permita a manobra da cadeira de rodas?			X	
6.11	9.050/15	10.16.4		Os fichários estão a uma altura máxima de 1,20m, sendo acessíveis aos cadeirantes e pessoas com baixa estatura? Pelo menos 5% dos terminais de consulta por meio de computadores e acesso à Internet são acessíveis aos cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida (com altura livre de 73cm, largura mínima de 80cm e profundidade mínima de 50cm)?			X	
6.12	9.050/15	10.16.6		Há pelo menos um terminal de consulta por meio de computadores e acesso à Internet com programa específico de interação para pessoas com restrição visual?			X	
6.13	-	-		SALA DE AULA				
6.14	9.050/15	10.15.2		A sala de aula está localizada em rota acessível, possibilitando o acesso às demais áreas internas e externas do edifício?		X		
6.15	9.050/15	8.6.7		Há mesa adaptada para cadeirantes (com altura livre de 73cm, largura mínima de 80cm e profundidade mínima de 50cm)?		X		
6.16	-	-		O mobiliário (mesas e cadeiras) possui dimensões que permitam seu uso com conforto de acordo com o tipo de usuários (ex: crianças pequenas, pessoas obesas)?		X		
6.17	9.050/15	10.15.8		Os fichários, estantes, prateleiras estão acessíveis aos cadeirantes e pessoas com baixa estatura?		X		
6.18	-	-		Existe pelo menos um corredor com largura mínima de 90cm, que permita acesso do cadeirante à lousa?	X			
6.19	9.050/15	10.15.7		As lousas estão situadas a uma altura inferior máxima de 90cm do piso?		X		Estão a 95 cm do piso.
6.20	9.050/15	10.15.7	 	Existe área de aproximação lateral às lousas de pelo menos 80cm para acesso dos cadeirantes?	X			

N.	LEGISLAÇÃO		C	ITENS A CONFERIR	RESPOSTA		OBSERVAÇÕES
	LEI	ARTIGO			SIM	NÃO	
6.21	9.050/15	10.15.7		Existe área de manobra junto à lousa (1,20m x 1,20m para manobra de 90° e 1,50m x 1,20m para manobra de 180°)?		X	
AUDITÓRIO E GINÁSIO DE ESPORTE							
6.22	9.050/15	10.3.1		Existem espaços reservados aos cadeirantes com dimensões mínimas de 80cm por 1,20 m?		X	
6.23	9.050/15	8.9.3		Na existência deste espaço destinado às pessoas com cadeira de rodas, o mesmo está fora da área de circulação e devidamente sinalizado?			X
6.24	9.050/15	10.4.2		Existe uma rota acessível para ligar os espaços reservados aos cadeirantes ao palco e aos bastidores?		X	
6.25	9.050/15	10.3.1		Existem assentos destinados aos obesos (com largura equivalente a de dois assentos adotados no local e espaço livre frontal de no mínimo 60cm, suportando carga de até 250Kg)?		X	
6.26	9.050/15	9.2.1.1		Na existência deste assento para obesos, o mesmo está fora da área de circulação?			X
6.27	9.050/15	10.3.1		Existem assentos destinados as pessoas com mobilidade reduzida?			X
6.28	9.050/15	10.3.1c		Existe pelo menos um assento destinado aos acompanhantes das pessoas com cadeira de rodas, mobilidade reduzida, e obesos ao lado dos espaços reservados?			X
6.29	9.050/15	10.3.2.5		Os assentos preferenciais aos obesos e pessoas com mobilidade reduzida estão situados próximos aos corredores?			X
6.30	9.050/15	10.3.1a		Os espaços e assentos preferenciais aos cadeirantes, obesos e pessoas com mobilidade reduzida estão situados em uma rota acessível vinculada a uma rota de fuga?			X
6.31	9.050/15	10.3.1e		Os espaços e assentos preferenciais aos cadeirantes, obesos e pessoas com mobilidade reduzida podem ser identificados por sinalização no local e na bilheteria?			X
6.32	9.050/15	10.3.1e		Os espaços e assentos preferenciais aos cadeirantes, obesos e pessoas com mobilidade reduzida podem ser identificados por sinalização na bilheteria?			X
6.33	9.050/15	8.9.2		Os espaços e assentos preferenciais aos cadeirantes, obesos e pessoas com mobilidade reduzida estão situados em local de piso plano horizontal?			X

N.	LEGISLAÇÃO		C	ITENS A CONFERIR	RESPOSTA		NAI	OBSERVAÇÕES
	LEI	ARTIGO			SIM	NÃO		
6.34	9.050/15	10.3.1b		Os espaços e assentos preferenciais aos cadeirantes, obesos e pessoas com mobilidade reduzida garantem conforto, segurança, boa visibilidade e acústica?			X	
6.35	9.050/15	10.3.1b		Os espaços e assentos preferenciais aos cadeirantes, obesos e pessoas com mobilidade reduzida estão distribuídos na plateia?			X	
6.36	9.050/15	10.3.2.2	 	Os espaços e assentos preferenciais aos cadeirantes, obesos e pessoas com mobilidade reduzida possibilitam plenamente a visão e o deslocamento dos demais espectadores?			X	
6.37	9.050/15	10.4.3		Havendo desnível entre o palco e a plateia, existe uma rampa com largura de 90cm e declividade 16,66% para vencer uma altura de, no máximo, 60cm?		X		Há apenas escadas, nos dois lados do palco.
6.38	9.050/15	10.4.4		A rampa mencionada na pergunta anterior está situada em local discreto e fora do campo visual da plateia?			X	
6.39	9.050/15	10.4.3		No desnível entre o palco e a plateia existe guia de balizamento?		X		
6.40	9.050/15	10.4.4		Existe outro meio de vencer o desnível anteriormente citado (equipamentos eletromecânicos), que não pela rampa?		X		
6.41	9.050/15	10.4.5		Existe no palco um local destinado a interprete de Libras com boa visibilidade e iluminação adequada?		X		
6.42	9.050/15	10.6	 	Na existência de um único camarim unissex, este é acessível?		X		Há separação de gênero, mas não é acessível. O acesso a ele tem escadas, com degraus altos e passagem estreita.
6.43	9.050/15	10.5.1		Existem dispositivos de tecnologia assistiva para atender no palco as pessoas com deficiência visual e pessoas com deficiência auditiva?		X		
6.44	Dec. 5.296/04	Art. 23		As áreas de acesso aos artistas (coxias e camarins) são acessíveis?		X		
6.45	9.050/15	10.11.1		No caso de práticas de esportes por pessoas que utilizam cadeira de rodas do tipo "cambada", os vãos livres das portas existentes na rota acessível, nos sanitários e vestiários, são de no mínimo 1,00m?		X		A porta de acesso aos camarins medem 70cm e as portas das cabines possuem 34cm.

Legislação

ABNT NBR 9.050/2015: Norma Brasileira de Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
Decreto Federal nº. 5.296/04: Acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

EDIFÍCIO Forum da Cultura
LOCAL _____

AVALIADOR Layse Costa
DATA 09/06/17

COMPONENTES	
	Orientabilidade
	Comunicação
	Deslocamento
	Uso

PLANILHA 7 LOCAIS DE ACESSO RESTRITO AOS FUNCIONÁRIOS

N.	LEGISLAÇÃO		C	ITENS A CONFERIR	RESPOSTA		NA/I	OBSERVAÇÕES
	LEI	ARTIGO			SIM	NÃO		
7.1	-	-		ACESSO Há possibilidade de identificar as diferentes atividades a partir de suporte informativo visual e tátil?		X		
7.2	9.050/15	10.15.2		Estes locais se situam em rota acessível, possibilitando o acesso às demais áreas internas e externas do edifício?		X		
7.3	9.050/15	9.3.1.3		LOCAIS DE TRABALHO Há mesa adaptada para cadeirantes (com altura livre de 73cm, largura mínima de 80cm e profundidade mínima de 50cm)?		X		A maioria das mesas possuem altura livre de 70cm, com largura superior a 80cm e profundidade mínima de 50cm.
7.4	-	-		O mobiliário (mesas e cadeiras) possui dimensões que permitam seu uso com conforto de acordo com o tipo de usuários?	X			Não há nenhum funcionário ou bolsista deficiente.
7.5	9.050/15	10.15.8		Os fichários, estantes, prateleiras estão acessíveis aos cadeirantes e pessoas com baixa estatura?		X		Possuem gavetas e repartições desde o piso e são altos, alguns vão até o tecto.
7.6	-	-		Os mobiliários possuem um adequado alcance manual e frontal aos cadeirantes?		X		Apenas em partes deles.
7.7	-	-		As circulações dos ambientes possuem largura mínima de 90cm e área de manobra que permite um giro de 180° aos cadeirantes?				Uma parte do almoxarifado, a sala de criação cenográfica, e a reserva cenográfica não permitem a circulação de cadeirantes.
7.8	9050/15	9.3.2.2		COPA As mesas ou superfícies de refeição acessíveis garantem a aproximação frontal de uma cadeira de rodas (80x120cm)?	X			Com exceção da bancada da copa 1.
7.9	9050/15	9.3.2.2		Há circulação adjacente as mesas que permita giro de 180° da cadeira de rodas?	X			
7.10	9050/15	9.3.2.3		As mesas e/ou superfície de refeição, possuem altura de tampo entre 75cm e 85cm do piso acabado?		X		Copa 1: bancada 89cm e mesa 73cm. Copa 2: bancada 87cm e mesa 80cm.

N.	LEGISLAÇÃO		C	ITENS A CONFERIR	RESPOSTA		NAI	OBSERVAÇÕES
	LEI	ARTIGO			SIM	NAO		
7.11	9050/15	9.3.2.4		Sob o tampo da mesa e/ou superfície de refeição há largura mínima de 80cm, altura livre mínima de 73cm e profundidade mínima de 50cm para acesso dos cadeirantes?		X		Copa 1: sob a bancada há armário e sob a mesa há 70cm livre. Copa 2: sob a bancada há espaço livre, porém há um degrau que impede a aproximação da cadeira de rodas. A mesa possui 64cm livre sob ela.
7.12	9050/15	8.5.1 8.5.2		Em caso de bebedouro de bica, há bica de 90cm e outra entre 1m e 1,10m do piso? Bebedouros de outros modelos, está entre 80cm e 1,20m do piso?		X		Não há bebedouro na copa, e sim na circulação, próxima a ela. O bebedouro é do tipo bica, estando a 1m do piso.
7.13	9050/15	8.5.1.3		O bebedouro possui altura livre inferior de, no mínimo, 73cm do piso?		X		
7.14	9050/15	8.5.1.3		Existe uma área de aproximação frontal de 80cm x1,20m?		X		

Fonte: Layse Costa, 2017. Adaptado de Dischinger et al. (2012).

Legislação
ABNT NBR 9.050/2015: Norma Brasileira de Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.